

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**MECANISMOS PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA
PÚBLICA VISANDO À ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CHAMADO
TURISMO SEXUAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE
EMPRESAS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

THAÍSA RESTANI VERAS
Rio de Janeiro
2008

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**MECANISMOS PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA
PÚBLICA VISANDO À ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CHAMADO
TURISMO SEXUAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

THAÍSA RESTANI VERAS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luis Cesar G. de Araujo
Doutor em Administração

Prof. Fernando Guilherme Tenório
Doutor em Engenharia da Produção

Prof. Marco Antonio Carvalho Teixeira
Doutor em Ciências Sociais

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento maior é destinado a Deus, pelo suporte recebido durante toda esta jornada e sem o qual nada seria possível. Além disso, agradeço pelos desafios que me foram propostos ao longo do mestrado, contribuindo ao meu crescimento contínuo. Durante esses desafios, contei com pessoas imprescindíveis às quais farei agradecimentos especiais em ordem aleatória.

Aos 19 anos iniciei minhas atividades acadêmicas patrocinadas pelo PROPESQUISA da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV). Contudo, além de ter sido o local de minha primeira experiência profissional, a FGV também teve grande participação na construção da pessoa que sou. Hoje, aos 24 anos, devo agradecimentos ao corpo funcional desta Escola que sempre me apoiou e incentivou a persistir em meus sonhos. Não esquecendo de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de meus estudos durante 24 meses.

Agradecimento especial ao meu professor, mentor, amigo e orientador Luis Cesar G. de Araujo pela oportunidade que me foi oferecida, pela confiança depositada em mim, por fazer parte de minha formação profissional e pessoal. Não há como expressar em palavras a minha gratidão pelas preciosas horas de aula e orientação dedicadas, além de outras inestimáveis horas de debates sobre temas de nosso interesse. Enfim, agradeço por tudo que fez e faz por mim. Agradeço simplesmente pelo que ele é.

Agradeço também à minha amiga Adriana Amadeu Garcia, alguém que desde o período da faculdade até o término do mestrado, trabalhou pela busca da excelência

pessoal e profissional sob a forma de parceria. Agradeço por sua presença segura e constante.

À FGV pelos momentos maravilhosos proporcionados em suas dependências. Aos mestres, pela boa participação no meu crescimento como pessoa e profissional. Ao professor Fernando Guilherme Tenório que confiou não somente em mim, mas como também em meu trabalho. Agradeço a ele todas as oportunidades concedidas, desde a organização de uma de suas disciplinas do mestrado, passando pela elaboração de artigos e capítulos de livros até a participação em uma de suas pesquisas. Agradeço também por ter gentilmente aceitado o convite para participar da banca examinadora, assim como o professor Marco Antonio Carvalho Teixeira, a quem também agradeço pelas observações pertinentes, coerentes e enriquecedoras.

Aos companheiros de classe, sempre me apoiando e auxiliando no que estivesse ao alcance. Agradeço à Carmem Inês Garcia, Cristiane Rezende, Fabienne Schiavo, Marcio Ruiz Schiavo e Vânia Izzo de Abreu pela atenção dispensada e informações essenciais ao desenvolvimento da dissertação. Em especial agradeço ao Glauco da Costa Knopp pela amizade, carinho e disponibilidade.

Agradeço também a todos estudiosos em cujos trabalhos busquei conhecimento e inspiração. Da mesma forma, agradeço ao jornalista Flávio Lenz e às profissionais do sexo entrevistadas, pessoas estas essenciais à realização da pesquisa de campo.

Agradeço também à Regina Restani Veras e Ionildo Macedo Veras, meus pais e exemplos de vida, que nunca deixaram de acreditar em mim, sempre com palavras de apoio e incentivo. Ao meu irmão, Ian Restani Veras, sempre compreensivo, preocupado e cuidadoso comigo. Aos meus avós, tios(as) e primos(as), que apesar da distância física

sempre me apoiaram em minhas escolhas, comemoram comigo minhas vitórias e me confortaram nas dificuldades. Aos meus amigos de toda a vida que sempre agiram como verdadeiros irmãos.

Por fim, agradeço ao meu amigo, confidente, companheiro e namorado, Gustavo Mendes de Sousa, uma pessoa especial e essencial que esteve ao meu lado, mesmo quando impossível fisicamente. Agradeço pelo carinho dele e de sua família.

Quando se pensa no que se sabe, descobre-se que na verdade não se pensa no que se sabe. Saber sabemos todos, agora pensar é outra coisa (Autor desconhecido).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo principal propor mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, faz-se reflexões teóricas sobre o tema, considerando a situação de vulnerabilidade social na qual se encontra grande parte da população. Além disso, define-se o significado de políticas públicas a fim de compreender como estas podem auxiliar na solução do problema proposto. Como procedimentos de coleta das informações, foram feitas entrevistas presenciais baseadas em roteiros não estruturados, que possibilitaram a construção de uma relação entre a revisão bibliográfica realizada e a percepção *in loco* das profissionais do sexo sobre o assunto. A partir disso, foi possível atingir ao objetivo final e propor temas para estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, *Turismo Sexual*, Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Prostituição, Turismo Sustentável e Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to propose mechanism in order to elaborate a public policy to eradicate child and teenage sexual exploitation at called *sex tourism* in Rio de Janeiro city. So, it is reflect upon theory of the theme, considering the situation of social vulnerability that major part of the population is located. Besides, defines the meaning of public policy in order to understand how they can help in the solution of the main problem. Data was collected through personal interviews based on unstructured script, to make possible the construction of a relation between a bibliographical review and an *in loco* perception of sex professionals about the subject. Therefore, it was possible to achieve the final objective and to propose themes for future studies.

KEY WORDS: Public Policies, Sex Tourism, Sexual Exploitation of Children, Prostitution, National System to combat sexual exploitation of children and adolescents.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O problema

1.1 Preliminares.....	13
1.2 Objetivos.....	16
1.3 Delimitação do estudo.....	18
1.4 Relevância do estudo.....	21

CAPÍTULO 2 – Revisão bibliográfica

2.1 Definição dos Termos.....	24
2.2 Informações quantitativas e qualitativas sobre a cidade do Rio de Janeiro.....	34
2.3 A vulnerabilidade das crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro.....	42
2.4 Alinhando a prostituição e o turismo sustentável na cidade do Rio de Janeiro.....	59
2.5 Marco legal referente ao turismo e ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.....	65
2.6 A gênese de uma política pública.....	79
2.7 O Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Plano Nacional: um exemplo de política pública aplicada.....	92
2.8 Impacto social da implementação do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.....	103

CAPÍTULO 3 – A pesquisa

3.1 Tipo de pesquisa.....	112
3.2 Universo e amostra.....	113
3.3 Seleção dos sujeitos.....	113

3.4 Coleta de dados.....	114
3.5 Descrição e análise dos dados coletados.....	115
CAPÍTULO 4 – Considerações finais e proposições de estudos futuros.....	123
Referências bibliográficas.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de turistas estrangeiros (número de pessoas) que vêm à Cidade do RJ ao visitar o Brasil.....	36
Tabela 2 – Número de turistas e renda gerada no Rio de Janeiro, segundo o período de 2007.....	39
Tabela 3 – Indicadores sociais gerais.....	43
Tabela 4 – Situação de crianças e adolescentes na escola.....	44
Tabela 5 – Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação na semana de referência e sexo, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001.....	45
Tabela 6 – Distribuição da população em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro.....	47
Tabela 7 – Denúncias Categorizadas – Tipo de violência: Exploração Sexual.....	58
Tabela 8 – Projeto de Lei do PPA 2004–2007.....	88
Tabela 9 – Número acumulado de denúncias por recebimento da denúncia, segundo as Grandes Regiões – Brasil – Período FEV 2003.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição do PIB no Estado do Rio de Janeiro.....	37
Gráfico 2 – Levantamento por faixa etária nas treze regiões da cidade pesquisada.....	48
Gráfico 3 – Levantamento por gênero nas treze regiões da cidade.....	49
Gráfico 4 – Tempo de permanência nas ruas.....	49
Gráfico 5 – Levantamento por faixa etária nos abrigos.....	50
Gráfico 6 – Levantamento por gênero nos abrigos.....	51
Gráfico 7 – Motivo da ida para a rua nas treze regiões da cidade.....	52
Gráfico 8 – Motivo da ida para a rua nos abrigos.....	52
Gráfico 9 – Proporção de crianças e adolescentes vítimas e apreendidos (2006) – Estado do Rio de Janeiro.....	53
Gráfico 10 – Delitos de que foram vítimas crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro (2006) – valores percentuais.....	54
Gráfico 11 – Tipo de envolvimento que levou à apreensão das crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro (2005 e 2006) – valores absolutos.....	55
Gráfico 12 – Número percentual de denúncias de exploração sexual, por tipo de exploração sexual – Brasil – Período FEV 1997 – FEV 2003.....	107

CAPÍTULO 1 – O problema

Neste capítulo são definidos o problema que guiou a pesquisa, o objetivo final e os intermediários atingidos, além da delimitação do estudo e da relevância do mesmo, tanto para a sociedade civil, quanto para a academia e para os vários níveis de governo.

1.1 Preliminares

Primeiramente, vale um esclarecimento. No decorrer do texto a expressão *turismo sexual* aparecerá em itálico propositalmente, apesar de não ser um termo em língua estrangeira. Isto será feito no sentido de evitar que a expressão seja interpretada como um real segmento do turismo, o que consiste numa inverdade. Assim, sempre que uma referência for feita, falar-se-á “o chamado *turismo sexual*”, a fim de enfatizar que, apesar de ter a palavra turismo junto a uma segunda palavra, formando aparentemente uma expressão que identifique um segmento turístico, como por exemplo, turismo ecológico, a interpretação feita pelo senso comum não é correta.

Visto isso, tem-se que a tomada de consciência sobre a exploração sexual infanto-juvenil, exploração esta que implica na venda de serviços sexuais prestados por crianças ou adolescentes para uma terceira pessoa, apresenta uma história relativamente recente. Todavia, a prevenção e o combate a este tipo de exploração é objeto de diversas iniciativas e instrumentos regionais e nacionais. Neste sentido, mais recentemente, passou-se a identificar e a combater, mais especificamente, a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*, que é o caso do presente estudo. Entretanto, ainda existem crenças e suposições que contribuem a mal interpretar, confundir ou negar estas realidades, suposições estas que serão aqui desenvolvidas a fim de desfazer tais confusões.

A verdade é que atualmente, as pessoas apresentam uma maneira extremamente materialista e consumista de encarar o mundo, por conseguinte pode-se observar que os

padrões de comportamento e valores éticos da sociedade também sofreram mudanças profundas. Imagina-se que o mundo é como um supermercado, onde tudo está à venda, inclusive felicidade e, assunto que será aqui trabalhado, sexo. Acompanhando este raciocínio fica simples compreender porque pedófilos ou qualquer delinqüente sexual sentem-se no direito de “comprar” uma criança ou adolescente, com o intuito de satisfazer seus desejos sexuais. Ademais, é natural que este pensamento provoque uma crise de valores morais na sociedade como um todo.

Ainda assim é importante ressaltar que esta vinculação de crianças e adolescentes à atividade de exploração sexual se dá por meio da combinação de diversos fatores de risco, podendo ser tanto em relação à demanda, quanto em relação à oferta. No que diz respeito à demanda, tendo a cultura machista e autoritária ainda existente no Brasil, onde as mulheres são vistas como objeto de consumo e as crianças são consideradas propriedades dos adultos, há o registro de redes organizadas de recrutamento e de outros intermediários que se beneficiam economicamente desta atividade.

Naturalmente, existe uma pessoa isoladamente ganhando dinheiro com a exploração sexual infanto-juvenil. Em muitos casos, existem diversas pessoas lucrando com esta atividade, um exemplo são as redes de exploração, que podem ser constituídas por empresas de fachada. Nelas, proprietários, empregados ou intermediários atuam com o objetivo de gerar renda por intermédio da exploração sexual, além disso, facilitam o aliciamento, o transporte e o alojamento de crianças e adolescentes, com o intuito de realizar tais atividades.

Ainda neste sentido e tendo como aliadas as novas tecnologias de comunicação, responsáveis pela agilidade e permitindo a ampliação desta atividade, há fatores que propiciam este desenvolvimento: a tolerância social (na medida em que grande parte da sociedade habita uma zona de conforto quando o assunto é mobilização para a mudança de

alguma situação), a corrupção e a deficiência no cumprimento de atividades associadas à proteção das crianças e adolescentes e à punição de exploradores por parte das autoridades.

Ademais, além das pessoas envolvidas nestas quadrilhas que se favorecem com a tal atividade ilícita, existe uma forte ligação com o tráfico de drogas. A drogadição (originária do inglês *drug addiction*, que significa dependência de produtos farmacológicos, legais ou ilegais) é uma das consequências do envolvimento de crianças e adolescentes no circuito da exploração sexual. Muitas vezes o comércio ilegal de drogas e sexo é feito pelas mesmas redes e rotas e, a partir do momento em que estas pessoas exploradas tornam-se dependentes das drogas, é mais simples para as redes de exploração mantê-las neste circuito, passando assim, a ser uma fonte de recursos com o intuito de alimentar seu vício.

Em relação à oferta, visando ao ganho, alguns fatores tendem a incentivar a exploração de crianças e adolescentes, tais como a pobreza e a exclusão social. Entretanto, vale salientar que estes não são motivos exclusivos da proliferação da atividade em questão, todavia, é certo que pessoas menos favorecidas encontram-se em situações de risco social, e por isso são mais vulneráveis ao problema. Para estas pessoas, não há outra saída a não ser o trabalho, que, por vezes associado às políticas sociais ineficazes, a violência familiar e a baixa qualidade da educação, as direciona no sentido da exploração sexual com a promessa de um futuro promissor. Contudo, é importante ressaltar que a multiplicidade e a complexidade destes e dos demais fatores são essenciais para que haja ações eficazes e eficientes no sentido da erradicação do problema.

Portanto, feita a constatação da realidade, cabe ressaltar que esta dissertação é preponderantemente baseada na literatura existente consultada, exposta no capítulo 2, e também na pesquisa com dados empíricos fornecidos por profissionais do sexo que trabalham na cidade do Rio de Janeiro, sendo esta pesquisa uma exemplificação da realidade que nos cerca. Assim, buscou-se propor mecanismos para elaboração de uma política pública visando

à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro.

1.2 Objetivos

Antes de prosseguir com este esforço acadêmico, é importante ressaltar que o tema da dissertação foi definido em um acordo de participação no estudo intitulado “O Turismo e a Preservação da Criança e do Adolescente”. Assim, tem-se que a presente dissertação compõe um estudo maior que abrange, além do Rio de Janeiro, as cidades de São Paulo, Salvador, Manaus e o Distrito Federal. Estudo este, desenvolvido pelo Observatório de Inovação Social do Turismo, núcleo de pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getulio Vargas (FGV), com o financiamento e colaboração técnica do Ministério do Turismo e do Instituto WCF Brasil (*World Child Foundation*). A coordenação acadêmica ficou a cargo dos professores da EBAPE/FGV, Fernando Guilherme Tenório e Luiz Gustavo M. Barbosa.

Assim sendo, esta dissertação objetiva a proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, por meio do conhecimento de medidas adotadas no mesmo sentido. Pretende-se, assim, que seja possível contribuir com propostas para mobilizar e sensibilizar a sociedade civil e o governo em seus vários níveis no sentido de proteção dos direitos destas crianças e adolescentes. Para tanto, foram promovidas a sistematização conceitual e divulgação de experiências efetivas que ressaltem a integração do turismo com a proteção destes direitos. Desta forma, espera-se que a presente dissertação facilite e incentive o envolvimento tanto da sociedade civil, quanto do governo e academia nesta questão, assim como a elaboração de políticas pelo governo nesse sentido.

Portanto, entende-se que o objetivo final é, não somente propor mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, mas como também a produção de conhecimento científico, orientado para a realidade, por meio do fomento do pensamento crítico. Além da construção e disseminação de base teórica para o desenvolvimento do turismo sustentável, visando à orientar futuras políticas públicas de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes no setor turístico. Deste modo, com o intuito de alcançar o objetivo final, foram definidos alguns objetivos intermediários a serem atingidos:

- ✓ Definir o significado de elaboração de políticas públicas, ressaltando a forma como são elaboradas e seus impactos;
- ✓ Investigar referenciais teóricos que relatem a sensibilização do setor de turismo no sentido de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes sexualmente explorados;
- ✓ Delimitar aspectos que influenciem, de alguma forma, o chamado *turismo sexual*;
- ✓ Construir e disseminar referencial teórico, gerando consistência acadêmica para a discussão sobre o tema “exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*”;
- ✓ Pesquisar referenciais teóricos que trabalham a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* a fim de obter embasamento para elaboração desta dissertação; e
- ✓ Apresentar ações de proteção a crianças e adolescentes vítimas do chamado *turismo sexual*.

Com o alcance de tais objetivos intermediários, as atenções se voltaram para o objetivo mais abrangente, ou seja, o objetivo final deste trabalho. Desta forma, focou-se os esforços na

proposição de mecanismos para construção de propostas relativas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes sexualmente explorados.

1.3 Delimitação do estudo

Trabalhar com uma pesquisa que envolve temas complexos como políticas públicas e a sexualidade de crianças e adolescentes, mesmo tendo restringido o estudo à cidade do Rio de Janeiro, e até mesmo o período de investigação: entre julho de 2007 e março de 2008; foi por si só um desafio, sendo inexequível abordar todas as dimensões de tais temáticas nesta pesquisa.

Desta forma, esta dissertação foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica somada aos resultados alcançados por meio de uma pesquisa de campo. No entanto, este tipo de pesquisa apresenta como entrave a dificuldade de coletar dados, que neste caso se soma ao fato de se tratar de um assunto delicado, onde nem todas as pessoas, principalmente as crianças e adolescentes explorados e os exploradores, sentem-se confortáveis em debatê-lo. Contudo, apesar das dificuldades apontadas e, considerando a importância que a coleta de dados no campo tem para a dissertação em sua totalidade, foi possível verificar se as informações explicitadas na revisão bibliográfica retratam efetivamente a realidade com a colaboração das prostitutas – profissionais do sexo – entrevistadas, que retrataram, com excelência, o olhar de quem presencia a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Não obstante neste esforço acadêmico, não há intuito em determinar como os pais devem prover educação sexual a seus filhos, tampouco se pretende tratar dos impactos psicológicos causados nestas crianças e adolescentes. Em adição, serão igualmente dispensadas análises sobre os impactos econômicos, políticos e sociais que esta exploração sexual venha causar nas crianças e adolescentes explorados, considerando que, para expor uma opinião sobre este assunto seria imprescindível realizar um estudo minucioso voltado para o tema. Até porque o

chamado *turismo sexual* de crianças e adolescentes é uma atividade ilegal, e, logicamente, fere os princípios do Código de Ética do Turismo.

A divulgação da imagem da mulher brasileira associada à sensualidade, sexualidade e beleza física corrobora para o crescimento dos turistas em busca de facilidades sexuais. Por consequência, esta situação contribui para a degradação do turismo no país, reduzindo o retorno de natureza financeira para a comunidade, além de colocar em risco a sustentabilidade da atividade turística. Sem contar que a prostituição adulta é freqüentemente discutida e por vezes depara-se com argumentos que não condizem com o correto conceito do assunto.

No Brasil, e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, pode-se dizer que a tomada de consciência tanto por parte da sociedade civil, quanto por parte do governo em seus vários níveis em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*, apresenta um histórico relativamente recente. Assim, existe certa dificuldade em pesquisar sobre este tema, pois, por exemplo, no que tange à quantidade de resultados de pesquisas publicadas pode-se dizer que é restrita, o que dificulta a amplitude do estudo mesmo tendo recorrido também a publicações sobre prostituição em geral, no sentido de enriquecer o presente trabalho.

Todavia, apesar do número de referências bibliográficas que abordam o assunto ainda ser pequeno se comparado à importância do tema, verifica-se um crescimento exponencial de artigos disponíveis na *internet*, pesquisas e revistas não acadêmicas, reportagens publicadas em jornais e veiculadas em noticiários, que aumentam as questões sobre o assunto, sendo, portanto, os principais responsáveis por contornar tal dificuldade. Aliás, ainda assim, cabe salientar que o fato de alguns artigos serem extraídos da *internet*, não invalida a veracidade e integridade da presente dissertação, na medida em que tais informações tiveram sua veracidade comprovada pela pesquisa de campo realizada, não comprometendo assim, o resultado final do trabalho. Ademais, com a globalização, as consultas *on-line* de qualidade

estão cada vez mais presentes não somente no cotidiano das pessoas, mas como também na academia.

Não obstante, o fato deste tema apresentar um histórico relativamente recente trouxe a necessidade de estabelecer critérios do ponto de vista conceitual e jurídico, a fim de que não sejam criados estigmas em um assunto com um forte apelo moralista. Dentro desta perspectiva, mais à frente, serão esclarecidos e definidos alguns termos que utilizados neste trabalho, a fim de melhor nortear o entendimento sobre o assunto, e buscar superar o distanciamento que se tem no senso comum, separando o que é definido conceitualmente do juridicamente.

Ademais, por tratar-se de um assunto delicado, encarado como um “tabu” pela sociedade, observa-se uma clara resistência das pessoas em aprofundar-se no tema, compreendendo realmente do que se trata e como podem colaborar em sua erradicação. O receio por julgamentos e críticas, naturalmente, dificulta o desenvolvimento do assunto. Sendo assim, cabe ressaltar que o presente estudo primou pela imparcialidade apresentando os fatos com o intuito de alertar tanto a sociedade civil, e governo e academia quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*.

Felizmente nos últimos anos foram registrados importantes avanços no que diz respeito à consciência profissional e comunitária sobre estas situações. Em adição, a prevenção e o combate a esta exploração é objeto de algumas iniciativas e instrumentos regionais e nacionais, o que reforça a importância deste esforço. Desta forma, o estudo ficou cingido à proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro. Excluindo-se, neste caso, qualquer outra hipótese ligada, por exemplo, aos impactos causados por tal agressão física e moral.

1.4 Relevância do estudo

Vivemos num mundo globalizado e altamente exigente, onde as mudanças ocorrem de forma ininterrupta, assim, esta dissertação pretendeu identificar, aos maiores interessados, quais os mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado turismo sexual na cidade do Rio de Janeiro, possibilitando não apenas que se repense determinadas ações por parte dos governos, mas como também uma maior conscientização da sociedade sobre como colaborar com o tema em questão.

Ademais, as ações realizadas apenas pelo poder público minimizam, mas não são suficientes para erradicar os efeitos deste crime cometido contra crianças e adolescentes. Por isso, acredita-se que esta dissertação funcionará principalmente como orientação para três grandes públicos: sociedade civil, academia e os vários níveis de governo.

No caso da sociedade civil, a leitura será interessante na medida em que alerta e informa como denunciar cenas de exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*, com o objetivo de auxiliar na erradicação do problema na cidade do Rio de Janeiro. Este esforço é no sentido de transformar os cidadãos em dificultadores e não facilitadores da atividade. Além de impor medidas de controle e gestão que fundamentam o princípio do turismo sustentável, respeitando o Código de Ética do Turismo, é necessário que a prática do turismo respeite e zele pelos direitos da criança e do adolescente, devendo esta ser de responsabilidade de toda a sociedade.

Por outro lado, o governo tem de estar ciente não somente da problemática, mas como também das iniciativas que vislumbram sua eliminação, com o intuito de sistematizar como deve ser o tratamento para com o assunto, por exemplo, formulando políticas públicas neste sentido. Atualmente ainda existem governantes não sensibilizados com a situação das crianças e dos adolescentes da cidade do Rio de Janeiro. Pessoas estas que optam por não apresentar

qualquer tipo de envolvimento com o problema, por exemplo, não registrando denúncia quando se deparam com uma situação de exploração sexual de crianças e adolescentes. Assim, é interessante que se compreenda a importância e a dimensão deste assunto a fim de que políticas públicas sejam formuladas e implementadas no sentido de erradicar tal problema.

Explorando outra vertente, para os acadêmicos, esta dissertação fornece subsídios que contribuem não somente para a compreensão do papel tanto do governo, quanto da sociedade civil no que diz respeito à formulação de uma política pública que objetive a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado turismo sexual na cidade do Rio de Janeiro. Como também, facilita, por conta das informações já obtidas, a produção de novos estudos que busquem um maior detalhamento do assunto. Além disso, traz uma análise baseada em dados empíricos sobre um tema geralmente trabalhado de forma prescritiva.

Certamente o turismo não é a causa exclusiva da exploração sexual infanto-juvenil, apesar da indústria turística colaborar com a criação de uma demanda ao promover a imagem exótica de um lugar (especialmente utilizando o sexo feminino na divulgação). Por vezes, os exploradores se valem das facilidades oferecidas pela indústria turística (hotéis, bares, clubes noturnos, etc.) para intensificar suas atividades. Assim sendo, o trabalho de atenção a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual requer uma ação multidisciplinar, interinstitucional que promova um desenvolvimento sustentável, satisfazendo as necessidades no presente sem comprometer as das futuras gerações.

Definitivamente, colocar estas crianças e adolescentes em instituições de reabilitação, por melhor que sejam, não é a única e nem deve ser tida como a mais adequada maneira de promover a restituição de seus direitos. É importante salientar que toda a ação de proteção à elas deve considerar sua inserção a atividades educativas e escolares, participação na vida comunitária, o fortalecimento de sua auto-estima e a geração de alternativas econômicas para

suas famílias. Neste sentido, ao se falar em proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado turismo sexual na cidade do Rio de Janeiro, deve-se atentar para que estas questões estejam constantemente presentes.

Neste capítulo foi apresentado o problema, fazendo-lhe uma breve introdução, seguida da exposição dos objetivos da pesquisa, da delimitação do estudo e de sua relevância.

CAPÍTULO 2 – Revisão bibliográfica

Este segundo capítulo tem por objetivo prover um embasamento teórico, por meio de uma revisão da literatura existente, visando ao entendimento do problema exposto anteriormente. Desta forma, foram abordados alguns assuntos subdivididos em itens, são eles: definição dos termos, informações quantitativas e qualitativas sobre a cidade do RJ, a vulnerabilidade das crianças e adolescentes na cidade do RJ, Alinhando a prostituição e o turismo sustentável na cidade do RJ, marco legal referente ao turismo e ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no RJ, a gênese de uma política pública, o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Plano Nacional: um exemplo de política pública aplicada e, por fim, o impacto social da implementação do Sistema Nacional de combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil.

Após esta revisão bibliográfica, e posteriormente a pesquisa de campo, puderam ser propostos alguns mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro.

2.1 Definição dos Termos

Por tratar-se de um tema polêmico, muitos dos termos utilizados nesta dissertação provocam dúvidas. Para tanto, vale destacar a forma com que foram interpretados durante este esforço acadêmico.

Usualmente, no tópico intitulado “definição dos termos”, que compõe o primeiro capítulo, são apresentadas as definições dos termos a serem utilizados e trabalhados durante a dissertação. No caso desta dissertação, este mesmo tópico é parte integrante da revisão bibliográfica (capítulo 2), estrutura esta necessária, pois grande parte dos conceitos aqui

abordados é freqüentemente interpretada erroneamente, acarretando perda parcial do conteúdo e dificuldade no entendimento da dissertação por completo.

Com intuito de solucionar tal dificuldade, vale destacar a forma com que tais termos foram interpretados e utilizados durante a pesquisa. Para tanto, realizou-se um estudo com base em pesquisa e pensamento crítico para cada uma das palavras aqui apresentadas, o que, naturalmente, enriquece o trabalho. Adicionalmente, sabe-se que uma base sólida e constituída pelo correto entendimento dos conceitos facilita o entendimento e o desenvolvimento do trabalho.

Inicialmente é importante esclarecer e definir como são tratados os termos criança e adolescente no desenvolvimento da presente dissertação, considerando que os conceitos que serão apresentados em seguida dependem deste entendimento. Assim, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que substituiu o código do menor e é a regulamentação desse artigo, entende-se por criança, a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, sendo tratada, pelas leis brasileiras, como pessoa em condição especial de desenvolvimento, merecedora de atenção prioritária tanto por parte da sociedade, quanto da família e do Estado. Analisando outra vertente, vale ressaltar que:

*Os estudos sócio-culturais na América Latina tenderam a ignorar a dimensão de geração: tanto os estudos sobre as comunidades indígenas, como os centrados em sociedades rurais e urbanas, tendem a ver os sujeitos de estudo como índios, camponeses, colonos, homens, mulheres, burgueses, operários, mas não como crianças e menos ainda como jovens. Quando os **menores** foram salientados surgem como portadores ou vítimas de determinados “problemas sociais”: violência, drogas, abandono, pobreza, etc. (PAMPOLS, 2007).*

Com isso, observa-se que em diversas sociedades, ainda hoje, as crianças dificilmente são vistas como protagonistas de mudança social, chegando até serem consideradas como não-portadores de identidades culturais próprias. Tal descaso enfatiza o desconhecimento das categorias de infância e de juventude por parte de grande parte da sociedade, sabe-se ainda que em diversas línguas indígenas não existe um termo que identifique com precisão a infância e a adolescência, fases estas vitais na vida de uma pessoa.

Adicionalmente, é importante atentar para o fato de que, na citação anterior, a palavra “menores” foi grifada, propositalmente, com o intuito de esclarecer que está é uma “expressão utilizada na legislação anterior à doutrina de proteção integral para designar a população abaixo de 18 anos” (OIT/IPEC, 2007). Todavia, atualmente esta palavra é vista com sentido negativo, discriminatório, considerando que se refere às crianças e adolescentes de acordo com suas necessidades ou comportamento, sendo geralmente usado num contexto de desvalorização do adolescente, por exemplo, menor infrator, menor carente, menor abandonado. Sendo assim, as leis nacionais e internacionais não consideram mais esse termo.

Para o mesmo Estatuto, o ECA, adolescente é a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos, sendo este o período da vida caracterizado por mudanças corporais e psicológicas estendendo-se, aproximadamente, até os 20 anos. Por outro lado, segundo a definição das Nações Unidas, é considerada jovem todas aquelas pessoas entre 15 e 24 anos. Ademais, tanto os adolescentes quanto os jovens (que em determinada idade, se confundem) devem assegurar que suas opiniões sejam consideradas, participando ativamente como defensores da adolescência e da juventude, a fim de garantir o cumprimento de seus direitos.

Em adição, é geralmente no início da puberdade que a possibilidade de serem vítimas dos aliciadores para as redes de prostituição se agrava, embora não ser difícil encontrar crianças atuando no circuito da exploração sexual. Sabe-se que crianças e adolescentes protegidas por suas famílias e comunidades representam um risco de sanção tanto social quanto legal, por isto os exploradores, geralmente, buscam pelas que estejam em maior desvantagem pessoal e social.

Infelizmente, estas pessoas buscam estratégias de sobrevivência sem nenhuma possibilidade de realizá-las sob condições de proteção, em virtude da pouca idade, falta de educação e capacitação para o trabalho, por exemplo. Cabe salientar que qualquer pessoa,

independentemente de sua condição social, em determinados momentos, ou dependendo de estilos de vida, pode estar sujeita a situações de risco.

Após tais explicações e a fim de melhor nortear o entendimento sobre o assunto e buscar superar o distanciamento entre o que se tem no senso comum e o que é definido conceitualmente e juridicamente, é importante esclarecer que abusador é a pessoa que utiliza o poder que possui frente à criança ou adolescente a fim de obrigá-la à prática de atividades sexuais com esta mesma pessoa ou com terceiros, aproveitando-se da pouca idade, inexperiência ou quaisquer vulnerabilidades. Há também o chamado aliciador, a pessoa que alicia, ou seja, atrai para si com promessas enganosas, seduzindo, subornando, induzindo a atos de rebeldia ou transgressão.

Em seguida, é interessante que seja feita uma clara distinção, por meio de definições, entre delito sexual, assédio sexual e abuso sexual. Primeiramente deve-se destacar o significado de delito sexual que, de acordo com o dicionário Aurélio é o “fato que a lei declara punível, crime, culpa, falta, pecado”. Assim, delito sexual é geralmente tipificado nos Códigos Penais como sendo um crime contra a liberdade individual e sexual, que abrange diversos outros crimes, tais como: “ameaça contra a integridade física, atentado violento ao pudor, abuso sexual, assédio sexual, ato obsceno, estupro, violações, aproveitamento da prostituição alheia, sedução, corrupção de menores, privação de liberdade mediante fraude” (OIT/IPEC, 2007).

Vale frisar que é, geralmente, baseado nos códigos penais e nos códigos de processo penal que os responsáveis pela aplicação das normas jurídicas tomam suas decisões em relação aos delinquentes sexuais. Sendo assim, torna-se imprescindível não somente que os legisladores compreendam a necessidade de harmonizar os códigos penais aos instrumentos internacionais pertinentes ao tema, mas também que os operadores do sistema de direito estejam em condição de aplicar a legislação vigente em cada país.

Na sequência, tem-se assédio sexual, um tipo de delito sexual, definido como um “comportamento de natureza sexual e conotações sexistas não desejado pela vítima, que afeta a dignidade da mulher e do homem” (Fernández-Pacheco, 2008). Ou seja, atitude ou comportamento hierárquico e discriminatório cometido por uma pessoa que se aproveita de sua posição de superioridade para constranger outra, visando ao favorecimento sexual. Vale lembrar que atitudes e comportamentos sexistas ocorrem tanto por parte dos homens quanto por parte das mulheres.

Já abuso sexual, que, como visto é um outro exemplo de delito sexual, pode ser definido como sendo uma violência contra crianças e adolescentes geralmente praticada por pessoas em quem confiam, dentro ou fora da família, para obter satisfação sexual. Normalmente estas pessoas encontram-se em situação de vulnerabilidade social, ou seja, uma situação de precarização das relações socioeconômicas, culturais e afetivo-emocionais. “Estes contatos ou interações sexuais podem ocorrer mediante força, promessas, coação, ameaças, manipulação emocional, enganos ou pressão” (Subgroup, 2005) podendo ser estes contatos: físicos, verbais ou emocionais, incluindo o *voyeurismo*, que consiste em espionar, com intuítos sexuais, crianças e adolescentes em banheiros ou em seus quartos.

Tem-se ainda a pornografia infantil que, de acordo com o Protocolo Facultativo da Convenção pelos Direitos da Criança (1989), consiste em “qualquer representação, por qualquer meio, de um menino/a ou adolescente envolvido em atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação de partes sexuais de um/a menino/a ou adolescente para propósitos sexuais principalmente” (Ecpat, 2007). Ressaltando que tais representações podem ser realizadas por meio de fotografias, livros, desenhos, revistas, filmes, fitas de vídeo, arquivos, discos de computadores, entre outros.

Além disso, a pornografia infantil pode ser dividida em duas categorias, são elas: branda e dura. A pornografia é considerada branda quando não é sexualmente explícita, mas, ainda

assim, faz uso de imagens eróticas de crianças e adolescentes. Por outro lado, quando as imagens são de meninos(as) e adolescentes envolvidos em atividades sexuais, sendo este envolvimento em relação a produção, difusão, oferta ou consumo de pornografia, é então classificada como dura.

É importante saber que a Convenção pelos direitos da criança é caracterizada como um dos principais instrumentos legais utilizados para penalizar o chamado *turismo sexual*. Adicionalmente, tem-se que os direitos humanos das crianças e as normas a que devem aspirar todos os governos para fomentar o cumprimento destes direitos, se encontram articulados de forma precisa e completa num tratado internacional de direitos humanos, a Convenção Universal dos Direitos da Criança.

O enfoque de direitos implica que os países-membros, incluindo o Brasil, que ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança e os diversos tratados internacionais detêm a responsabilidade de promover, respeitar, proteger e garantir os direitos civis, econômicos, sociais, políticos e culturais das crianças e dos adolescentes. Isso significa que a realização desses direitos não é uma questão de filantropia ou de assistencialismo e, sim, uma obrigação de diversos atores (é dever da família, da sociedade e do Estado, segundo o artigo 227 da Constituição Federal do Brasil) para com os detentores desses direitos (UNICEF, 2006).

Outro termo que vale ser conceituado por causar dúvidas em relação ao seu real significado, é a palavra pedofilia. Apesar de ser utilizada popularmente para classificar o ato praticado por pessoas (pedófilos) que se envolvem em atividades sexuais com meninas e meninos, literalmente esta palavra significa gostar e ter atração por crianças. Ao contrário dos termos vistos anteriormente, a pedofilia, mesmo sendo uma preferência sexual por pré-púberes, não é considerada um delito. Entretanto, o ato de manter atividades sexuais com uma criança, este sim constitui um crime.

Entretanto, uma pessoa que explora ou abusa sexualmente de crianças não é necessariamente um pedófilo, assim como um pedófilo não é obrigado a realizar todas as suas fantasias sexuais envolvendo-se em atividades com crianças. A fim de evitar tais confusões entre os termos, cabe a utilização da expressão delinquente sexual de crianças – considerando

que inclui, mas não restringe a pedófilos –, quando objetiva-se descrever apenas a pessoa envolvida em atividades sexuais com crianças.

Outro termo que causa certa polêmica, é a prostituição infantil. De acordo com o Protocolo Facultativo da Convenção pelos Direitos da Criança relativo à venda de crianças, à prostituição e pornografia infantil entende-se por prostituição infantil “a utilização de crianças em atividades sexuais em troca de remuneração ou de qualquer retribuição” (OIT/IPEC, 2007). Entre definições da expressão “prostituição infantil”, destaca-se o estudo de Saffioti (1989) que propõe duas abordagens: a primeira que se entrecruza com o conceito de exploração econômica e a segunda se refere à obtenção de prazer, com prejuízo de saúde mental de quem está sendo explorado. Tal expressão não se limita apenas à exploração de crianças, mas inclui também adolescentes que, são levados a se prostituírem mesmo sem ter consciência sobre seu corpo e sexualidade.

Todavia, a maioria das organizações atuantes no enfrentamento deste problema optam por não considerar a expressão prostituição infantil e, no lugar dela, utiliza o termo “exploração sexual infantil”, por compreender que engloba todas as categorias de exploração sexual cometidas contra crianças e adolescentes. Ademais, cabe ressaltar que crianças e adolescentes não se prostituem, mas sim são submetidas a uma situação de violência sexual. Além disso, evita-se o uso do termo prostituição infantil, por acreditar que este reforça a discriminação às vítimas sem enfatizar o papel dos responsáveis pelo delito, direcionando o olhar de pena ou censura da sociedade apenas para as crianças e adolescentes vitimados, desconsiderando que por trás delas há uma cadeia de exploradores.

Dentro desta perspectiva, e no sentido de contextualizar ainda mais o presente esforço acadêmico é importante conceituar mais um termo: a zona de prostituição, sendo este o local onde se pratica o sexo comercial. Atualmente, apesar de ilegal, pode-se observar em algumas zonas, a presença de adolescentes (sempre apresentando corpo de adulto e não de criança),

cuja entrada e permanência é tanto mais facilitada quanto maior for o ambiente de marginalidade, seja ele de corrupção policial, violência, criminalidade em geral, exploração das próprias mulheres adultas ou guetificação (aportuguesamento da palavra inglesa *ghetto*).

Entretanto, é interessante notar que, no Brasil, ao contrário do que se pensa, mães prostitutas costumam ter atitudes bastante conservadoras, declarando não desejar a mesma profissão para os filhos, com raras exceções. Estas raras exceções podem ser atribuídas a, geralmente, mulheres em situações de risco social.

Após a conceituação de diversos termos, é chegado o momento de compreender do que se trata a expressão exploração sexual, expressão esta essencial ao entendimento pleno do tema abordado na presente dissertação. Para tanto, vale salientar que a tomada de consciência do problema deu-se em 1996, no período entre 27 e 31 de agosto, quando houve a organização do Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial Infantil, em Estocolmo, capital sueca. Tal evento contou com a participação de 122 países e a união de diversos atores, dentre eles: a Rede Internacional de Organizações contra a Exploração Sexual da Infância (Ecpat), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), um grupo de ONGs e o Governo da Suécia.

Neste congresso adotou-se a chamada "Agenda de Estocolmo", que consiste na reunião das recomendações definidas no evento no que diz respeito ao enfrentamento do problema. Ademais, este documento reforça sua importância na medida em que seu conteúdo tem sido utilizado para orientar a criação de planos de ação nacional de combate à violência contra crianças e adolescentes. Os governos de cada país participante do Congresso de Estocolmo que assinaram a Declaração e o Programa de Ação de Estocolmo, reforçada pelo Compromisso Mundial de Yokohama (2001) são responsáveis pela formulação destes planos de ação nacional que têm como objetivo a mobilização e orientação de outros setores na busca

pela erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Como exemplo de outra de suas contribuições positivas, a “Agenda de Estocolmo” produziu a definição que se segue:

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma violação fundamental dos direitos. Abrange o abuso sexual por parte do adulto, e remuneração em dinheiro ou em espécie para a criança/adolescente ou para um terceiro ou várias pessoas. A criança ou adolescente é tratada como objeto sexual ou mercadoria. A exploração sexual constitui uma forma de coerção e violência contra a infância e adolescência, equivale a trabalho forçado e constitui uma forma contemporânea de escravidão (OIT/IPEC, 2007).

Percebe-se que na exploração sexual há uma vantagem comercial, onde as crianças protagonizam o papel de vítimas e não o de autoras. Neste sentido, Leal (2003) define exploração sexual de crianças e adolescentes como sendo:

uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda) (LEAL, 2003).

Tem-se ainda, relacionados à demanda, os exemplos que seguem: a existência de redes organizadas de recrutamento e outros intermediários que se beneficiam economicamente desta atividade; as novas tecnologias de comunicação que dão agilidade a exploradores permitindo a ampliação desse negócio ilegal; a tolerância social; autoridades que não cumprem seu papel na proteção das crianças e adolescentes; legislações débeis ou não aplicadas; a corrupção e a impunidade.

Quanto à oferta de crianças e adolescentes à exploração sexual, tantos outros podem exemplificar, tais como: pobreza e exclusão social; acirramento da desigualdade social; trabalho infantil; políticas sociais débeis e ineficazes; violência intrafamiliar; falta de perspectiva de futuro para adolescentes e jovens; baixa qualidade da educação e debilidade das respostas sociais ao combate à exploração sexual infanto-juvenil.

A exploração sexual fere os direitos fundamentais, a partir do momento em que estes não estão sendo respeitados e garantidos. Além disso, a exploração sexual se coloca no campo da negação de um direito inalienável: o da soberania e autonomia sobre a vida e sobre o próprio corpo, que deve ser, acima de qualquer fato, protegido para o pleno desenvolvimento. Ademais, a sexualidade, enquanto atividade sexual deve ser exercida de forma igualitária e simétrica, como uma livre opção e não como uma mercadoria valorizada pelas injunções econômico-sociais (DOS SANTOS, 2004).

Em adição, tem-se a exploração sexual no turismo, uma atividade ilegal praticada por pessoas que conduzem visitantes a destinos turísticos, oferecendo-lhes relações sexuais com crianças e adolescentes da região visitada. Infelizmente, a idéia de que explorar sexualmente a uma criança ou adolescente não resultará em nenhuma sanção é um dos principais estímulos à execução deste delito; pois, quando há legislações claras, um sistema de justiça que funciona regularmente, operadores com capacidade de fazer cumprir a legislação, exemplos concretos de aplicação das leis e uma sociedade vigilante, as possibilidades de inibir a ação dos delinqüentes sexuais aumentam sensivelmente.

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes (que abrange todo o espectro que vai desde as relações abusivas sem trocas comerciais às explicitamente monetárias) emerge do cenário socioeconômico (contradições de classe social) e político atual (violência estrutural), apoiado em valores culturais que reforçam práticas discriminatórias, tais como o preconceito relacionado a gênero (o patriarcalismo), à geração (adultocentrismo) e à raça/etnia (apartheid social), em detrimento de práticas sociais voltadas à garantia e defesa dos direitos dessa população; as práticas discriminatórias geram barreiras físicas, culturais, sociais e morais que resultam na exclusão em massa de grande parte da população (HAZEU e FONSECA, 1998).

Outra visão do chamado *turismo sexual* é fornecida pela Organização Mundial de Trabalho (OMT), que o descreve como viagens organizadas que fazem uso das estruturas da indústria de turismo com os fins principais de facilitarem o comércio sexual entre turistas e nativos. Vale notar que essa acepção não considera a questão da legalidade das atividades promulgadas, concentrando-se apenas nas práticas e nos objetivos dos turistas, presumindo que estes podem ser distinguidos, de maneira clara, dos turistas “normais” (Blanchette e Silva, 2005).

A partir disso, observa-se que existe uma falsa noção, alardeada quando em vez, de que o chamado *turismo sexual* é crime, o que não é fato, pela legislação brasileira. O chamado *turismo sexual*, assim como a prostituição, entre adultos, não é crime, mas é preciso estudar, por exemplo, as tênues linhas de ilegalidade que rondam o turismo. Este estudo será feito no tópico 2.5, quando será tratado do marco legal referente ao turismo e ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, é

caracterizado como crime a exploração sexual de crianças e adolescentes, tanto no turismo quanto fora dele, praticado por brasileiro ou estrangeiro.

Considerando que grande parte dos conceitos ora utilizados gera dúvidas em relação ao seu significado, optou-se, neste primeiro tópico, por explicitar qual seria a interpretação utilizada, a fim de sanar possíveis dúvidas. Assim, observou-se que o termo exploração diz respeito à venda de serviços de ordem sexual prestados por crianças ou adolescentes, tendo como consumidor final uma terceira pessoa.

Em suma, a expressão “exploração sexual de crianças e adolescentes” engloba: prostituição infanto-juvenil, pornografia infanto-juvenil, tráfico para comércio sexual e o chamado *turismo sexual* de crianças e adolescentes, havendo, geralmente, o apoio de redes de exploração sexual bastante organizadas e que se beneficiam com a omissão das autoridades. Em adição, sabe-se que, frequentemente, diversas crianças e adolescentes são afastados de suas famílias com promessas de futuro melhor e acabam por serem vítimas de exploração sexual. Como visto anteriormente, este tráfico de crianças e adolescentes para a exploração sexual realizado por quadrilhas organizadas está intimamente relacionado ao tráfico de drogas, sendo por muitas das vezes, realizado pelas mesmas redes e rotas.

Diversos estudos têm demonstrado que a exploração sexual infantil é sustentada por redes delituosas, articuladas e organizadas, da qual podem participar traficantes, taxistas, donos ou empregados de bares e hotéis, agências de turismo, agências de modelo, turistas, executivos em viagem, entre outros (OIT/IPEC, 2007).

Ainda assim, nos últimos anos, foram registrados importantes avanços (alguns destes serão trabalhados no desenvolvimento do texto) no que diz respeito à consciência profissional e comunitária sobre estas situações.

2.2 Informações quantitativas e qualitativas sobre a cidade do Rio de Janeiro

Neste momento cabe lembrar o objetivo desta dissertação, ou seja, propor mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicar a exploração sexual de crianças e

adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, de modo que realizar o diagnóstico da cidade foi imprescindível para que um parâmetro real a respeito do assunto em pauta fosse estabelecido.

Primeiramente, a fim de ressaltar a inclinação turística que a cidade do Rio de Janeiro apresenta, é preciso voltar no tempo e relembrar que a cidade ocupou, por vezes, posições importantes no decorrer da história do Brasil. Além de ter sido capital da colônia, capital do império e capital da república durante quase dois séculos (1763 a 1960), o Rio de Janeiro não foi apenas o centro político, cultural, econômico, financeiro e social, mas até hoje tem sido a síntese do Brasil. Com a transferência da capital do país para Brasília, a cidade perdeu o *status* político, porém, manteve intacta sua vocação de centro cultural e turístico.

Mais do que isso, pode-se dizer que o turismo na cidade do Rio de Janeiro é o retrato do turismo no Brasil. Além de ser uma das capitais mais visitadas do mundo, sendo um referencial para a atividade turística nacional e internacional, talvez por isso, seja considerada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) o principal portão brasileiro de entrada de turistas estrangeiros.

Em adição, a cidade é considerada com vocação para o turismo por possuir todos os requisitos necessários a um grande destino turístico: diversidade natural com uma natureza exuberante, patrimônio cultural, além da receptividade de seus moradores. Seguindo este raciocínio, o produto turístico Rio de Janeiro difundido pela Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR) nacional e internacionalmente é a cidade do Rio justamente com seus recursos naturais e culturais trabalhados de forma a poderem ser visitados, sua infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, centros de convenções, meios de transportes...) e os serviços especializados prestados pelos profissionais do setor.

A estratégia de comunicação de imagem da cidade pela RIOTUR é a diversidade encontrada no Rio, considerando que nela há vida ao ar livre, prática de esportes,

gastronomia, vida noturna agitada, carnaval, festa de reveillon, entre outros. Ressaltando esses pontos, e de acordo com o site da RIOTUR:

O Rio foi escolhido, depois de pesquisas realizadas pelas universidades de Michigan e da Califórnia, como a cidade com o povo mais cordial do mundo. Este é o maior segredo da cidade maravilhosa, o espírito carioca, que torna todos os espaços urbanos em mosaico de diferentes atrações. O Rio é das praias, da montanha, das áreas verdes, dos esportes ao ar livre, dos eventos como o réveillon, o carnaval e tantos outros. O Rio é histórico, é cultural, é diurno, é noturno. Possui muitos sabores. É para todas as idades. O Rio é como um dos seus símbolos, o Cristo Redentor, de braços abertos, para receber bem os visitantes (RIOTUR, 2008).

Com tais atributos, a cidade do Rio de Janeiro figura como o principal atrativo turístico do Brasil, ou seja, a cidade é tida como o “cartão de visitas” do país. Os dados abaixo, disponíveis no *site* do Armazém de Dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, indicam tal importância:

Tabela 1 – Proporção de turistas estrangeiros (número de pessoas) que vêm à Cidade do RJ ao visitar o Brasil

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	%
1990	1.091.067	557.535	51,1%
1991	1.228.178	617.774	50,3%
1992	1.692.078	692.060	40,9%
1993	1.641.138	745.077	45,4%
1994	1.853.301	732.054	39,5%
1995	1.991.416	832.412	41,8%
1996	2.665.508	812.980	30,5%
1997	2.849.750	1.065.807	37,4%
1998	4.818.084	1.455.061	30,2%
1999	5.107.169	1.659.830	32,5%
2000	5.313.463	1.811.891	34,1%
2001	4.772.575	1.374.502	28,8%
2002	3.783.400	1.459.636	38,6%
2003	4.090.590	1.509.427	36,9%

Fonte: COINF/DPF e Embratur, 2008.

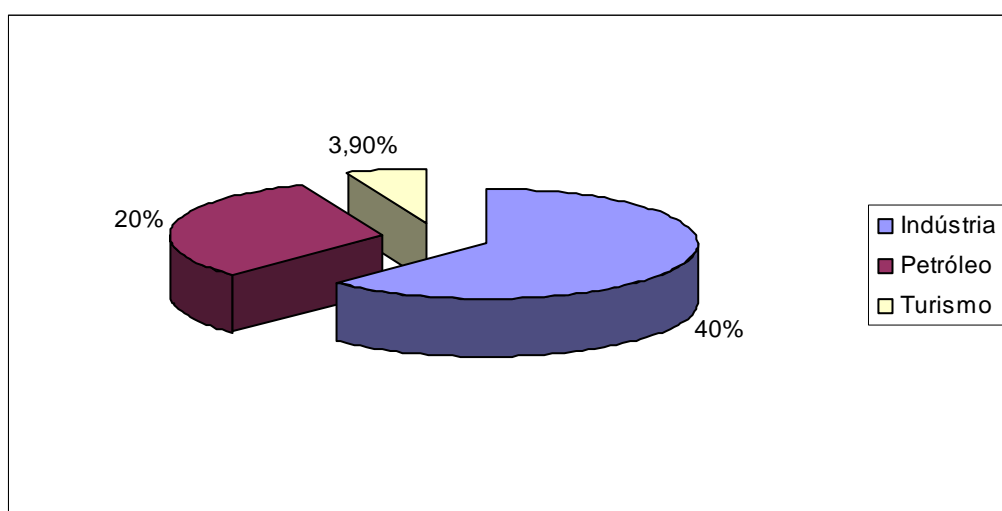
Nota metodológica: volumes estimados aplicando-se o percentual de turistas estrangeiros que declararam visitar a cidade do Rio de Janeiro (pesquisa Embratur) ao total de turistas estrangeiros que entraram no território nacional (controle de passaportes da Polícia Federal)

Com base nos dados apresentados na tabela 1, constata-se que, na cidade do Rio de Janeiro, o número de visitantes estrangeiros elevou-se consideravelmente na última década: aproximadamente 558 mil em 1990, atingindo o ápice em 1999 (em torno de 1,660 milhão de

turistas) e 1,509 milhão em 2003. Entretanto, apesar do número de turistas internacionais ter praticamente triplicado de 1990 para 2003, a participação relativa da cidade do Rio de Janeiro decresceu de 51,1% para 36,9%, considerados os mesmos dois anos. Após ter alcançado elevados percentuais nos anos de 1990 e 1991 (pouco mais de 50%) como cidade mais visitada pelos turistas estrangeiros, a participação do Rio de Janeiro começou a declinar em anos posteriores, chegando a um mínimo de 28,8% em 2001. Nos dois anos seguintes, porém, a cidade iniciou um processo de retomada, atingindo 38,6%, em 2002, e 36,9%, em 2003.

Na composição do PIB da cidade do Rio de Janeiro, segundo dados da Turisrio (2007), a indústria comparece com 40%, o petróleo com 20%, e o turismo com 3,9%, como demonstra o gráfico 1. Enquanto isso, em relação ao PIB brasileiro, da ordem de R\$ 1.330.000.000.000 (um trilhão e trezentos e trinta bilhões), o turismo representa cerca de 6,5% do total, ou seja, embora o Rio de Janeiro seja a grande referência turística para o país, observa-se que, do ponto de vista econômico, a sua importância ainda é pouco explorada pelos governos locais.

Gráfico 1 – Composição do PIB no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Turisrio (2007).

Estes dados revelam que a cidade do Rio de Janeiro vem perdendo uma excelente oportunidade de investimento. Tal fato indica a dificuldade da cidade em ter uma visão exata das suas transições: foi capital, e com a criação de Brasília perdeu boa parte das suas

atividades econômicas ligadas à função administrativa; foi um grande centro industrial, mas naturalmente a indústria foi migrando para o vale do Paraíba e outras regiões, pois grandes cidades já não constituem uma base adequada para as atividades industriais; com a perda do papel da capital e a redução da base industrial, o porto também perdeu parte de sua importância. Assim, o "tripé" econômico que sustentava o Rio de Janeiro murchou, deixando suspenso um cogumelo demográfico de mais de 8 milhões de pessoas.

Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro, atualmente menos preocupada em atrair fábricas de automóveis e mais preocupada em articular os espaços do seu desenvolvimento, teria ganhos significativos ao adotar a postura de centro turístico internacional, em particular de turismo de convenções e turismo de negócios em geral, combinando o turismo cultural com os serviços comerciais internacionais hoje em franca expansão.

Em novembro de 2004, por ocasião do I Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável, foi lançado o Programa Turismo Sustentável & Infância (TSI) pelo Ministério do Turismo do Governo Brasileiro, simbolizando o seu compromisso com a proteção de crianças e adolescentes considerando-as como patrimônio nacional. A idéia era mostrar de qual forma o turismo pode contribuir para o cumprimento das medidas legais de apoio a crianças e adolescentes contra a exploração sexual e a importância do engajamento dos integrantes da cadeia produtiva do turismo nessa missão.

Ao lado disso, o Programa TSI pretendia atentar o setor empresarial turístico para o seu papel de co-responsabilidade nessa ação. Para tanto, cabe ressaltar que “o turismo não é a causa da exploração sexual, por isso a importância dos profissionais do turismo reafirmarem seu compromisso com a proteção da infância e adolescente não permitindo a utilização dos equipamentos do turismo para fins de exploração sexual”. (Programa Turismo Sustentável e Infância, 2007).

Em adição, o turismo também revela sua importância significativa na medida em que promove o intercâmbio cultural e de conhecimento, a paz, os direitos humanos, além da geração de renda e emprego. No que se refere à sensibilização da cadeia produtiva, por exemplo, o projeto piloto do TSI formou 47 mil profissionais envolvidos, em 21 estados e 50 localidades brasileiras. Vale ressaltar que esta formação dá-se pela participação em pequenos cursos onde técnicos do setor ensinam como detectar e proceder diante a um caso de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Não obstante, cabe, neste momento, apresentar alguns elementos específicos do turismo na cidade do Rio de Janeiro a fim de que seja reforçada a importância do setor. No Rio de Janeiro, segundo dados da Riotur (2007), a temporada 2006/2007, recebeu um total de aproximadamente 2.469.000 turistas, entre nacionais e internacionais, gerando uma renda aproximada de 1,8 bilhão de dólares. Tais dados podem ser visualizados na tabela 2.

Tabela 2 – Número de turistas e renda gerada no Rio de Janeiro, segundo o período de 2007

Período	Número de turistas	Renda gerada (em milhões U\$)	Média de renda gerada por turista (em U\$)
Carnaval	694 000	500	720,5
Verão	2 469 000	1 775	718,9

Fonte: RIOTUR, 2007.

Como pode-se constatar pela tabela 2, o carnaval, festa mais popular do Brasil e um dos principais expoentes turísticos da cidade do Rio de Janeiro, é conhecido mundialmente e, além de atrair grande quantidade de turistas de vários lugares do Brasil e do mundo, tem um peso importante para a economia da cidade. Esta festa foi introduzida no país pelos portugueses, o Entrudo, palavra de origem latina que significa "entrada", se modificou consideravelmente até atingir a forma conhecida atualmente. Apesar da sua importância econômica, infelizmente o carnaval brasileiro se tornou sinônimo de mulher nua, o que, naturalmente, colaborou na divulgação do país como sendo um dos melhores paraísos sexuais do mundo.

Escolas do Grupo Especial levarão para a avenida um time de gatas que promete fazer a alegria da galera masculina. Nada de plumas, paetês ou fantasias muito trabalhadas. O lema para elas é quanto menos roupa melhor. Afinal, todo desfile de Carnaval que se preze é mais do que um bom motivo para que as musas da estação mostrem o resultado de seus implantes de silicone ou lipoaspirações mais recentes (MARTINS, 2001).

O carnaval é uma festa já enraizada na cultura brasileira, por isso, tem sua representação em todas as regiões do país. O destino carnavalesco mais conhecido no mundo é a cidade do Rio de Janeiro, onde, certamente, o atrativo principal é o desfile das escolas de samba. As escolas se apresentam durante os dias de carnaval no Sambódromo Professor Darcy Ribeiro, mais conhecido como Sambódromo da Marquês de Sapucaí, onde, além da beleza dos enredos das escolas, se destacam as mulheres, desde anônimas até as famosas artistas de televisão e personalidades da alta sociedade nacional e internacional. O Sambódromo, na verdade, funciona como um palco, onde as mulheres conseguem se projetar como símbolos sexuais e musas do carnaval.

No carnaval de 2008, o que parecia impossível tornou-se realidade no Sambódromo da cidade do Rio de Janeiro. Tendo em vista que nu frontal é proibido nos desfiles do Rio, uma modelo chamou a atenção de todos por exibir a menor fantasia da noite na concentração de sua escola: *topless*, um grande cordão dourado, um esplendor e um tapa-sexo com apenas quatro centímetros.

Não obstante, cabe salientar que, em diversas cidades do Brasil, a festa de carnaval deixou de ter data única e transformou-se em um negócio comercial. Aproveitando o sucesso e a perspectiva de atrair turistas durante todo o ano, o carnaval fora de época ou "micareta", vem crescendo cada vez mais em todo o país. Já são vários os locais que aproveitam o espírito de carnaval, para realizarem essas festas em épocas diferentes, reforçando ainda mais a idéia de que o Brasil é o "país do carnaval o ano todo".

Sendo assim, as mulheres e homens que se destacam durante os desfiles das escolas de samba no carnaval do Rio de Janeiro, ganham visibilidade e, via de consequência, angariam

contratos para participar de micaretas por todo o Brasil, além de conseguirem contratos de modelos ou capa de revistas sensuais.

Com isso, surge uma demanda comercial no carnaval, criando um estereotipo de sensualidade, que marca o turismo na cidade. Cabe ressaltar que o Ministério do Turismo repudia toda e qualquer promoção do Brasil realizada por meio de apelo sensual. Ainda assim, não é difícil encontrar na *internet* endereços sempre repletos de fotos, ressaltando os atributos das mulheres brasileiras, com poucas roupas e suas curvas sempre expostas, revelando a realidade sensual do carnaval carioca, misturando-se a isto, monumentos e paisagens. É certo que, por vezes, estão maquiados de *sites* sérios, mas na verdade, fazem divulgação das circunstâncias reais que envolvem a festa.

Infelizmente, o chamado *turismo sexual* cresce cada dia mais em todo o mundo e principalmente no Brasil, pois, para grande parte dos países em desenvolvimento, o sexo representa importante atração turística, sendo considerado um fenômeno que produz bons resultados econômicos e ganhos políticos, também. Como qualquer outro mercado, este não existiria caso não houvesse demanda que legitime transações desta natureza (Leheny, 1995).

A partir disso, cria-se em âmbito internacional imagens do Rio de Janeiro, fruto de um lastro geo-político específico, fundada na exuberância de uma geografia singular, composta de elementos variados (montanhas, praias, florestas), de um registro histórico de grande envergadura (capital do Reino, do Império e da República), caixa de ressonância cultural e política do país. A paisagem carioca se reveste de uma característica simbólica de exotismo e erotismo, calcada na originalidade, contaminado por um imaginário de mestiçagem, sensualidade e cordialidade característicos de uma utopia dos trópicos.

Tais idealizações acabam por construir um turismo específico, onde existe um forte apelo sexual. Esta situação coloca ao poder público, à sociedade, à academia e as empresas do setor turístico carioca a necessidade de estabelecer e exigir políticas públicas mais cuidadosas, no

sentido de erradicar o chamado *turismo sexual* de crianças e adolescentes, uma vez que tal situação se coloca como um ambiente propício na difusão da idéia de que esta opção é bastante lucrativa e glamourosa. Contudo, é importante citar o rigor do Juizado de Menores em relação à presença de crianças e adolescentes desfilando no Sambódromo. Assim, nenhuma destas crianças e adolescentes entra na avenida sem possuir um crachá, que só é obtido a partir de um cuidadoso procedimento. Visto isso, a valerem essas especulações sobre o incitamento do carnaval à crença no “paraíso sexual”, deve ficar claro que a exposição da sensualidade é exclusiva aos maiores de idade.

Entretanto, esta forma de pensamento contrasta com a realidade sócio-econômica da população carioca, principalmente ao público mais vulnerável a este tipo de exploração. O levantamento desenvolvido no tópico a seguir coloca como a falsa promessa de uma vida melhor é apenas uma ilusão para reforçar a manutenção da situação de exploração pelos quais passam as crianças e adolescentes.

2.3 A vulnerabilidade das crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro

Em termos gerais, os indicadores sociais da cidade do Rio de Janeiro não apresentam dados alarmantes, nem do ponto de vista do seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), nem do Índice de Gini. Cabe salientar que o IDH-M é obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda). Por outro lado, o Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, onde tem seu valor variando de 0 (quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (quando a desigualdade é máxima, tendo apenas um indivíduo como detentor de toda a renda da sociedade e ao mesmo tempo a

renda de todos os outros indivíduos é nula). Ambos os índices podem ser observados na tabela 3:

Tabela 3 – Indicadores sociais gerais

IDH-M	Índice de Gini
0,842	0,62

Fonte: IBGE, 2000.

Ainda em relação ao IDH, embora a cidade do Rio de Janeiro esteja na 60ª posição cabe observar que existem áreas da cidade, como a Região Administrativa do Complexo do Alemão, que tem o IDH de 0,709, se comparando, por exemplo, ao município de São Félix do Xingu, no Pará, que está em 2846ª no ranking dos municípios brasileiros. Em 2006, o Brasil estava com o IDH de 0,792, ocupando a posição de número 69. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil está com o índice de Gini de 0,591, indicando que a cidade do Rio de Janeiro é mais desigual do que a média do Brasil.

Quando o assunto é educação, a tabela 4 indica uma situação bastante desconfortável em relação à presença do adolescente na escola. Quase 15% de pessoas com idades entre 15 e 17 anos não estavam na escola no ano de 2000, último ano que foi feito este levantamento na cidade. Isso indica uma situação de grande vulnerabilidade deste público a uma série de situações de violência, dentre elas a exploração sexual.

Na sociedade brasileira o abuso sexual e os maus-tratos de crianças e adolescentes, entre outros fatores, podem estar relacionados à pobreza, ao desemprego, à falta de perspectivas educacional e profissional dos pais, à forma de organização e distribuição de poder e dos papéis no interior da família e às relações de dominação/exploração entre homens e mulheres e entre adultos e crianças estabelecidas historicamente (NEGRÃO, 2005).

Contudo, sabe-se que as questões socioeconômicas não são as condicionantes exclusivas a este tipo de situação. Adicionalmente, tem-se o autoritarismo, preconceitos e machismo, numa ideologia segundo a qual o homem domina socialmente a mulher, incitando a subalternização desta última e compactuando às condições de vida das famílias responsáveis pela estruturação de um cenário que, infelizmente, favorece o incitamento desse tipo de violência.

A violência sexual não tem ligação apenas com a pobreza e a exclusão social. Trata-se de um problema relacionado aos aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e jurídicos, que são reforçados pela existência histórica de relações de poder entre adultos e crianças; homem e mulher; brancos e negros; ricos e pobres (INESC, 2005).

Tabela 4 – Situação de crianças e adolescentes na escola

Crianças de 10 a 14 anos que trabalham	Crianças de 4 a 5 anos fora da escola	Crianças de 5 a 6 anos fora da escola	Crianças de 7 a 14 anos fora da escola	Crianças de 10 a 14 anos fora da escola	Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola
1,68%	30,00%	15,72%	3,23%	3,12%	14,67%

Fonte: IBGE, 2000.

Atreladas aos dados expostos na tabela anterior, têm-se as estatísticas sobre trabalho infantil que, em 2001, indicam que 5,5 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos trabalham, sendo que 22% dessa população não freqüentam a escola. Em adição, constatou-se que 500.000 meninas com idade entre 5 e 14 anos trabalham como empregadas domésticas. Mesmo ainda tendo pouca visibilidade, sabe-se que essa é uma forma de trabalho infantil que expõe fortemente tais meninas ao risco de exploração sexual.

Além disso, vale ressaltar que a população jovem tem sofrido o impacto das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto da sociedade contemporânea. Assim, como visto, as crianças e adolescentes, principalmente aquelas socialmente vulneráveis, são freqüentemente inseridas no mercado de trabalho precocemente e, por consequência, ficam sujeitas a situações de exploração sexual.

Resultado da correlação de forças da articulação política de parlamentares, autoridades federais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições e organismos de direitos humanos internacionais tem-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar a prostituição infanto-juvenil – a CPI sobre a Prostituição Infantil, como ficou popularmente conhecida. Datada de abril de 1993, instalada na Câmara dos Deputados e responsável não somente por estudar denúncias, mas também recomendar providências e propor medidas concretas para solucionar o problema.

É importante ressaltar que a CPI sobre a Prostituição Infantil foi de extrema importância, pois chamou a atenção para assuntos antes não considerados, tais como a impunidade, a ligação com o narcotráfico, ausência de políticas de atendimento às crianças e adolescentes vitimizados, existência de rotas de tráfico interna e externa ao território nacional e o chamado *turismo sexual*. Sendo assim, a partir de sua instauração a mobilização contra a violência sexual infanto-juvenil no Brasil foi intensificada significativamente, tanto pela sociedade civil e *mídia* quanto pelos setores governamentais, legislativos e organismos internacionais. A partir daí, é criada uma articulação nacional e internacional, onde esses atores organizaram-se por meio de redes, pactos, fóruns, comitês e comissões, a fim de articular Estado e sociedade visando ao enfrentamento da questão.

Outro aspecto igualmente importante na conjuntura brasileira é a criação de espaços públicos, de natureza plural e democrática, como locus do debate e reflexão crítica para a construção de uma política pública de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente (PLANO NACIONAL, 2006).

No universo de 43.125.753 de habitantes, que é a população de pessoas na faixa etária de 5 a 17 anos existentes no Brasil, 12,7% ou 5.482.515 de pessoas estavam exercendo alguma ocupação de trabalho na semana de referência da pesquisa do IBGE realizada em 2001, conforme pode-se observar na tabela 5:

Tabela 5 – Pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação na semana de referência e sexo, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2001

Unidades da Federação	Total (1)	Homens (2)	Mulheres (1)	Pessoas ocupadas na semana de referência					
				Total	% Total	Homens	% Homens	Mulheres	% Mulheres
Brasil (2)	43.125.753	21.780.021	21.345.732	5.482.515	12,7%	3.570.216	65,1%	1.912.299	34,9%
Acre (3)	121.936	60.167	61.769	11.862	9,7%	6.797	57,3%	5.065	42,7%
Alagoas	833.437	419.566	413.871	142.232	17,1%	93.706	65,9%	48.526	34,1%
Amapá (3)	67.780	34.871	32.909	3.411	5,0%	2.194	64,3%	1.217	35,7%
Amazonas (3)	666.710	332.198	334.512	43.810	6,6%	27.275	62,3%	16.535	37,7%
Bahia	3.771.670	1.924.695	1.846.975	617.009	16,4%	418.832	67,9%	198.177	32,1%
Ceará	2.180.588	1.082.666	1.097.922	368.934	16,9%	238.506	64,6%	130.428	35,4%
Distrito Federal	515.846	246.308	269.538	23.040	4,5%	12.601	54,7%	10.439	45,3%
Espírito Santo	815.103	397.627	417.476	108.444	13,3%	68.229	62,9%	40.215	37,1%
Goiás	1.324.291	671.764	652.527	171.229	12,9%	113.405	66,2%	57.824	33,8%
Maranhão	1.877.076	961.761	915.315	417.291	22,2%	287.836	69,0%	129.455	31,0%
Mato Grosso	693.715	358.388	335.327	104.901	15,1%	73.263	69,8%	31.638	30,2%

Mato G. do Sul	555.262	276.181	279.081	64.179	11,6%	42.789	66,7%	21.390	33,3%
Minas Gerais	4.469.833	2.228.725	2.241.108	578.728	12,9%	385.160	66,6%	193.568	33,4%
Pará (3)	1.281.308	633.743	647.565	134.897	10,5%	90.791	67,3%	44.106	32,7%
Paraíba	992.820	498.947	493.873	129.571	13,1%	96.835	74,7%	32.736	25,3%
Paraná	2.422.103	1.264.418	1.157.685	348.249	14,4%	227.066	65,2%	121.183	34,8%
Pernambuco	2.238.243	1.128.640	1.109.603	361.005	16,1%	245.383	68,0%	115.622	32,0%
Piauí	832.046	402.685	429.361	144.866	17,4%	101.458	70,0%	43.408	30,0%
Rio de Janeiro	3.119.941	1.567.973	1.551.968	148.297	4,8%	96.169	64,8%	52.128	35,2%
Rio G. do Norte	764.070	394.279	369.791	88.167	11,5%	63.183	71,7%	24.984	28,3%
Rio Grande do Sul	2.353.498	1.175.376	1.178.122	366.136	15,6%	225.491	61,6%	140.645	38,4%
Rondônia (3)	269.168	136.924	132.244	20.843	7,7%	13.693	65,7%	7.150	34,3%
Roraima (3)	74.301	38.440	35.861	4.463	6,0%	3.090	69,2%	1.373	30,8%
Santa Catarina	1.325.019	671.352	653.667	206.879	15,6%	107.713	52,1%	99.166	47,9%
São Paulo	8.690.255	4.427.418	4.262.837	747.885	8,6%	441.177	59,0%	306.708	41,0%
Sergipe	524.454	267.624	256.830	62.946	12,0%	41.408	65,8%	21.538	34,2%
Tocantins	345.280	177.285	167.995	63.241	18,3%	46.166	73,0%	17.075	27,0%

Fonte: Adaptado de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de condição de ocupação na semana de referência. (2) Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclusive a população da área rural.

Assim, os dados expostos na tabela 5 mostram que o Estado do Rio de Janeiro tem um baixo percentual (4,8%) de pessoas na faixa etária de 5 a 17 anos exercendo alguma ocupação, ou seja, de uma população de 3.119.941 de pessoas que se encontram nesta faixa etária, 148.297 exerciam alguma ocupação de trabalho na data da pesquisa. Este percentual só é mais baixo no Distrito Federal (4,5%), que apresenta uma população de pessoas na faixa etária de 5 a 17 anos de 515.846 e constatou-se que 23.040 destas exerciam ocupação na época da pesquisa. Por outro lado, em se tratando da questão de gênero, o Estado do Rio de Janeiro segue a mesma média da proporção nacional (65% homens e 35% mulheres).

Embora seja certificado um percentual relativamente baixo de ocupação da população entre 5 e 17 anos, o Rio de Janeiro apresenta um fenômeno, que não lhe é peculiar, mas que se reflete em uma grande repercussão nacional: a população em situação de rua. De acordo com o “Levantamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, elaborado pela Secretaria de Assistência Social (SMAS) da Prefeitura do Rio de Janeiro, em dezembro de 2006, existe um grande risco para que a prática da exploração sexual de crianças e

adolescentes ocorra na cidade. A SMAS elaborou este levantamento a partir da divisão de treze diferentes regiões da cidade em incursões sempre feitas à noite, localizando 1682 pessoas que, ou têm as ruas como locais de moradia ou as usam como pernoite provisório, tendo em vista possuírem referência domiciliar e adotarem nas ruas estratégias de sobrevivência e geração de renda, que se verifica a seguir:

Tabela 6 – Distribuição da população em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro

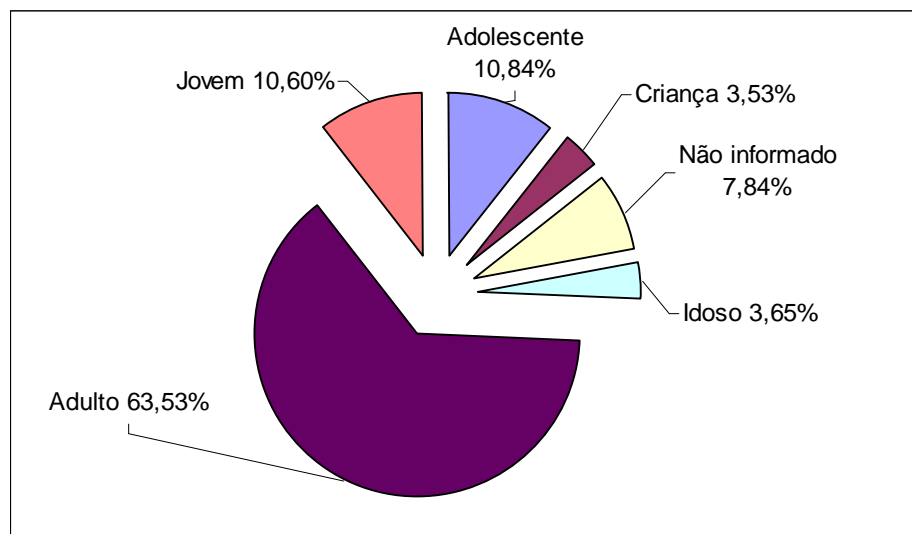
Área	Localidade	Nº de pessoas	%
1ª	Av. Pres. Vargas	199	11,87%
2ª	Centro	372	22,18%
3ª	Zona Portuária	97	5,78%
4ª	Copacabana	170	10,14%
5ª	Ipanema, Leblon, Lagoa, Humaitá, Jd. Botânico e Gávea	129	7,69%
6ª	Botafogo, Flamengo, Catete, Glória e Largo do Machado	146	8,71%
7ª	Parque do Flamengo	37	2,21%
8ª	Tijuca, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí, Pc Bandeira e Maracanã	112	6,68%
9ª	Méier, Del Castilho, Pilares	151	9,00%
10ª	Madureira, Bento Ribeiro, Rocha Miranda, Pavuna, Irajá, Vista Alegre e Cascadura	96	5,72%
11ª	Bonsucesso e Penha Brás de Pina	56	3,34%
12ª	Campo Grande	100	5,96%
13ª	Santa Cruz	12	0,72%
TOTAL		1677	100%

Fonte: Vargens, 2006.

Assim, a tabela 6 aponta quais regiões, que contam com um forte turismo, como por exemplo: Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Humaitá, Jd. Botânico e Gávea e Zona Portuária, têm uma grande quantidade de população em situação de rua (23,61%).

Cabe ressaltar que, dentre a população levantada, uma significativa parcela (14,37%) é composta por crianças e adolescentes (na dinâmica de apresentação dos resultados da SMAS, os quesitos relativos à idade foram reunidos, seguindo as faixas etárias determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual seja, criança (até 12 anos incompletos); adolescentes (12 a 18 anos incompletos); jovem (de 18 a 25 anos incompletos); adulto (de 25 a 65 anos incompletos); idoso (acima de 65 anos), conforme apresentado no gráfico 2:

Gráfico 2 – Levantamento por faixa etária nas treze regiões da cidade pesquisada

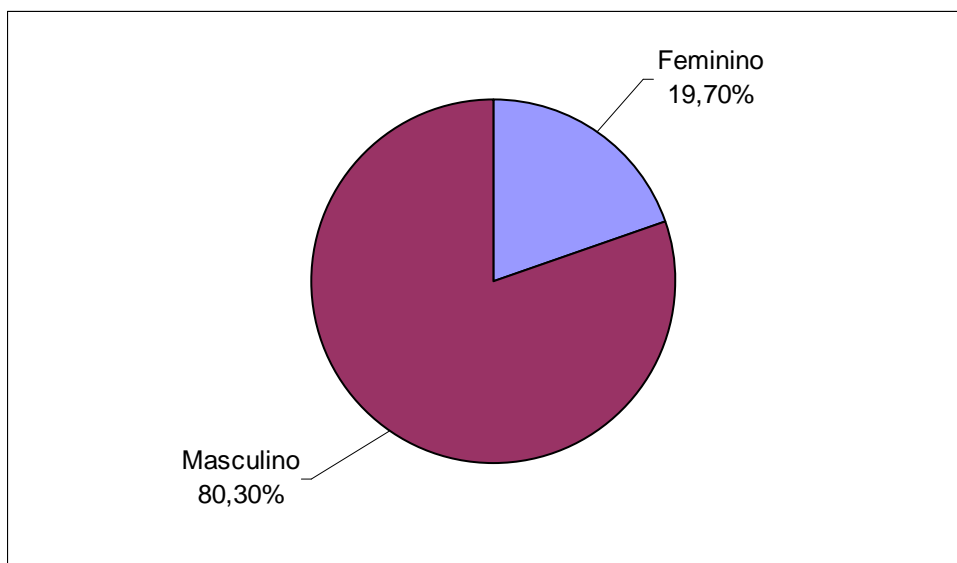


Fonte: Vargens, 2006.

Dessa forma, os dados do gráfico 2 indicam que o número de crianças e adolescentes na rua, na amostra desta pesquisa, é relativamente baixo (47 pessoas). No entanto, cabe ressaltar que além deste levantamento ter sido realizado por meio de visitas de técnicos da SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) em apenas uma noite em cada região da cidade, ainda assim este número é relevante. O ideal é que enquanto houver pessoas na rua, independente do número, que haja ação do governo no sentido de erradicação do problema.

Além disso, pode-se observar que a grande maioria (80,30%) é composta por homens, tendo apenas 19,70% representando as mulheres (gráfico 3). É curioso observar que, apesar da menor representatividade, o gênero feminino é justamente a população mais vulnerável no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro.

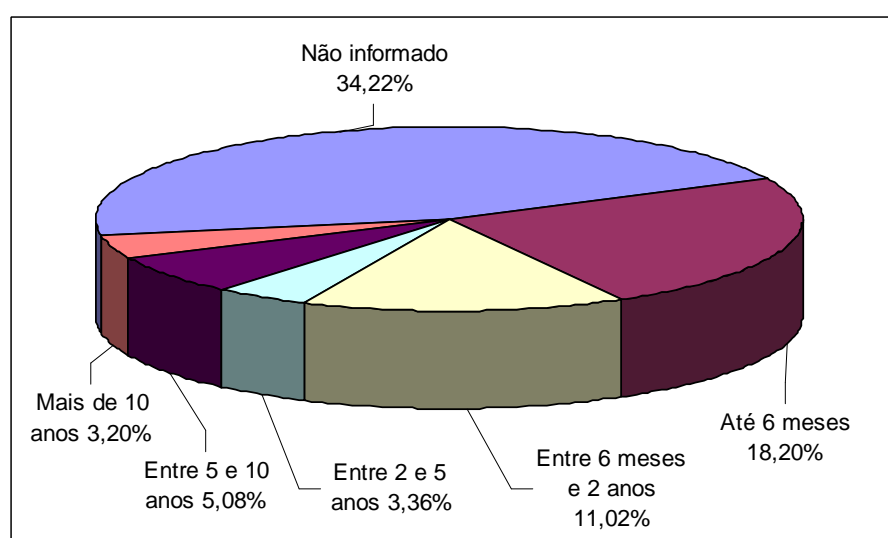
Gráfico 3 - Levantamento por gênero nas treze regiões da cidade



Fonte: Vargens, 2006.

Contudo, tanto os números representados pelo gráfico 2, quanto os percentuais presentes no gráfico 3, podem ser alterados de acordo com a estação do ano ou atividades na cidade. Na sequência, o gráfico 4 indica o quanto volátil é essa permanência, tendo a maioria, dos que informaram, menos de 6 (seis) meses nas ruas.

Gráfico 4 – Tempo de permanência nas ruas

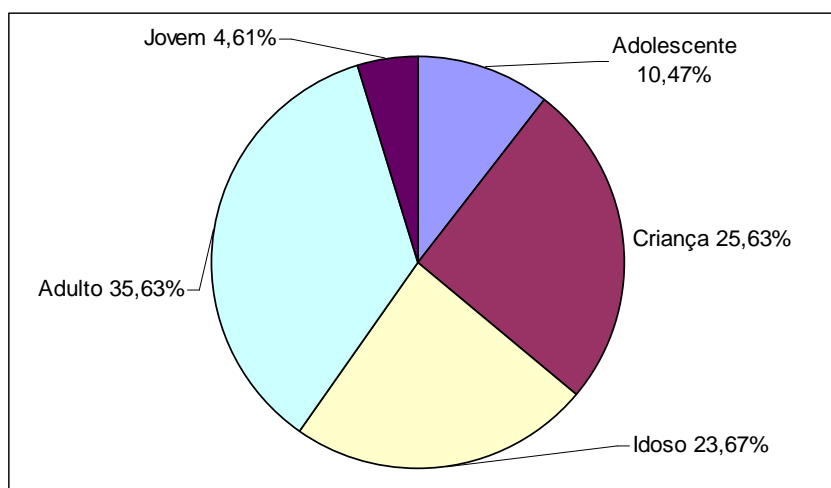


Fonte: Vargens, 2006.

Além das pessoas nas ruas da cidade, representadas pela tabela 6, levantou-se informações de 1.280 pessoas alocadas nos centros de acolhimento governamental da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, o gráfico 5 relata a existência de um número muito grande de crianças nos abrigos da prefeitura e, se somada à população adolescente, atinge mais que a marca de um terço. Com base nesses dados, clama-se por uma necessidade de estabelecimento de atividades sócio-educativas e profissionalizantes para este público.

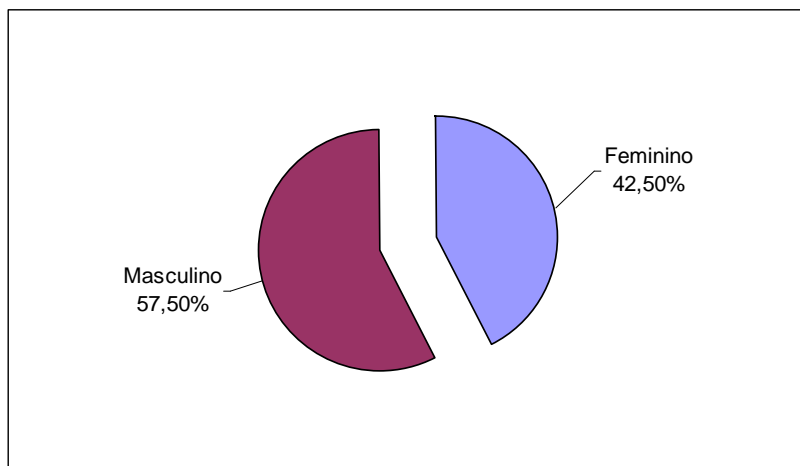
Gráfico 5 – Levantamento por faixa etária nos abrigos



Fonte: Vargens, 2006.

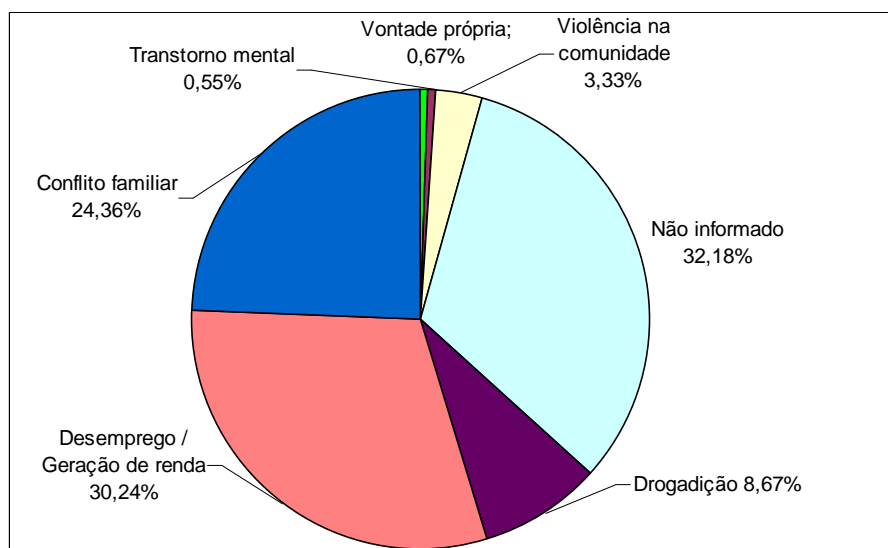
O gráfico 5, se analisando junto ao gráfico 6, indica que a população mais fragilizada no convívio nas ruas (crianças e o gênero feminino) encontra nos abrigos cobertura para se proteger das ruas. Portanto as ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes podem se privilegiar desta ocorrência da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico 6 – Levantamento por gênero nos abrigos

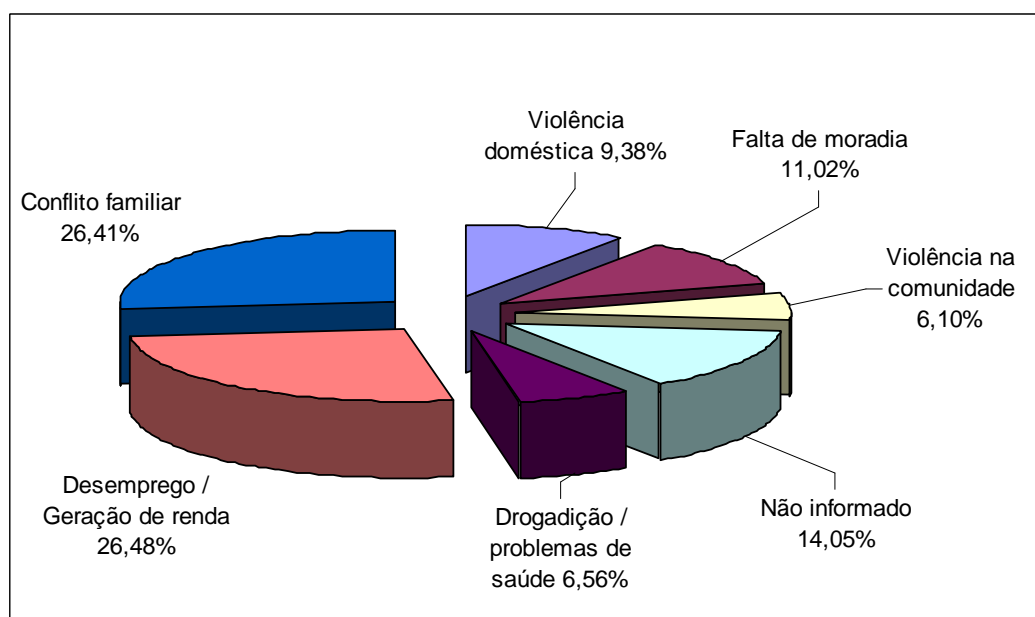


Fonte: Vargens, 2006.

Analisando outra questão, ao buscar identificar qual o principal motivo que levou estas pessoas a uma situação de rua, pode-se observar nos gráficos 7 e 8 que os fatores desemprego/geração de renda e conflito familiar foram os principais indicados. Todavia, outro ponto que contribui para a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em relação à exploração sexual e que apresenta um agravante importante para este delito é o uso de drogas. Apesar da obtenção de dados sobre esta situação ser difícil, devido ao medo de represália, entre outras possibilidades, nos gráficos 7 e 8 observa-se uma presença forte deste quesito quando pesquisados os motivos que levaram com que as pessoas migrassem para uma situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico 7 – Motivo da ida para a rua nas treze regiões da cidade

Fonte: Vargens, 2006.

Gráfico 8 – Motivo da ida para a rua nos abrigos

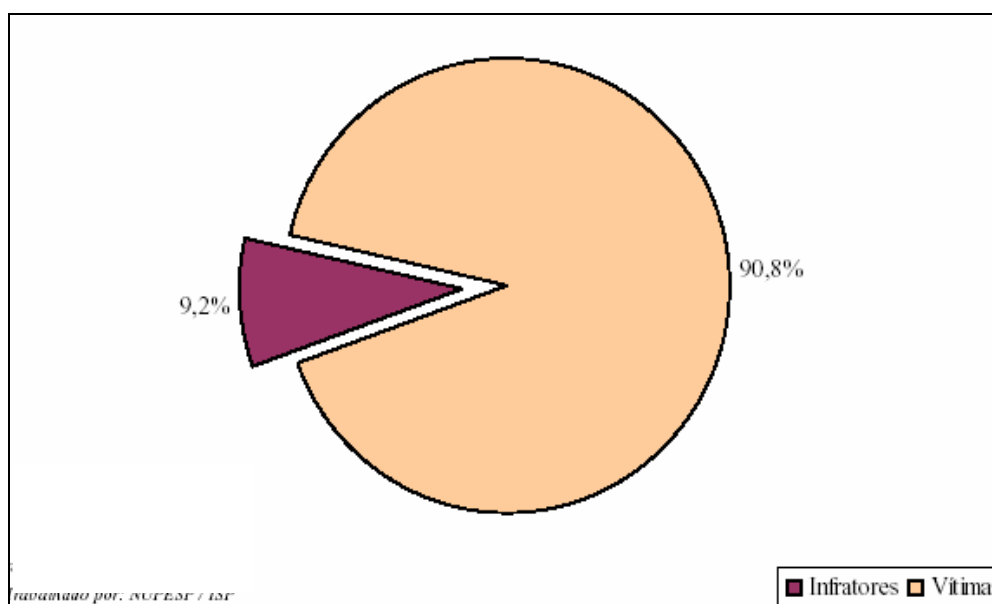
Fonte: Vargens, 2006.

Conquanto seja difícil a obtenção de dados em relação ao uso de drogas, o relato de técnicos do Núcleo de Direitos Humanos da SMAS da Prefeitura do Rio de Janeiro indica que a drogadição é recorrente entre a população em situação de rua, funcionando como “moeda de

troca” para a prostituição, tanto neste segmento quanto no segmento que abrange as pessoas que não estão nesta situação.

Em contradição ao que é geralmente difundido pelos principais órgãos da *mídia* brasileira, as crianças e adolescentes são as principais vítimas da violência. Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado Rio de Janeiro (ISP/RJ) revelam que apenas 9,2% deste público, em situação de violência, praticaram infração. É importante ressaltar que, os dados aqui apresentados são referentes ao Estado do Rio de Janeiro, pois os dados da cidade do Rio de Janeiro não foram disponibilizados de forma desmembrada. Assim, os dados levantados indicam que as ocorrências se deram da seguinte forma: 35,5% na capital, 34,0% no interior, 21,8% na Baixada e 8,8% na Grande Niterói.

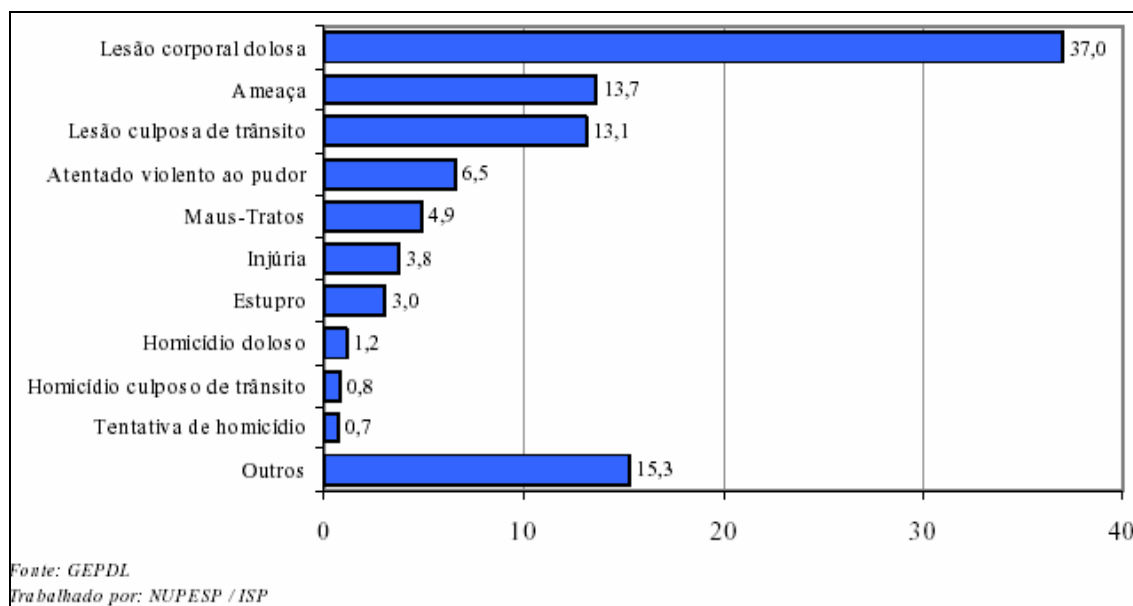
Gráfico 9 – Proporção de crianças e adolescentes vítimas e apreendidos (2006) – Estado do Rio de Janeiro



Fonte: ISP/RJ, 2008.

Conforme apresentado no gráfico 10, os tipos de delitos que os 90,8% de crianças e adolescentes foram vítimas no Estado do Rio de Janeiro foram os que seguem:

Gráfico 10 – Delitos de que foram vítimas crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro (2006) – valores percentuais

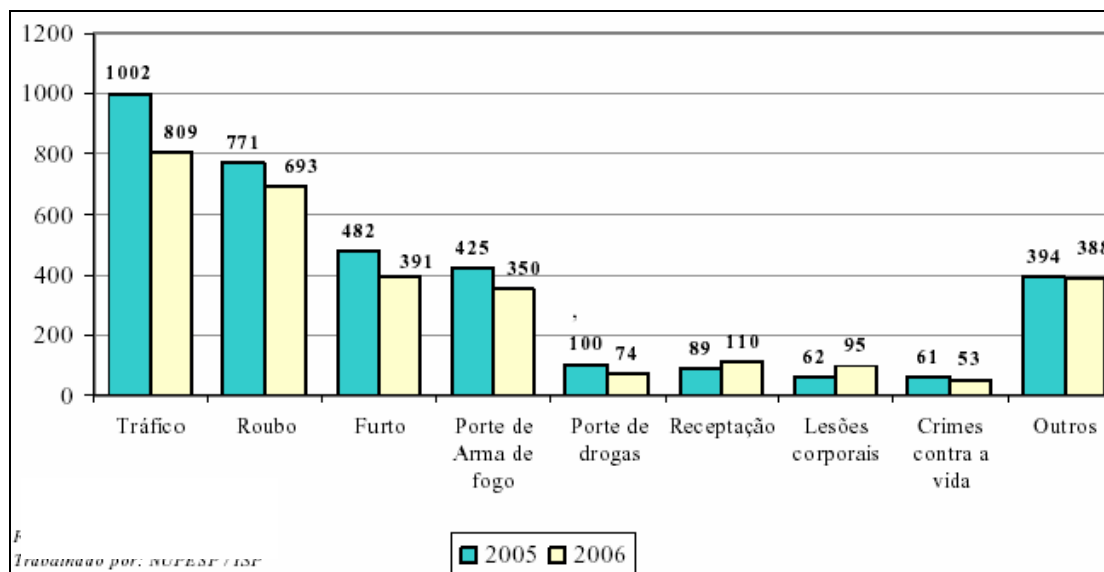


Fonte: ISP/RJ, 2006.

Lesão corporal dolosa é o maior delito sofrido por crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, atingindo um percentual de 37% dos casos registrados. A ameaça aparece em segundo lugar com 13,7% de casos registrados e, nos casos de Lesão Culposa de Trânsito, observa-se um percentual de 13,1 de registros feitos no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2006. Na categoria intitulada “outros” constam os delitos como: maus tratos, abandono de incapaz, omissão de socorro etc. A exploração sexual de crianças e adolescentes enquadra-se na categoria, que envolvem outros delitos, denominada “atentado violento ao pudor”, e aparece com 6,5% das ocorrências.

Por outro lado, o gráfico 11, indica que, dentre os delitos praticados pelos 9,2% da população composta por crianças e adolescentes em situação de violência, o maior é o tráfico de drogas. Ademais, de acordo com o ISP/RJ, o perfil das crianças e adolescentes apreendidas no Estado do Rio de Janeiro em 2006, em relação à idade, gênero e raça, é o seguinte: 87,3% masculino, 7,8% feminino e 4,9% sem informação; 43,3% de 15 e 16 anos, 45,8% de 17 anos; 43,4% parda, 25,2% preta, 24,4% branca.

Gráfico 11 – Tipo de envolvimento que levou à apreensão das crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro (2005 e 2006) – valores absolutos



Fonte: ISP/RJ, 2006.

Tráfico de drogas e roubo são os delitos com maior número de registros, correspondendo, respectivamente, a 1002 apreensões e 771 no ano de 2005, enquanto no ano de 2006 representaram, 809 no primeiro caso e 693 apreensões no segundo. Cabe salientar ainda que a categoria “outros” do gráfico 11 refere-se à violação de domicílio, dano, ameaça, dano ao patrimônio público, atentado violento ao pudor, estupro, etc. Destaca-se, todavia, que os crimes contra a vida – homicídios principalmente – representam os menores números de infrações com as quais os adolescentes apreendidos estão envolvidos. A citação a seguir confirma os dados.

Nos cinco primeiros anos deste século (2001/2005), cinco mil jovens com menos de 18 anos foram detidos por tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Para o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Guaracy Vianna, o dado mostra que é necessário tomar providências, impedir que esses garotos cheguem ao tráfico e resgatar os que já estão. ‘O quadro já tende a se tornar de difícil solução em longo prazo’, alerta. Guaracy aponta como solução para o problema o investimento em educação e na inclusão dos jovens em programas de primeiro emprego. É o mesmo pensamento do secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, que fala em ‘disputar com o tráfico menino a menino’. ‘Se eles falam que recebem R\$ 350 por mês, não temos um valor tão astronômico assim. Temos o programa Pró-Jovem, que hoje já atende 400 mil jovens com bolsas para ficarem o dia inteiro estudando. Queremos aumentar este valor para um universo de 2 milhões de jovens, com a ajuda de todos os níveis de governo e da sociedade’, diz. Helena Oliveira Silva, oficial de projetos do UNICEF no Brasil, lembra que os programas têm que

ser direcionados para captar o jovem antes dele entrar no tráfico, com idade abaixo dos 14 anos. ‘Os projetos têm que evitar a entrada no tráfico, investindo nas famílias. Depois dos 14 anos, o jovem morador de favela já está numa faixa crítica com risco de mortalidade muito grande’, defende (AMORA e CÂNDIDA, 2006).

Observa-se, portanto que um número expressivo de crianças e adolescentes encontra-se num ambiente bastante hostil e impregnado de violência, fato este ratificado pelo caso da morte do jornalista Tim Lopes, qual teve uma repercussão nacional e internacional, justamente por ele ser repórter da Rede Globo de Televisão. A saber, o repórter fora à favela apurar denúncias de que tráfico de drogas e exploração sexual infantil são freqüentes nos bailes *funk* da região, sendo brutalmente assassinado.

Assim, verifica-se que por se tratar de um processo mais amplo, a exploração sexual de crianças e adolescentes não tem origem apenas na pobreza e na indigência. Estão vinculadas ainda às relações sociais concentradoras de renda e às relações culturais desiguais de gênero e de raça, perpassando também a lógica de mercado, considerando que a exploração é destinada a fins comerciais de terceiros. Nesta perspectiva, faz-se necessário, para melhor compreensão da violência sexual de meninos, meninas e de adolescentes no Brasil, demonstrar o seu campo teórico multifacetado tendo como objeto de análise a exploração sexual de crianças e de adolescentes:

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

Deve-se também considerar o fascínio que esta atividade exerce sobre alguns ou algumas adolescentes. A atividade sexual comercial, além de se apresentar como alternativa de sobrevivência, implica relações psicossociais e culturais destas crianças e adolescentes no meio familiar e social em que estão inseridas.

Diante da complexidade do fenômeno os pesquisadores e profissionais devem fazer um esforço para dar à análise e à intervenção, direções mais claras, incluindo os vários aspectos da problemática, pois a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes não se coloca apenas como um problema econômico, mas como uma

questão cultural e política da sociedade, ou seja, sua visão e exercício da sexualidade. Nesta relação estão implicados os valores e desejos de indivíduos, socialmente construídos, numa sociedade machista e consumista de imagens do corpo da mulher como objeto sexual (LEAL e CÉSAR, 1998).

Por sua extrema complexidade, o tema da violência sexual, em suas diferentes formas de manifestações e danos provocados em crianças e adolescentes tem despertado interesse nas Ciências Sociais, na Psicologia e no Direito no que diz respeito a questões que levem a compreensão do fenômeno nas suas diferentes facetas.

Sabe-se que a violência é um fenômeno antigo, produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional ou social. Historicamente, a violência tem sido denunciada no ambiente doméstico/familiar contra mulheres e crianças e adolescentes de ambos os sexos, além disso, as pesquisas têm confirmado uma maior incidência no caso de meninas e mulheres, daí a questão de gênero ser compreendida como um conceito estratégico na análise do fenômeno. Adicionalmente, tem sido denunciada em outros lugares socialmente construídos: na rua, no ambiente institucional e nas quadrilhas de exploração (tanto nas economicamente poderosas, quanto nas domésticas).

Por outro lado, é importante frisar que a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, e sim objeto da dominação dos adultos, tanto por meio da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão. As relações dominantes de gênero e de raça, por sua vez, se evidenciam pelo fato, já constatado, de que a grande maioria das vítimas de exploração sexual é do sexo feminino.

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como "autônomo" sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa "imagem de marca", parafraseando o moderno marketing, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios "corpinho de adolescente", "cara de criança", "loirinha", "moreninha" (FALEIROS, 1998).

Em seguida, tem-se a tabela 7, que apresenta a quantidade de registros de denúncias (que, portanto, não necessariamente se comprovam, mas que podem servir de indício) sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, ocorridos por ano nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Salvador e Brasília. Tanto Rio de Janeiro quanto Salvador apresentaram taxas altas de exploração sexual com intermediários, podendo indicar que há, senão uma rede, uma forte articulação para a prática de tal delito.

Tabela 7 – Denúncias Categorizadas – Tipo de violência: Exploração Sexual

Município	Vítima		2003	2004	2005	2006	2007
Manaus	Exploração sexual	Exploração sexual com intermediários	3	0	10	25	18
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	7	2	9
Salvador	Exploração sexual	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	0	0	1
		Exploração sexual com intermediários	2	1	15	76	85
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	15	2	41
Brasília	Exploração sexual	Exploração sexual com intermediários	0	0	0	6	1
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	1	0	0
Rio de Janeiro	Exploração sexual	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	0	6	0
		Exploração sexual com intermediários	1	0	22	85	38
		Exploração sexual sem intermediários	0	0	17	6	23
São Paulo	Exploração sexual	Exploração por terceiros em situação de escravidão	0	0	1	3	0
		Exploração sexual com intermediários	0	0	8	45	25
		Exploração sexual sem intermediários	1	0	7	1	15

Fonte: Presidência, 2007.

Assim, os indicadores sociais da cidade do Rio de Janeiro, associados ao levantamento da população em situação de rua e a situação de violência em que se encontram as crianças e adolescentes, ratificam a hipótese de que a cidade apresenta condições alarmantes do ponto de vista social, propiciando um clima eminentemente favorável à exploração sexual de crianças e adolescentes.

2.4 Alinhando a prostituição e o turismo sustentável na cidade do Rio de Janeiro

O termo “prostituição” sofre de variados estigmas, corriqueiramente associados à contravenção tendo, habitualmente, ações repressivas praticadas visando ao combate à prostituição adulta, atividade esta não considerada ilegal no Brasil.

Grande parte dos turistas se hospeda em hotéis ou apartamentos de temporada no bairro de Copacabana, não somente pela facilidade de locomoção aos principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro como o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor, como também pela vida agitada do bairro nas 24 horas do dia. Entretanto, com o passar dos anos, a transferência da capital para Brasília, o enfraquecimento cultural da cidade, proibição de jogo, ocupação dos morros do bairro pelas favelas e o conseqüente aumento da violência e a saída da elite para os bairros do Leblon e Barra da Tijuca, explicam a decadência do bairro que busca sobreviver por meio de sua fama adquirida dos seus primórdios. Em conseqüência disto, um número expressivo de apartamentos ficou vazio e passou a ter novos donos, quais sejam as pessoas de classe média e, também prostitutas e estrangeiros que optaram por fixar ou alugar residências no bairro; logo, Copacabana passou a receber também um novo tipo de turista, assunto de discussão da presente dissertação, o chamado *turista sexual*.

Além disso, não há dificuldade em obter informações sobre atividades sexuais na cidade, pois *sites* como o *clubhombre.com*, uma rede de relacionamentos, compartilha informações fundamentais àqueles que vêm à cidade em busca de aventuras. De acordo com a parte pública (livre acesso) do *site*, a cidade do Rio de Janeiro é um dos destinos mais exóticos do mundo, perdendo apenas para a Tailândia. Assim, encontrar esse tipo de turista nas ruas desta cidade e, mais especificamente, em Copacabana não é muito difícil. Afinal, para detectar a presença deles basta estar no calçadão da praia em frente aos hotéis.

Os chamados *turistas sexuais* se locomovem, geralmente, em grupos pequenos, são facilmente identificados pelo estilo de roupas que usam e são chamados de gringos. Próximos

a eles, ambulantes dispensam seu tempo tentando vender bebida e muitas outras coisas, eventualmente, de interesse dos turistas. Além disso, mendigos e moradores de rua buscam obter algum trocado como pedintes, enquanto taxistas lhes oferecem seus serviços e prostitutas usam micro-roupas na busca por estes clientes.

Bares da orla de Copacabana, como o Meia-Pataca e o Terraço Atlântico, são alguns dos locais utilizados como ponto de encontro para os programas entre os estrangeiros e prostitutas. O bar Meia-Pataca inicia suas atividades no final da tarde e é no Terraço Atlântico onde as pessoas se reúnem antes de ingressarem na discoteca *Help*. Em seguida, o chamado *turista sexual* e a prostituta abandonam estes redutos e se destinam a hotéis de alta rotatividade que permitem a entrada delas ou então se dirigem diretamente aos apartamentos que, como visto, esses turistas alugam por uma temporada de 3 a 5 dias para a prática de sexo.

O artigo de autoria de Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2005) é baseado em um estudo antropológico sobre o chamado *turismo sexual* em Copacabana, identificando desde qual o tipo de turistas existentes até quais são as pessoas que geralmente freqüentam discoteca semelhante à *Help*. Por fim, os autores constataram que as mulheres que se prostituem não são vítimas desse processo. Ao invés disso, segundo o estudo,

As mulheres que operam na interseção entre turismo internacional e sexo são ativas na manutenção de uma visão do Brasil como campo para as realizações de fantasias sexuais e afetivas. Longe de serem simples vítimas, elas detêm um controle notável sobre as suas ações e representações, lançando mão de vários artifícios para construir uma almejada ascensão social através do forjamento de ligações com estrangeiros itinerantes. Suas atividades não podem ser entendidas simplesmente como os resultados de uma 'lavagem cerebral colonialista', ou os frutos de uma 'baixa auto-estima', pois freqüentemente providenciam mudanças socioeconômicas em suas vidas que são entendidas por elas como melhorias. Portanto, são melhor entendidas como estratégias racionais do que como manifestações ideológicas de uma falsa consciência (BLANCHETTE e SILVA, 2005).

Apesar do clima intenso de prostituição, este estudo estima uma baixíssima proporção de menores no entorno da boate *Help*, conhecida como ponto central de prostituição para turistas.

A idade parece variar entre 18 a 45 anos, com uma média provável de 25 anos. A casa pode pedir as identidades das mulheres na entrada e se existem menores dentro da Help, estas são cuidadosamente produzidas para passarem por adultas. Em

nenhuma de nossas idas constatamos a presença evidente de menores de idade dentro da boate [Help]. (...)

Determinar quem pode ser – ou não – menor de idade na gira da noite de Copacabana não é fácil. Quase todas as garotas de programa atuando na noite apresentam-se como maiores de idade e adotam um visual de acordo com isto. Em oito meses de pesquisa, encontramos poucas garotas que nos pareciam ser claramente menores de idade – nunca mais que 2% das nossas contagens noturnas de prostitutas –, mesmo assim, somente em momentos de grande movimento. A vasta maioria das garotas trabalhando como prostitutas na orla de Copacabana aparenta ter mais de 18 anos (BLANCHETTE e SILVA, 2005).

Diante da escassez de trabalhos científicos que tratam da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, é fácil compreender que exista dificuldade maior na obtenção de informações específicas sobre a cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, diante dos poucos escritos sobre a cidade, localizou-se um trecho interessante no trabalho sobre prostituição infantil e saúde, qual seja:

Na cidade do Rio de Janeiro, a situação encontrada foi a seguinte: a) foi a única área onde os depoimentos nomearam a prostituição infantil masculina, sendo basicamente de natureza homossexual, com “michês” oriundos de várias classes sociais; b) apresenta situações semelhantes às outras regiões, onde existem explorações de turismo sexual e por clientes locais; c) mencionam-se casos de meninas que vivem nas ruas e para sobreviverem trocam favores sexuais, sem elas se considerarem prostitutas; d) assinala-se a presença marcante de pseudo agências de modelos, camuflando a exploração sexual de meninas e adolescentes; e) registrado, pela gravidade da denúncia, o caso de uma diretora de CIEP (Centro Integrado de Educação Popular) que organizou um álbum de fotografias de estudantes, encaminhando-o a um motel para a escolha de clientes (GOMES, MINAVO e FONTOURA, 1999).

Este estudo se aproxima dos dados do Programa Sentinela de 2003 (ação do Governo Federal criada para combater a exploração sexual no país), apontando que na cidade do Rio de Janeiro, 82% das vítimas de violência sexual eram do sexo feminino e 18% do masculino. Além disso, dos 355 casos notificados, 95% caracterizavam-se como de abuso sexual e os demais como de exploração sexual.

Para fins de melhor entendimento, cabe salientar que o Programa Sentinela trata-se de um Programa do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que consiste em um conjunto de ações articuladas de assistência social destinado ao atendimento de crianças abusadas e/ou exploradas sexualmente, bem como seus familiares. O principal objetivo deste

Programa é gerar condições que possibilitem o resgate social e a garantia de direitos. A operacionalização do Programa se dá por meio de Centros de Referência que atuam nos municípios executando ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vitimadas pela violência sexual.

Arelada a esta idéia de proteção, pode-se destacar a importância da sustentabilidade no turismo na medida em que deve haver tanto o respeito pelas outras pessoas, como pelo meio-ambiente. Sendo assim, a idéia é que o pensamento esteja voltado para as gerações futuras, no entendimento de que o turismo somente tornar-se-á sustentável caso assegure a proteção do meio ambiente, respeite a igualdade entre homens e mulheres, promova os direitos humanos e, especialmente, os direitos de crianças e adolescentes.

Estas são condições primordiais ao seu desenvolvimento, ao lado de condicionantes tais como a exuberante beleza natural do país, saborosas comidas típicas e regionais, carnaval e diversos monumentos históricos, ícones da cultura nacional. Para tanto, o ramo do turismo iniciou, naturalmente, a busca pela forma com a qual possa contribuir para o cumprimento das medidas legais de apoio a crianças e adolescentes contra a exploração sexual, e ressalta não somente a importância do engajamento dos integrantes da cadeia produtiva do turismo nessa missão, como também a co-responsabilidade do setor empresarial turístico nesse sentido.

É importante ressaltar que a exploração sexual de crianças e adolescentes, além de determinada por questões sociais, podendo até mesmo ser incentivada pela equivocada promoção de pontos turísticos, na medida em que exaltam as curvas do corpo da mulher é, definitivamente, avessa ao Turismo Sustentável. Para tanto, é importante salientar que o desenvolvimento sustentável do turismo impacta todos os setores, por exemplo, a chegada de um *resort* em uma cidade movimenta a economia, desde a produção de aço e cimento utilizados na construção das instalações até a fabricação de lençóis, televisores, etc.

Em relação a este tema, tem-se um instrumento importante elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, qual seja o Relatório Brundtland (1987), que compõe diversas iniciativas responsáveis por reafirmarem a visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelos países em processo de desenvolvimento, que alertam para os riscos que o uso excessivo dos recursos naturais provoca, ao desconsiderar a capacidade que os ecossistemas suportam. Além disso, o relatório ressalta a incompatibilidade existente entre os padrões de produção e consumo vigentes e desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, segundo a enciclopédia Wikipedia, no relatório Brundtland, o “desenvolvimento sustentável é concebido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Neste caso, a visão de solidariedade é imprescindível para que o desenvolvimento seja efetivamente sustentável, na medida em que beneficia uma geração sem o detrimento de outra. Ademais, a garantia de um desenvolvimento sustentável está no alinhamento de três fatores, quais sejam: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Além do alinhamento desses fatores, cabe ressaltar que as necessidades citadas na definição anterior estão diretamente associadas à pirâmide de hierarquia de necessidades de Maslow, considerando que é essencial garantir as necessidades das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade sexual. Para tanto, as necessidades consideradas por Maslow, descritas da base em direção ao topo, são as que seguem: fisiologia, segurança, amor/relacionamento, estima e realização pessoal. Assim, na medida em que uma pessoa garante a satisfação de suas necessidades fisiológicas, que constitui a base da pirâmide, ocorre a busca pela segurança (alocada no patamar imediatamente posterior), e assim segue até que a pirâmide esteja completa.

Cabe salientar, contudo, que a idade sexual dos meninos e especialmente das meninas tem diminuído com o passar dos anos. Diz-se especialmente das meninas, pois, com a melhoria alimentar, seus corpos tendem a se desenvolver mais rapidamente e, conseqüentemente, a menarca (primeira menstruação) ocorre cada vez mais cedo, motivando, assim, uma sexualidade mais precoce.

Entretanto, para que nossas necessidades sejam satisfeitas de maneira sustentável, é imprescindível que não comprometam a satisfação de outra pessoa ou de outro grupo de pessoas. Por exemplo, quando há um interesse em valorizar determinado destino turístico para as futuras gerações, é preciso garantir sua preservação, porém, é importante frisar que, apesar de ser automaticamente associada apenas à preservação ambiental, deve coexistir a preocupação com o patrimônio, o respeito à diversidade e a sustentabilidade social.

Por fim, ao alinhar a prostituição ao turismo sustentável percebe-se que há certa dificuldade em solucionar a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* tendo em vista a abrangência do assunto. Ainda assim, algumas medidas certamente auxiliariam no atingimento deste objetivo, uma delas é incitar a inibição nos turistas que visitam a cidade exclusivamente com esse fim. Além de uma fiscalização rigorosa nos aeroportos e rodoviárias, a prefeitura pode colaborar na medida em que aplica punição aos ambulantes, taxistas e estabelecimentos que facilitem o desenvolvimento do chamado *turismo sexual*. Outra medida cabe à sociedade que deve colaborar aderindo às campanhas de conscientização e as profissionais do sexo, por sua vez, ajudam na fiscalização em seus locais de trabalho, denunciando os responsáveis e não compactuando com esse tipo de atividade ilegal.

2.5 Marco legal referente ao turismo e ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro

Como visto, a presente dissertação é um produto inspirado na pesquisa “O Turismo e a Preservação da Criança e do Adolescente” desenvolvida pelo Observatório de Inovação Social do Turismo, núcleo de pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Pesquisa esta realizada em parceria com o Ministério do Turismo e o Instituto WCF Brasil (*World Child Foundation*). Sendo assim, cabe ressaltar que o trabalho final desta pesquisa, do qual a autora da presente dissertação participou da elaboração, inspirou fortemente a criação deste tópico.

Ao incluir o aspecto de desenvolvimento social nos debates constituintes dos anos 1980 permitiu-se que os assuntos referentes à infância e à adolescência fossem tratados como fenômenos sociais advindos do contexto onde se inserem. Neste sentido, a fim de estabelecer um novo relacionamento com as crianças e os adolescentes, educadores iniciam o desenvolvimento de trabalhos diretamente realizados nas ruas, baseado nos princípios do educador Paulo Freire de educação popular.

A exigência de inclusão da política de assistência social na agenda das políticas públicas, visando a uma intervenção nos grupos de risco social em seu próprio ambiente, família e comunidade, rompeu com a perspectiva de assistência meramente individualizada, indicando uma intenção de alargar o alvo a ser atingido no processo de desenvolvimento social (MENDONÇA, 2002).

Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte surge a possibilidade de alterar de forma definitiva o olhar do Estado brasileiro sobre suas crianças e adolescentes. A sociedade, por meio de suas instituições estava estimulada e preparada para a construção de um texto legal que promovesse o fim da doutrina da situação irregular e a proposição da doutrina da proteção integral, cuja base vinha sendo discutida, em nível mundial desde 1979 (MOTTI, 2000).

No ano de 1988 é promulgada a nova Constituição Federal (CF) com uma nova ótica sob os direitos das crianças e dos adolescentes, representada no artigo 227. Assim, segundo Vianna (2003), instaurou-se a base jurídica a fim de “introduzir mudanças positivas de conteúdo nas políticas públicas em geral e, em especial, as de promoção e proteção de

crianças e adolescentes” e para “deslocar o eixo das políticas sociais segundo duas vertentes: do Estado para a sociedade civil e da União para os municípios”, modificando assim o modelo de gestão das políticas sociais com a inclusão de novos elementos, quais sejam, a participação, mobilização e descentralização. Ademais, no dia em que se comemorava os 30 anos da Declaração Universal de 1959 e o décimo aniversário do Ano Internacional da Criança, em 20 de novembro de 1989, a Assembléia Geral da ONU é responsável pela aprovação unânime do texto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Alguns meses depois, em 13 de julho 1990, promulgou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dessa forma, este Estatuto deu início ao processo de consideração da população infanto-juvenil como não somente sujeito de direito, como também merecedora de cuidados especiais e proteção prioritária, revogando então o Código de Menores de 1979.

Em adição, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, após ser ratificada por 20 países, entra em vigor em 2 de setembro de 1990, responsabilizando juridicamente os Estados participantes por suas ações condizentes aos Direitos da Criança. No ano que se segue, tem-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), responsável pela política nacional dos direitos da criança e do adolescente, juntamente aos representantes da sociedade civil.

Sendo assim, as demais políticas setoriais passam a ser regulamentadas dentro desse novo marco legal institucional. Neste sentido, em 1990, a Lei nº 8069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (ECA) e a Lei nº 8080/90 institui o Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda nesta vertente, em 1993 a Lei nº 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – dispõe sobre a organização da assistência social e no ano de 1996 a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – regulamenta os sistemas de educação e ensino. Cabe enfatizar que é dever do Legislativo tanto a formulação de leis

quanto a criação de CPIs, entretanto não cabe a esse poder a execução do que é proposto, mas sim ao Executivo, ocasionando, por vezes, um desalinhamento de expectativas.

Adicionalmente, as legislações expostas anteriormente se articulam no sentido de acompanhar as novas condições de institucionalidade democrática e compartilham princípios, tais como a descentralização política e administrativa e a participação da sociedade na formulação das políticas. Dessa forma, dá-se início ao processo de reordenamento institucional visando às mudanças para a área da infância e adolescência, sobretudo com a implantação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas. (CONANDA, 2000).

Tal compreensão é oriunda do projeto político iniciado pelo ECA, onde conceitos tais como integração, intersetorialidade, complementaridade e redes de atenção, adquirem consistência. Neste sentido, perspectivas objetivas são requeridas a fim de que se supere o paternalismo, assistencialismo, corporativismo e conservadorismo que marcaram as ações e políticas do Estado brasileiro. Assim, apenas na década de 1990 passa a existir uma regulamentação da proteção integral às crianças e aos adolescentes, baseado nos dispositivos assegurados na Constituição Federal de 1988.

Como ratificado em vários estudos, garantir os direitos da infância e da adolescência é a melhor alternativa para se quebrar o círculo vicioso da pobreza e promover o desenvolvimento social e econômico do País. Isso implica garantir os direitos de crianças e adolescentes à sobrevivência (acesso a serviços de qualidade), ao desenvolvimento (cuidado e educação infantil), à educação, à proteção, com investimentos de recursos humanos e financeiros, com prioridade absoluta, conforme estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal brasileira, a partir de políticas públicas integradas (UNICEF, 2006).

Ao analisar as leis responsáveis por tratar do turismo no Estado do Rio de Janeiro, verificou-se a existência de seu investimento fortemente preocupado com o desenvolvimento social. Cabe salientar que, a partir do momento que são criadas leis, criam-se automaticamente crimes e criminosos, com custo alto de mantê-los na prisão, que se encaixam nos parâmetros definidos.

Assim, o artigo 227, embora não se refira diretamente à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, reforça a noção de que o turismo deve atuar como instrumento de desenvolvimento econômico, social e ambiental, remetendo novamente à questão do turismo sustentável desenvolvida no tópico anterior:

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Capítulo II - DA POLÍTICA INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS (arts. 223 a 228)

Art. 227 - O Estado promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida das comunidades envolvidas, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado.

§ 1º - O Estado definirá a política estadual de turismo buscando proporcionar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento dessa atividade.

** § 2º - O instrumento básico de intervenção do Estado no setor será o plano diretor de turismo, que deverá estabelecer, com base no inventário do potencial turístico das diferentes regiões, e com a participação dos Municípios envolvidos, as ações de planejamento, promoção e execução da política de que trata este artigo.*

** Regulamentado pela Lei nº 2100, de 05 de abril de 1993, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET.*

§ 3º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao Estado, em ação conjunta com os Municípios, promover especialmente:

I - o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;

II - a infra-estrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos na produção, criação e qualificação dos empreendimentos, equipamentos e instalações ou serviços turísticos, através de linhas de crédito especiais e incentivos;

III - o fomento ao intercâmbio permanente com outros Estados da Federação e com o exterior, visando ao fortalecimento do espírito de fraternidade e aumento do fluxo turístico nos dois sentidos, bem como a elevação da média de permanência do turismo em território do Estado;

IV - a construção de albergues populares, objetivando o lazer das camadas mais pobres da população;

V - a adoção de medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o setor.

§ 4º - Serão estimuladas a realização de programações turísticas para os alunos das escolas públicas, para trabalhadores sindicalizados e para os idosos, dentro do território do Estado, bem como a implantação de albergues da juventude.

Além disso, outra preocupação que consta na legislação estadual é a criação de mecanismos de maior participação a fim de melhor discutir o turismo no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foi criado o Conselho Estadual de Turismo, que é apresentado apenas com caráter consultivo considerando que não aborda diretamente a questão da exploração sexual no turismo:

LEI Nº 2100, DE 05 DE ABRIL DE 1993
DISPÕE SOBRE O CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO - CET.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Turismo - CET -, como instrumento auxiliar na implementação dos desígnios estabelecidos no Art. 224 (atual 227) da Constituição Estadual. Art. 2º - O Conselho Estadual de Turismo - CET, como órgão consultivo, tem por finalidade:

I - opinar sobre a orientação a ser imprimida na política de turismo do Estado, observadas as diretrizes fixadas pelo Governo;

II - sugerir ao titular da Secretaria de Estado a que estiver vinculado as medidas básicas que entender convenientes ao aprimoramento e desenvolvimento do turismo no Estado;

III - colaborar na realização da política de turismo do Estado;

IV - manter relacionamento com os demais órgãos de turismo do Estado e empresas privadas do ramo, buscando uma atuação integrada e harmônica, dirigida ao desenvolvimento do turismo no Estado;

V - propiciar e estimular a formação, profissional do pessoal ligado às atividades turísticas no território estadual;

VI - opinar, na esfera do Poder Executivo, sobre anteprojetos e projetos de lei que se relacionem com o turismo, bem como sobre planos, programas e projetos turísticos que pretendam Incentivos Fiscais do Estado, bem assim sobre o Plano Diretor de Turismo previsto no art. 224 (atual 227), § 2º, da Constituição do Estado;

VII - propor a instituição de áreas e atrativos de interesse turístico, nos termos da Lei nº 921, de 11 de novembro de 1985;

VIII - opinar sobre convênios e outros instrumentos contratuais relativos a ações e atividades turísticas;

IX - elaborar e editar seu Regimento Interno.

Esta preocupação pode ser observada no âmbito do governo estadual por meio da Lei nº 4358, de 21 de junho de 2004, que busca coibir a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes: “dispõe sobre a divulgação em estabelecimentos públicos dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. Esta iniciativa busca alertar os donos de estabelecimentos e cliente sobre as penalidades previstas para quem explora sexualmente crianças e adolescentes:

Art. 1º - Os estabelecimentos públicos especificados nesta Lei, ficam obrigados afixarem placa que explicita os crimes e as penas decorrentes da prática da prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, os estabelecimentos são os seguintes:

I - hotéis, motéis e pousadas;

II - bares, restaurantes e lanchonetes;

III - casas noturnas de qualquer natureza;

IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos com entrada paga;

V - agências de modelos, viagens;

VI - salões de beleza, casas de massagens, saunas, academias de dança, de fisiculturismo, de ginástica e atividades correlatas e outros estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços mediante pagamento e voltados ao mercado ou culto da estética.

Art. 3º - A placa será afixada na entrada do estabelecimento ou em local de fácil visualização por todos os freqüentadores, obedecendo as seguintes especificações:

I - a placa será confeccionada em madeira, ferro, pvc, acrílico ou outro material resistente à ação do tempo, vedado o uso de papel, papelão, cortiça, isopor ou assemelhados;

II - a dimensão mínima será de 50 (cinquenta) centímetros de largura por 40 (quarenta) centímetros de altura e conterá a seguinte frase:

** II - a dimensão mínima será de 30 (trinta) centímetros de largura por 20 (vinte) centímetros de altura e conterá a seguinte frase:*

** Nova redação dada pela Lei nº 4402/2004.*

A PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO OU DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES É CRIME, PUNIDO COM RECLUSÃO DE 4 A 10 ANOS E MULTA. INCORREM NAS MESMAS PENAS OS RESPONSÁVEIS PELO LOCAL EM QUE OCORRAM TAIS PRÁTICAS. DISQUE DENÚNCIA: 2253 11 77.

III - as letras serão todas maiúsculas em cor que possibilite destacar facilmente a frase e ocuparão toda a largura da placa;

IV - haverá uma borda em linha reta delimitando o tamanho da placa, permitindo verificar se as dimensões estão compatíveis com as mínimas estabelecidas no item II.

Art. 4º - Na mesma placa será informado o (s) número (s) telefônico (s) através dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca da prática da prostituição ou exploração sexual de que trata esta Lei.

Art. 5º - A fiscalização desta Lei dar-se-á de igual forma ao estabelecido na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º - A omissão, negação ou frustração propositada ao disposto nesta Lei, constitui infração administrativa e sujeitará o responsável infrator a multa de 1.000 (mil) UFIRS, por infração registrada.

Parágrafo único - A reincidência do previsto desta Lei sujeitará ainda ao infrator, sem prejuízo da multa cabível, a interdição do estabelecimento pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - Os valores decorrentes da aplicação das multas previstas nesta Lei serão recolhidas aos cofres do Governo do Estado para uso exclusivo em ações de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, bem como a Lei nº 3738/2001.

Em relação à frase que tem de estar exposta na placa que explicita os crimes e as penas decorrentes da prática da exploração sexual de crianças e adolescentes, cabe uma observação visto que é incentivada uma compreensão ambígua ao inserir somente a palavra “prostituição”. Na verdade, esta palavra deve ser entendida como “prostituição de crianças e adolescentes” e, como visto, grande parte das organizações atuantes no enfrentamento deste

problema optam por não considerar a expressão prostituição infantil, preferindo o termo “exploração sexual infantil”, pois engloba todas as categorias de exploração sexual cometidas contra crianças e adolescentes. Esta explicação se fez necessária na medida em que não é difícil depreender erroneamente, por este texto, que a prostituição é crime. Na verdade, o Código Penal brasileiro não proíbe a prática da prostituição, mas sim prevê punição para aqueles que a exploram.

Ademais, cabe ressaltar que alguns setores da sociedade vêm atuando de forma sistemática no enfrentamento e esclarecimento das distintas situações a fim de contribuir para a correção de termos e ações, tendo em vista que o oferecimento de serviços sexuais é uma atividade profissional e lícita, quando realizada por pessoas maiores de 18 anos.

Uma consequência importante desse ativismo é a criação do projeto de lei 98/2003, do deputado Fernando Gabeira, que “dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual” e suprime os arts. 228 (favorecimento da prostituição), 229 (casa de prostituição) e 231 (tráfico de mulheres) do Código Penal, este último por haver outro dispositivo legal responsável por criminalizar o tráfico de pessoas para qualquer fim.

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Fernando Gabeira ressaltou ainda que a formalização da atividade certamente contribuiria para maior controle da exploração sexual de crianças e adolescentes, e com isso aprimorar o seu combate. Assim, na justificativa do seu projeto, o deputado defende a tese de que a profissionalização ajuda a coibir os efeitos indesejáveis e delitos que a prática da prostituição pode trazer para a sociedade, dentro do contexto da informalidade.

Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la [a prostituição], e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade – não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime – seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis (Gabeira, 2003).

Por outro lado, vale salientar que, apesar da conscientização para com o problema de exploração sexual de crianças e adolescentes, em âmbito municipal, a normatização no campo do turismo não abrange, explicitamente, esta preocupação para com as crianças e adolescentes, mesmo que no parágrafo 2 do artigo 292 aponte atenção especial com o turismo social:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Capítulo III - Do Desenvolvimento Econômico

Seção III - Do Fomento ao Turismo

Art. 292 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural da Cidade, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente, às paisagens notáveis e à cultura local.

§ 1º - O Município considera o turismo atividade essencial para a Cidade e definirá política com o objetivo de proporcionar condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

§ 2º - O incremento do turismo social e popular receberá atenção especial.

Ao analisar o marco legal sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, observa-se uma forte preocupação em coibir tal delito, porém, é importante ressaltar que este não é originado de organismos ligados ao turismo. Para tanto, observou-se que esta ação ocorre com maior frequência no âmbito de coerção legal ou mesmo policial do que ações de prevenção, sendo formuladas com entidades estadual ou municipal, responsáveis pelas políticas públicas voltadas ao turismo. Por outro lado, foi observado que a preocupação em relação à proteção de crianças e adolescentes diz respeito aos órgãos ligados à assistência social.

Dessa forma, a prevenção diz respeito à políticas de enfrentamento do problema, por meio da discussão teórico-prática da questão e de campanhas atinentes a uma sexualidade responsável e protegida. No caso da presença de crianças e adolescentes no mercado do sexo deve-se ter como base o papel dos adultos na proteção destes e não o inverso, ou seja, depositar nas crianças e adolescentes a responsabilidade de se defenderem de adultos consumidores e violentadores sociais.

Nesse sentido, campanhas educacionais, políticas sociais e uma legislação rígida em relação aos abusadores sexuais é fundamental. Para tanto, deve haver uma forte mobilização, no sentido de proteção do patrimônio que a criança e o adolescente representam, conscientização a fim de não tornar-se cúmplice, e sensibilização da sociedade civil, das famílias e do Estado, por meio da realização de denúncias, buscando a construção de valores éticos.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

*Capítulo III - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO
(arts. 45 a 62)*

Art. 51 - A Administração punirá o abuso, a violência e a exploração, especialmente sexual, da criança, do adolescente, do idoso e também do desvalido, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único - A lei disporá sobre criação e o funcionamento de centros de recebimento e encaminhamento de denúncias referentes a violências praticadas contra crianças e adolescentes, inclusive no âmbito familiar, e sobre as providências cabíveis.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Capítulo II - Dos Direitos Fundamentais

Art. 12 - O Município buscará assegurar à criança, ao adolescente e ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à moradia, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à primazia no recebimento de proteção e socorro, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ainda no nível municipal constatou-se que o cuidado para com crianças e adolescentes é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Assim, esta secretaria é responsável pela implementação de políticas com objetivo de reverter a situação de exclusão social em que vive grande parte da população da cidade. Em vista disso, depreende-se que o envolvimento do ente município na questão da exploração sexual infanto-juvenil é fundamental, considerando que está sob sua alçada a criação de políticas públicas relacionadas ao tema.

Outro tipo de discussão levantada de forma indireta pela SMAS da Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro é que os órgãos responsáveis pelo turismo na cidade do Rio de Janeiro (Riotur, em nível municipal e Turisrio, em nível estadual) não têm definida em seus

programas de desenvolvimento do turismo nenhuma atividade em relação ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Assim, ao passo que a prefeitura assume o Programa Sentinela e cria os Centros de Referência (CR), estas atividades começam a participar da referida secretaria, impondo discussão referente à temática e se desenvolvendo desde 2001. Com isso, tais atividades ficam sob responsabilidade do Núcleo de Direitos Humanos desta secretaria, com uma intervenção mais abrangente, considerando tanto as questões de abuso quanto as de exploração sexual. Cabe salientar que o sucesso dos CRs somente é conquistado a partir da atenção especializada dispensada aos problemas relacionados à exploração sexual infanto-juvenil. Adicionalmente, é importante ressaltar que aliado aos Centros de Referência, integra-se um trabalho pedagógico-terapêutico prestado por uma equipe profissional multidisciplinar, possibilitando intervenções melhor qualificadas e resultados mais efetivos no que diz respeito à alteração da realidade de tais crianças e adolescentes.

Entretanto, é válido considerar que, embora não aborde diretamente a questão do turismo, os técnicos do Núcleo de Direito Humanos da SMAS afirmam que existem áreas suscetíveis a este tipo de exploração. Pensando nisso, este núcleo iniciou uma estratégia para atrair crianças e adolescentes potenciais alvos da exploração sexual que circulam pela orla de Copacabana e atendê-los de modo a retirá-las da rua e incentivar a volta à escola. Logicamente é importante que haja ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*, mas considerando a amplitude de suas ações, a intervenção deve ter maior complexidade.

Devido a esta complexidade, o novo desafio do Núcleo de Direitos Humanos é erradicar o tráfico de menores de idade para fins de exploração sexual, considerando que:

consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou por meio de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com o uso de extrema crueldade (ECPAT, 2002).

A política de assistência formulada pela SMAS a partir de 1994 inclui a descentralização do atendimento social, com a implantação de uma Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social em cada área de planejamento do Município. Tais áreas de planejamento reúnem, para fins administrativos, os bairros com as mesmas características geográficas, sociais e econômicas. Além disso, a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social é a responsável por aplicar uma política de assistência em cada uma dessas áreas, realizando o planejamento de programas e projetos adequados à realidade social de cada uma delas. Atualmente, a SMAS atua como um gestor, responsável pela eficiência do sistema público de programas e serviços que reúne poder público e sociedade civil, visando constante à melhoria de vida dos cidadãos da cidade do Rio de Janeiro.

Assim, a partir dessas iniciativas legislativas conjugadas a uma visão mais ampla do marco legal que trata das crianças e adolescentes no Brasil, verifica-se que após algumas iniciativas isoladas tomadas pela sociedade civil, a situação da criança e do adolescente conseguiu transforma-se em prioridade para diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, considerando estas atitudes, a discussão nesta área avançou bastante – tendo projeção e preocupação nacional, atingindo, por vezes, o noticiário internacional – e vem melhorando na medida em que a sociedade civil se organiza e participa junto ao Governo de ações para reverter o processo de agravamento da situação da infância e juventude no país.

Não obstante, por se tratar de um delito, grande parte dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre eles a exploração sexual, está tipificada nos códigos penais. Geralmente, é com base nos códigos penais e nos códigos de processo penal que os operadores responsáveis pela aplicação das normas jurídicas decretam suas decisões para imputar os delinquentes sexuais. Portanto, a fim de efetivamente auxiliar na resolução do problema, é imprescindível que os legisladores considerem a necessidade de harmonizar os

códigos penais aos instrumentos internacionais pertinentes ao tema e que os operadores do sistema de direito estejam em condição de aplicar a legislação vigente em cada país.

Observa-se, portanto, que entre as referências do estudo sobre o chamado *turismo sexual*, a definição no campo legal e a acepção popular do fenômeno é comum encontrar divergências conforme descrito no texto a seguir:

Nos discursos produzidos por órgãos do governo brasileiro acerca do fenômeno, é comum observar o uso do conceito de turismo sexual como se fosse sinônimo de abuso de menores e intimamente vinculado à extração de mulheres para trabalhos forçados como prostitutas. Essa visão aparece quase como uma definição oficial do fenômeno – aquela que é a mais comumente usada por agentes políticos para justificar novos dispositivos legais.

Todavia, o chamado turismo sexual parece ser definido no campo legal-jurídico brasileiro de forma diferente, como algo muito mais específico: a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente, as leis contra pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres.

É mister salientar que a simples contratação dos serviços de uma prostituta maior de idade não configura, por si só, um crime e, portanto, não deve ser entendida como turismo sexual nesta acepção do fenômeno.

No plano do senso comum, porém, o chamado turismo sexual é entendido como sendo sinônimo do comportamento normativo dos turistas estrangeiros que freqüentam as metrópoles costeiras brasileiras. De acordo com esta noção, turista sexual é apenas aquele estrangeiro em busca de parceiras nas praias do Brasil, seja qual for a qualificação legal e/ou social de tal busca. É importante salientar que a definição popular é preferencialmente aplicada àqueles estrangeiros que alugam os serviços de prostitutas (BLANCHETTE e SILVA, 2005).

Como visto, em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) que regulamenta os direitos infanto-juvenis e corresponde ao resultado de um esforço em conjunto que abrange a parte jurídica (considerando que o ECA foi uma inovação nesta área na medida em que modificou positivamente diversos aspectos dos direitos infanto-juvenis, tendo como um aspecto importante a conscientização de crianças e adolescentes como sendo sujeitos de direitos), políticas públicas, movimentos sociais, entre outros. Em adição, o ECA torna co-participantes o poder público e a sociedade civil na medida em que divide a responsabilidade do cuidado para com as crianças e adolescentes entre o Estado, a família e a sociedade.

Em seguida é criado o Conselho Estadual, e em 1992 surge o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Após essa data, a impressão era a de que as pessoas haviam compreendido a importância das ações que visava uma maior valorização das crianças e dos adolescentes no Brasil, porém, em 1993 acontece na cidade do Rio de Janeiro a chacina da Candelária. Tal incidente demonstrou o quão se fazia urgente políticas sociais efetivas voltadas para milhares de crianças e adolescentes que encontravam-se em situações de risco social.

Após este infeliz episódio, percebeu-se a real urgência da necessidade de colocar em prática políticas públicas que atendam efetivamente a todas as pessoas que, de alguma forma, se encontram à margem na sociedade. Todavia, apesar de alguns esforços pontuais realizados tanto pelos governantes estaduais quanto pelos municipais, no sentido de assistir às crianças e adolescentes em situação de risco social, não conseguiu-se desenvolver programas suficientemente consistentes de atendimentos a estas pessoas. Assim, buscando reverter tal situação, no mesmo ano de 1993 começa a ser implantada uma política pública de assistência social, sob a responsabilidade do município, como previa a Constituição de 1988 em seu artigo 204, primeiro parágrafo:

descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.

Assim, a SMAS iniciou o processo de formulação de políticas públicas passíveis de ser implementadas em conjunto com outros setores, resguardando a si o direito do comando das ações, mas reconhecendo, no entanto, a necessidade de ajuda da sociedade para melhorar a eficácia das políticas sociais. Para fins de complementação, ainda dentro do artigo 204, observa-se no segundo parágrafo que existe “a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas, e no controle das ações em todos os níveis”.

Desta forma, o governo parece compreender que a melhor estratégia para solucionar os problemas das diversas pessoas que vivem em situação de risco social total, é o debate com a sociedade civil, tornando viável um sistema de parceria que já se encontra elaborado em diversos documentos. Ademais, esta relação de parcerias que a SMAS procura manter com diversas entidades da sociedade civil, pressupõe um compromisso de atuação conjunta que rompe com a relação vertical ou contratual, característica das velhas alianças feitas entre os Poderes Públicos e a sociedade civil.

Em 1995, formou-se a Frente Parlamentar pelo Fim da Violência, Exploração e do *Turismo Sexual* contra Crianças e Adolescentes, que objetiva trabalhar no Congresso Nacional para a reformulação do Código Penal Brasileiro, um dos principais instrumentos legais para penalizar o chamado *turismo sexual*, para aprovação de projetos de leis que venham a beneficiar a vida das crianças e adolescentes e acompanhar e fiscalizar as ações dos Governos Federais, Estaduais e Municipais.

Neste mesmo ano é lançada a campanha pelo fim da exploração, violência e *turismo sexual* contra crianças e adolescentes, tendo como lema “Exploração sexual: não dá para engolir”, promovida pela Casa Renascer, com o apoio da Frente Parlamentar, instituições governamentais e da sociedade civil. No ano seguinte, com a participação de Renato Aragão e Daniela Mercury, embaixadores do UNICEF no Brasil, a campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil ganhou visibilidade em todo o Brasil, tendo sido adotada pelo Governo Federal. Na campanha, a figura do explorador foi apresentada como a de um criminoso comum e o slogan “Quem cala, consente” ganhou o país, incentivando a denúncia de qualquer tipo de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por fim, cabe ressaltar o compromisso firmado pelo atual governo, ao menos no discurso de posse do seu primeiro mandato, de erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes, como uma das suas prioridades.

Essa atuação conjunta é essencial para obtenção de resultados, para tanto, vale lembrar que no ano de 1999 a Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo (OMT) aprovou o Código Ético Mundial para o Turismo, também conhecido como código de ética, representando um grande avanço no que diz respeito ao enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil, ao desenvolvimento responsável e sustentabilidade do turismo.

Em adição, o Código de Ajuste de Conduta trata da definição de normas e princípios que devem pautar a conduta (ou comportamento) e as práticas de determinado segmento, empresa, associação, etc. Ainda, o Código de Conduta (estratégia de uso crescente no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, mas particularmente dirigida ao segmento do turismo) é um conjunto de regras, procedimentos, preceitos e princípios formulados por uma empresa, organização, associação, categoria profissional a fim de orientar e definir critérios de atuação de seus membros, funcionários, ou associados.

2.6 A gênese de uma política pública

Entende-se por gênese uma série de fatos e causas que concorreram para a formação de algo relevante que, neste caso, é a política pública. Para tanto, é importante, primeiramente, definir o significado de política pública, a fim de melhor compreender seu objetivo. Neste sentido, Lynn (1980) *apud* Souza (2002) a define como um “conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, enquanto Dye (1984) *apud* Souza (2002) afirma ser “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Adicionalmente, Peters *apud* Souza (2002) acredita que “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Ademais, de acordo com Souza (2002) “as políticas públicas, no Brasil, sofrem inúmeras restrições financeiras e políticas impostas aos governos, com a adoção de

políticas restritivas de gastos, a ênfase no ajuste fiscal e a demanda por elaboração de políticas eficientes e efetivas”.

Todavia, apesar de inúmeras definições, sabe-se que no Brasil existe certa dificuldade no que diz respeito ao desenho de políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social. Sendo assim, pode-se dizer que o processo de formulação de uma política pública é aquele por meio do qual o governo transparece seus propósitos em programas e ações a fim de que estes produzam resultados e, conseqüentemente, mudanças desejadas. Neste sentido, é essencial que a importância da participação da sociedade esteja bastante alinhada aos objetivos públicos, a fim de que estes sejam alcançados. Buscando compreender esta sinergia, Jacobi (2002) afirma que:

A partir do final dos anos 1960, a noção de participação cidadã ganha importância, evidenciando a necessidade de arranjos institucionais que estimulem, desde a esfera estatal, a criação de canais de comunicação com a sociedade e permitindo que de alguma forma se amplie a esfera de engajamento dos cidadãos (JACOBI, 2002).

Assim, é neste período que surge a preocupação para com a efetiva participação da sociedade em temas que antes restringiam-se à esfera pública. Nos anos 80, a participação cidadã, com sua importância devidamente reconhecida, é então evidenciada como sendo instrumento facilitador no aprofundamento da democracia. Dessa forma, inicia-se um processo de descentralização, incentivando transformações no que diz respeito à dinâmica de participação das pessoas na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao cumprimento dos direitos sociais.

Na América Latina, a luta pela conquista de espaços para aumentar a participação social é sem dúvida um dos aspectos mais desafiadores para a análise do alcance da democracia nas relações entre o nível local de governo e a cidadania. Na década de 1990, na América Latina, a participação vem sendo amparada e institucionalizada em suas diversas dimensões no âmbito das democracias representativas. A participação popular se transforma no referencial não só para ampliar as possibilidades de acesso dos setores populares segundo uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas públicas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado (JACOBI, 2002).

Como se observa na citação de Jacobi é na década de 1990 que efetivamente passa-se a buscar o que havia sido projetado, ou seja, um modelo institucional redistributivo focalizado não somente em reconhecer, mas como também em colocar em prática os direitos sociais dos cidadãos. Cabe salientar que este novo modelo constitui-se, portando, em um grande desafio para as políticas públicas, na medida em que provoca cada cidadão, o governo em seus vários níveis e as organizações internacionais a extinguir, por exemplo, situações de violência que se expressam tanto pela mercantilização da sexualidade de crianças e adolescentes quanto pelas relações de poder que envolvem esse tipo de exploração sexual.

Em primeira instância, a noção de público tem significado topográfico e normativo. Em seu sentido normativo, remete ao que pertence a todos e, conseqüentemente, interessa a todos. É preciso interpelar, portanto, a sociedade. Em seu sentido topográfico, por outro lado, o conceito considera os espaços em que pode ser realizado. ‘Onde são adotadas as decisões que interessa a todos?’ e ‘a quem cabe produzir e proteger os bens públicos?’ são perguntas que, tradicionalmente, interpelam o Estado, mas que, cada vez mais, cabe à sociedade fazer. Remeter ao conceito de público é aludir, num mesmo movimento, tanto à sociedade com ao Estado. O público, porém, não é dado: é um processo de construção. Por outro lado, supõe assumir a possibilidade de que a sociedade se auto-governe, mediante um Estado democrático. O Estado é virtualmente considerado, portanto, como espaço de realização do público, mas só na medida em que represente a sociedade e possibilite que ela se desenvolva. Por outro lado, o público remete à auto-realização da sociedade e, portanto, aponta para a possibilidade de que as necessidades coletivas sejam autonomamente satisfeitas a partir da sociedade, mas sem que isso implique que o Estado abdique de suas responsabilidades. Assim, pois, por este enfoque, o nó crítico a ser investigado é o caráter das relações entre Estado e sociedade, com a sociedade – não o Estado – no papel de protagonista (GRAU, 1998).

Visando à execução de políticas descentralizadas, o governo adota como principal estratégia as parcerias com ONGs a fim de que projetos e programas sejam efetivamente viabilizados e implementados. Em adição, Leal (2001) acredita que na busca incessante pela obtenção de legitimidade e condições de governabilidade, o Estado sustenta um discurso crítico e apóia-se na experiência da sociedade civil organizada. Entretanto, busca a despolitização da sociedade, na medida em que a subordina às metas de ajuste fiscal, minimiza recursos e fortalece o mercado, numa perspectiva de descentralização para o poder local, como forma de partilhar responsabilidades e custos das políticas sociais.

Os programas e ações do governo, em parceria com a sociedade civil, tendem para uma precarização das políticas sociais porque dependem de convênios que não garantem a

continuidade dos mesmos, uma vez que são datados, o que configura a fragilidade da resposta ao fenômeno (LEAL e CÉSAR, 2005).

Assim, observa-se até o final da última década uma definição frágil por parte do poder Executivo, responsável pela formulação de políticas públicas, no que diz respeito ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Em adição, o relatório elaborado pelo CECRIA (FALEIROS, 1997), sinalizava uma situação de descontinuidade na aplicação dos recursos, além de estratégias inconsistentes. Todavia, Vianna (2003) afirma que, apesar das medidas legislativas e a mobilização social serem essenciais ao enfrentamento, não são suficientes para garantir a integridade e o bem-estar das crianças e adolescentes. Dessa forma, entende-se ser essencial à efetivação desses direitos, a disponibilidade de recursos para financiamento dos programas e projetos que trabalhem neste sentido.

Vale salientar que a preocupação para com a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil somente foi incorporada ao orçamento federal recentemente, a partir do Plano Plurianual (PPA 2000/2003), transformando-se então em política nacional. Tal inclusão buscou responder ao movimento que se formava no país na época, e que culminou na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado no ano de 2000, buscando a integração de iniciativas existentes e elaboração de novas e eficientes estratégias de ação. Este assunto será mais bem desenvolvido no tópico 2.7.

Concomitantemente, tem-se que o Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes é o principal instrumento de enfrentamento do problema utilizado pelo governo federal, na medida em que busca não somente a prevenção como o combate à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Isto é possível apenas quando se tem o apoio de ações destinadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ou seja, as que se encontram em maior desvantagem pessoal e social. Sabe-se que tais pessoas,

necessitam buscar estratégias de sobrevivência sem nenhuma possibilidade de realizá-las sob condições de proteção, em virtude da pouca idade, falta de educação e capacitação para o trabalho; meninas, meninos e adolescentes que se encontram nas ruas, que pedem esmolas, que vendem objetos e serviços em locais públicos, ou que se encontram nas ruas “dispostas” a receber dinheiro em troca de atividades sexuais ou ainda crianças e adolescentes em situação de abandono familiar, comunitário e social e os que foram expulsos do sistema escolar, da família e da comunidade. Os exploradores sabem que ninguém parece estar preocupado em assegurar-lhes proteção. Crianças e adolescentes com histórias de abuso sexual infantil prévio e, cujas conseqüências representam uma aliança à exploração sexual. Muitas confundem amor com sexo e cresceram acreditando que para conseguir qualquer benefício ou ajuda de uma pessoa adulta, devem dar algo em troca. Sexo, por exemplo. Para evitar atitudes discriminatórias é importante referir-se a situações de risco e não a grupos ou populações de risco. Qualquer pessoa, independentemente de sua condição social, em determinados momentos, ou dependendo de estilos de vida, pode estar sujeita a situações de risco (OIT/IPEC, 2007).

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Previdência e Assistência Social por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) coordenou juntamente com ações previstas para os Ministérios do Esporte e Turismo – por meio da Embratur e do Ministério da Justiça – a Política Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes. Sendo assim, cabia a esta Secretaria a coordenação das ações do governo na área do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e o acompanhamento delas.

Para tanto, em julho de 2000, a SEAS solicitou uma avaliação das ações já executadas juntamente a uma proposta de atuação específica para que pudesse ser desenvolvida. Assim, realizou-se uma consulta técnica, estimulando a participação de organizações que foram referenciadas positivamente tanto no que diz respeito ao atendimento às vítimas, quanto referente à produção de estudos e cooperação técnica e/ou financeira junto às organizações. A fim de que o objetivo fosse atingido, realizou-se uma ampla avaliação buscando compreender como a política da assistência em questão poderia apresentar seu maior nível de eficiência, considerando as regiões de maior incidência e as peculiaridades que envolvem a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*.

No dia 3 de janeiro de 2003 o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva determinou, entre outras medidas tomadas no primeiro encontro ministerial do governo, que o, então,

Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos priorizasse o combate à exploração sexual infanto-juvenil e procedesse ao fechamento de estabelecimentos que propiciassem esse tipo de atividade.

Além disso, ocorreram algumas mudanças, como por exemplo, o deslocamento da coordenação da Política Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes, até então sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), para a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), instituída como órgão da Presidência da República.

Dando prosseguimento aos fatos, o então Ministro da Justiça anunciou a criação da Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, com representantes dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Justiça, do Turismo, das Cidades e da Segurança Alimentar Combate à Fome, e das Secretarias dos Direitos Humanos e de Políticas para a Mulher.

É importante ressaltar que esta Comissão é resultado de uma das resoluções propostas pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, objetivando a orientação da sociedade no que diz respeito à exploração e outras formas de abuso sexual, além de desenvolver ações visando ao aumento de eficiência dos postos de atendimento a meninos e meninas abusados sexualmente. Ademais, esta Comissão é composta por membros de Organizações Não-Governamentais (ONGs), da Ordem dos Advogados do Brasil, de técnicos das Secretarias de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Segurança Pública e representantes do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, que se reúnem mensalmente a fim de estabelecer estratégias de atuação.

Em adição, Márcio Thomaz Bastos declarou que buscaria a contribuição das ONGs que atuam nessa área. No entanto, a primeira medida foi transferir para a área governamental o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, operado até o

momento pela ONG ABRAPIA em convênio com o Ministério da Justiça. Assim, em 14 de maio de 2003, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos passou a operar o número 0800-99-0500, antes sob responsabilidade da ABRAPIA, assunto este que será desenvolvido nos tópicos 2.7 e 2.8.

Atualmente é impossível tratar de políticas públicas voltadas à área da infância e adolescência sem mencionar a importância do enfoque na participação ativa por parte da sociedade civil. Dessa forma, obrigatoriamente, a inserção do tema de exploração sexual infanto-juvenil tanto no cenário político quanto no desenvolvimento de ações voltadas para a temática, contou com a forte influência exercida pela mobilização da sociedade civil.

Apesar de, geralmente, as ONGs serem as responsáveis por apresentar grande parte das experiências positivas dentro dessa temática, muitas vezes trata-se de projetos pontuais, de apenas um ano de duração, o que dificulta a efetividade e a sustentabilidade das ações. No entanto, no que diz respeito à sociedade civil, é preciso que haja reconhecimento dos avanços e contribuições da população, porém, sem uma visão míope e utópica dos efeitos de sua atuação. Assim, a parceria com o governo se faz essencial considerando que a reversão de situações de altos níveis de desigualdade somente será viável por meio de políticas públicas consistentes no sentido de que sejam garantidos os direitos e enfrente-se efetivamente a exploração sexual contra crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*.

A complexidade dos problemas que desencadeiam ações de violência sexual contra crianças e adolescentes exige que o Estado realmente assuma a questão, chamando para si a responsabilidade e convidando a sociedade a construir uma política de forma participativa e bconsensuada por todos (INESC, 2005).

Com base nestes argumentos e considerando a escassez de recursos orçamentários, em primeira instância, optou-se pelo desenvolvimento de uma ação de atendimento especializado, denominado Programa Sentinela (como visto no tópico 2.4). Dessa forma, crianças e adolescentes sujeitos as situações de exploração sexual eram acolhidos de acordo com um serviço sistemático de atenção social especializada, caracterizando, então, o primeiro

programa público específico voltado para a temática e com abrangência nacional. De forma específica, alguns dos objetivos do Programa Sentinela são:

- ✓ *desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e adolescentes vitimados pela violência sexual;*
- ✓ *proporcionar a inclusão da clientela atendida pelo Programa e seus familiares em serviços prestados por instituições sociais municipais;*
- ✓ *inserir as famílias das crianças e dos adolescentes vitimados pela violência em programas de geração de trabalho e renda, como também em cursos de formação e qualificação profissional;*
- ✓ *contribuir para um sistema municipal de informações (banco de dados); e*
- ✓ *garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento à população vitimada (BRASIL, 2006).*

Com isso, o Programa Sentinela é tido como a principal ação da Política Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes e define-se que, por isso,

deve contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento à violência infanto-juvenil, na compreensão de que uma rede articulada de serviços potencializa recursos, garantindo a continuidade do Programa, como também proceder a estudos e análises permanentes sobre a situação de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Tem como atividade, ainda, reunir-se com os Conselhos Tutelares, a fim de que suas atividades tenham caráter vinculante e complementar (BRASIL, 2004).

É importante ressaltar que, até o ano de 2004, do número dos 5.561 municípios, somente 331 destes foram contemplados com a implantação dos Centros de Referência, o que corresponde a uma abrangência de 5,95% do total. No ano seguinte, o número obteve um acréscimo de 101 municípios, totalizando em 435. Em 2006, houve uma mudança expressiva e o Programa Sentinela inicia sua atuação na área da prevenção e enfrentamento da exploração sexual, transformando-se em um serviço de ação continuada e em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Considerando que a operacionalização do Programa se dá por meio de Centros de Referência, observou-se que a meta física prevista no PPA 2000/2003 – realizar o atendimento de 17 mil crianças e adolescentes – foi superada em 35 mil crianças e adolescentes, em um total de 52 mil, reforçando a importância dos Centros.

A inserção da temática na política nacional constitui-se em um marco relevante, porém, apesar do bom desempenho do Programa, a proposta orçamentária do PPA 2000/2003 não seria suficiente para cobrir o volume dos recursos destinados e tampouco a abrangência das ações.

A previsão orçamentária não garante as condições mínimas para contemplar os principais pontos críticos diagnosticados no país e explicitados no mapa da violência sexual: a violência sexual intrafamiliar; a exploração sexual comercial praticada em prostíbulos fechados; a violência sexual contra crianças e adolescentes em situação de rua; o turismo sexual; a pornografia sexual tradicional e na internet; o tráfico na fronteira e por redes de narcotráfico (INESC, 2003).

Como visto, o volume de recursos e o número de crianças e adolescentes atendidos pelo Programa apresentou expressivo crescimento, ainda assim, segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), esse tipo de ação não é relacionado como sendo prioridade pelo Governo Federal.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) não trouxe o programa na lista de prioridades, mesmo tendo como desafio ‘reduzir a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos’. Difícil entender como o desafio de combater todas as formas de violência contra crianças e adolescentes não traga o referido programa como prioridade (INESC, 2005).

Para os anos de 2004 a 2007, o governo Lula instituiu o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, sob a coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e o envolvimento de diversos ministérios e organizações governamentais e mistas.

O Plano resulta de um termo de compromisso elaborado por organizações da sociedade civil e organizações internacionais e foi assinado durante campanha pelo atual presidente, segundo as diretrizes do documento denominado ‘Um Mundo para as Crianças’, produzido durante Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a criança, realizada em Nova York, em maio de 2002. (VIANNA, 2004).

Dessa forma, a partir de 2004, coube à SEDH tanto a coordenação estratégica quanto a articulação das áreas de governo envolvidas. Assim, um dos compromissos afixados neste Plano foi justamente a Proteção contra Abuso, Exploração e Violência de crianças e adolescentes. Todavia, para que fosse possível o atingimento deste compromisso, propôs-se quatro desafios a serem ultrapassados, quais sejam:

- ✓ *Desafio 1: Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social;*
 - ✓ *Desafio 2: Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente;*
 - ✓ *Desafio 3: Combate à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes; e*
 - ✓ *Desafio 4: Proteção contra a Violação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.*
- (BRASIL, 2005)**

De acordo com o INESC (2003), o PPA 2004/2007 conta R\$ 136,1 milhões, o triplo do orçado para o PPA 2000/2003. Além disso, institui o Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tendo o Programa Sentinela como uma de suas ações, e também amplia o número de ações, conforme observa-se na tabela 8:

Tabela 8 – Projeto de Lei do PPA 2004–2007

Número do Programa	Programa	Orçamento (em R\$)
0071	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra crianças e adolescentes	136.169.454
Número da ação	Ação (projetos e operações especiais)	
2272	Gestão e administração do programa	42.866
4641	Publicidade de utilidade pública	3.808.691
2815	Rede nacional de informações para prevenção e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	128.598
2383	Serviços de proteção sócio-assistencial às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	108.000.000
0744	Apoio à capacitação dos participantes do sistema de garantia de direitos no combate ao abuso, violência e exploração sexual infanto-juvenil	985.914
0742	Apoio a comitês estaduais de combate à exploração sexual infanto-juvenil	128.598
0746	Apoio a projetos de prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes	771.587
0015	Apoio educacional a crianças e adolescentes em situação de discriminação e vulnerabilidade social.	22.303.200

Fonte: INESC, 2003

Atualmente, o governo federal adota como estratégia a integração entre os programas de diversos setores governamentais, em todas as esferas, e as ONGs, possibilitando a construção de uma política intersetorializada e descentralizada.

A mobilização da sociedade é fator imprescindível, assim como a implementação de uma ampla ação governamental, em todas as esferas, transversal e intersetorialmente. Só assim estaremos dando um passo efetivo para tratar a população infanto-juvenil como prioridade nacional, de acordo com a Constituição desse país (INESC, 2004).

Apesar do processo de articulação no sentido de obter uma política intersectorializada, da mobilização, dos programas e ações desenvolvidas pelo governo, sempre buscando a construção de parceria com ONGs e a cooperação internacional, é preciso ainda uma maior consistência e abrangência na ação governamental. Leal (2005) acredita ser um grande desafio a extensão das políticas públicas e serviços sociais aos 5.561 municípios brasileiros, sem pecar na qualidade de atendimento, evidencia, assim, a conhecida dificuldade de municipalização da política pública.

Sob a perspectiva de Farah (2001), a focalização existe na medida em que há um reconhecimento da necessidade de estabelecimento de prioridades de ação no contexto de limites de recursos e um entendimento da precisão de direcionamento de atenção a segmentos da população em situação de vulnerabilidade social. Certamente, este raciocínio constituiu-se em uma relevante conquista aos movimentos de mobilização para o enfrentamento da violência sexual. De acordo com Mendonça (2002), o avanço da sociedade de bem-estar coincidiu com a evolução dos direitos sociais, estabelecendo, assim, a universalização e obrigatoriedade da atenção aos jovens, fornecendo-lhes condições mínimas e primordiais ao desenvolvimento humano.

As políticas sociais (...) precisam estar garantidas em lei e em serviços do Estado, para proteger as pessoas vitimizadas, punir os agressores, prevenir os abusos, discutir a sexualidade, assegurando à criança seu direito à autonomia, à aprendizagem, a desenvolver a apropriação do seu corpo, numa sociedade e num estado de direitos, com acesso a todas as políticas sociais básicas como educação, saúde, habitação, lazer e renda mínima (LEAL e CÉSAR, 1998).

Para Sousa (2000), as políticas públicas brasileiras, geralmente, optam por fragmentar a pobreza no sentido de privilegiar o atendimento a setores segmentares da sociedade. Ou seja:

As crianças e adolescentes brasileiros têm sido alvos de uma política que os inclui pela exclusão – uma política “pobre” para crianças e adolescentes pobres. Há a necessidade de ruptura desse padrão, pois ao se particularizar o atendimento a determinados segmentos que se sucedem no tempo e no espaço não se constitui uma política de qualidade para as crianças e adolescentes brasileiros (SOUSA, 2000).

Todavia, para a mesma autora, criticar essa fragmentação não significa engessar uma política ideal voltada às crianças e adolescentes, onde considera-se apenas as necessidades biológicas de desenvolvimento, e tampouco busca-se negar as particularidades e a gravidade da temática exploração sexual de crianças e adolescentes. Na verdade, o que se pretende é “alertar contra o perigo da cristalização de um significado que vai orientar a compreensão da realidade e, conseqüentemente, as políticas públicas para esse setor que, desse modo, terminam baseando-se em premissas simplistas e desconectadas da realidade”. (SOUSA, 2000).

É importante salientar que, independente dos avanços no que diz respeito ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no país, é imprescindível que haja, concomitantemente, uma distribuição de renda mais justa, melhoria da qualidade de vida e dignidade das famílias e de suas crianças. Sem o complemento desses fatores, fica ainda mais difícil a superar a atração que os mercados clandestinos e o crime organizado (tráfico de drogas, prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico para fins sexuais) exercem sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Na verdade, a política pública como “conjunto de responsabilidades públicas do Estado, que deverá exercê-las de forma descentralizada, participativa e afiançadora de direitos” (SPOSATI, 2004) ainda está por consolidar-se como realidade social no Brasil.

A erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes, em uma perspectiva de direitos humanos, deve ser sempre a meta alcançável, do ponto de vista ético, filosófico e doutrinário de todos os que atuam nessa área, pois pressupõe a construção de uma sociedade justa e igualitária, sem discriminação de gênero, raça e condição social. A sociedade brasileira estabeleceu na sua Carta Magna que estar a salvo de qualquer ameaça ou fato que prejudique o seu pleno desenvolvimento é um direito natural de todas as crianças, sendo o dever de todos garantir essa condição (LENTINI, 2006).

Segundo Souza (2002), a política pública se forma a partir de um ciclo deliberativo, onde forma-se um processo dinâmico e de aprendizado, constituído por diversos estágios, quais sejam: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, implementação e avaliação. Cabe salientar que a alta mobilidade social é fundamental na

definição da agenda por políticas específicas, como a de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Vale ressaltar que, neste caso, as organizações internacionais participaram intensivamente de todo processo, que abrange desde as discussões para a definição da agenda, passando pela participação nos espaços de construção das propostas e de indicadores de avaliação, até chegar à efetiva implementação da política.

Na fase de implementação, ou seja, “a política pública que está sendo posta em prática, em outras palavras, à transformação da política em ação”. (SOUZA, 2002), além de outros fatores, deve-se levar em consideração a estrutura (ou a falta dela) e a quantidade de recurso financeiro a ser investido. Curiosamente, no caso brasileiro, a principal dificuldade de implementação de uma política não está na estrutura ou na escassez de recursos financeiros, e sim na gestão. Por exemplo, em escolas públicas quando um aluno é reprovado, tanto o custo quanto à evasão aumentam, por isso, há uma política de “evitar” a repetição de ano. Essa má gestão acaba por influenciar negativamente na qualidade do serviço prestado.

Originária da mobilização da sociedade e do desenvolvimento de ações referentes ao combate à exploração sexual, a temática conquistou especificidade institucional, apesar da fragilidade das respostas governamentais frente à abrangência e a complexidade do fenômeno e da dotação orçamentária, constituindo aspectos dificultadores. Sabe-se que “a nova administração pública não conseguiu transcender a dicotomia entre a política e a administração, pois sua estrutura e características dificultam a infiltração das demandas populares e uma efetiva participação social” (PAULA, 2005).

A dificuldade na elaboração de políticas sociais destinadas a essa temática esbarra na própria formação do fenômeno, multidimensional e complexo. Assim, a exploração sexual de crianças e adolescentes não deve ser tratada simplesmente como um crime, mas sim como uma questão de responsabilidade social e pública, que necessitou de um longo processo

histórico-político até que deixasse de ser compreendida como sendo responsabilidade apenas individual e privada.

2.7 O Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Plano Nacional: um exemplo de política pública aplicada

Como visto no decorrer da dissertação, o Brasil possui uma das legislações concernentes à criança e aos adolescentes mais avançada do mundo. Assim, a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) estabeleceu princípios em consonância com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e com a Convenção Internacional do Direito das Crianças e Adolescentes (1989), sendo que os três adventos trouxeram novos paradigmas à questão dos direitos infanto-juvenis. Dessa forma, as crianças e adolescentes abandonaram a imagem de objetos de sanções e a questão do abuso e exploração sexual passou a ser tratada pela sociedade, academia e autoridades públicas (principalmente pelo judiciário e pela polícia) como sendo de natureza pública e não privada.

Observou-se também as mudanças na forma de abordagem da problemática infanto-juvenil brasileira provocadas pelo ECA, conseqüentemente, trazendo modificações nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. Neste sentido, pelo novo estatuto, as crianças passam à condição de sujeitos de direitos e, assim, as políticas e programas começam a focar na proteção, prevenção e combate à violação desses direitos.

Dentre os princípios instituídos pelo ECA estão a descentralização político-administrativa e a participação da população no que se refere às políticas públicas de proteção infanto-juvenil, convergindo com a CF/88. Isso gerou a inclusão dos municípios no sentido de incorporar o papel de agente na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, via políticas públicas e a criação dos conselhos paritários e deliberativos nos três níveis da federação.

Neste sentido, no ano de 1997, em uma ampla parceria da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) com atores do poder público, é criado e instalado o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, operacionalizada por meio de um serviço telefônico gratuito (0800-99-0500), visando à ampliação das denúncias de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, objetivando o reconhecimento pela contribuição ao combate ao abuso e exploração sexual. Cabe salientar que a ABRAPIA é uma sociedade privada com fins públicos e reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal. Trata-se de uma Organização Não-Governamental fundada em 1988 que trabalha na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Inicialmente, o Sistema Nacional surgiu como uma campanha pontual promovida pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) – especialmente no período de carnaval – para combater uma modalidade específica de exploração sexual infanto-juvenil, qual seja o chamado *turismo sexual*. Para tanto, a campanha teve suas bases montadas em 1995, e foi intitulada de “Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e *Turismo Sexual* Contra Crianças e Adolescentes”. Devido a sua importância, rapidamente a campanha evoluiu e passou a se constituir em um programa efetivamente sistematizado, cujo foco no tema “Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil” foi mantido, mas a prioridade se deslocou de combate para prevenção e denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, a ênfase deveria estar voltada a um trabalho educativo junto aos pais, familiares, profissionais de saúde, professores e lideranças comunitárias – atores que geralmente testemunham ou têm conhecimento de casos.

Além desses atores, existem ainda outros grupos com a mesma função de prevenir e denunciar tais atividades, cada qual em seu âmbito específico, quais sejam: *mídia*, governo, profissionais de turismo e empresas privadas. A *mídia* tem o dever de fornecer à sociedade uma cobertura responsável e comprometida com os direitos das crianças e adolescentes,

fazendo bom uso de suas imagens e reforçando a necessidade de denúncia nos casos de atividades ilícitas. O governo, por sua vez, é responsável pela formulação de políticas públicas visando ao combate de delitos desta natureza, enquanto que os profissionais de turismo devem respeitar e cobrar o respeito do código de ética e conduta. Por fim, às empresas privadas cabe a responsabilidade social corporativa, por meio do código de conduta.

Segundo Tenório,

Vários autores têm focos diferentes para definir responsabilidade social, mas são unânimes no que concerne a prática ativa de ações sociais para desenvolvimento da comunidade. Portanto responsabilidade social corporativa é um compromisso da empresa com a sociedade e sua cadeia produtiva, clientes, fornecedores, comunidades e meio ambiente na busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade (TENÓRIO, 2004).

Sendo assim, o Sistema Nacional foi operacionalizado por meio da informação e sensibilização da sociedade ao incentivo às denúncias, criando para tal um canal exclusivo, qual seja um telefone gratuito, de cobertura nacional e com garantia de confidencialidade quanto à identidade do denunciante. Desta forma, no período que abrange do ano de 1997 ao ano de 1999 o serviço de recebimento de denúncias (0800) operado pela ABRAPIA esteve voltado exclusivamente para o combate à exploração sexual infanto-juvenil. Somente a partir do ano 2000 deu-se início ao registro de denúncias também relacionadas ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Nos três primeiros anos de funcionamento (1997 a 1999) do Sistema, a ABRAPIA constatou que o chamado *turismo sexual* não se constituía como a principal forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, pelo contrário, representava um percentual pequeno em relação às demais formas de violência infanto-juvenil. Em vista disso, a EMBRATUR, principal patrocinadora do Sistema, considerando que não havia sentido em continuar nesta trajetória, retirou-se da linha de frente da operação. Neste momento, é importante questionar o que levou-se em consideração ao definir o número de denúncias como “percentual pequeno”, tendo em vista que um único caso de exploração sexual é suficiente para preocupações e tratamento rigoroso.

Assim, em 14 de maio de 2003, o Sistema Nacional deixou de ser operacionalizado pela ABRAPIA e tornou-se uma política pública de âmbito federal, a cargo da Secretaria Especial de Direitos Humanos, diretamente ligada à Presidência da República, o que, certamente, enfatiza a preocupação do Presidente para com o tema. Tal preocupação é reforçada pela ocorrência do 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de 25 a 28 de novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro. Certamente, a escolha do Brasil como sede do Congresso evidencia o reconhecimento internacional dos avanços das estratégias adotadas no país.

Cabe salientar que tal modificação foi devido ao fato de a Brasil Telecom adquirir a responsabilidade pelo número em detrimento da Embratel, também interessada. Assim, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em parceria com a Anatel e empresas de telefonia, disponibilizam o número 100, substituindo o então 0800-99-0500. A fim de evitar perda de qualidade e eficiência do serviço em virtude da troca dos números, instituiu-se que durante um mês esta mudança seria notificada nas ligações realizadas para o 0800.

O disque-denúncia (disque-100) é um sistema de denúncia por telefone que prima pelo combate aos maus-tratos, abuso e exploração sexual infanto-juvenil no Brasil. Dessa forma, qualquer pessoa, de qualquer lugar do país tem acesso ao disque-100 e deve utilizá-lo sempre que necessário, a fim de tornar as denúncias de conhecimento de autoridades ou organizações responsáveis pela proteção das crianças e adolescentes. Assim, a polícia é acionada, comunicando imediatamente o Ministério Público, que por sua vez informa ao poder judiciário, resultando na responsabilização do agressor e proteção da vítima.

Em adição, existe uma alternativa a partir do momento em que a denúncia é realizada por meio do disque-100, qual seja o encaminhamento à Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Em seguida a denúncia segue

para o Conselho Tutelar da criança e adolescente (onde ocorre uma votação com participação da comunidade), que por sua vez iniciará um inquérito policial que será encaminhado ao Ministério Público. Este último informa ao poder judiciário, que cuidará da responsabilização do agressor e proteção da vítima.

Todavia, é importante ressaltar que o disque-denúncia não é o único instrumento de denúncia disponível para a sociedade. Existem algumas possibilidades em relação aos caminhos que a denúncia, partindo do cidadão, percorre. Por exemplo, o cidadão pode realizar sua denúncia diretamente junto ao Conselho Tutelar da Criança e Adolescente, e a partir disso o caminho é exatamente o mesmo que o descrito no parágrafo imediatamente anterior.

Outra maneira de denunciar é comunicar diretamente à polícia civil, que ficará encarregada de repassar a informação ao Ministério Público. Em seguida a denúncia é direcionada ao poder judiciário que se compromete a realizar trâmites de responsabilização do agressor e proteção da vítima.

Ademais, as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos Conselhos Tutelares ou nas instâncias responsáveis pela Justiça do município também recebem denúncias referentes a este tipo de delito. É importante ressaltar que qualquer que seja o meio de comunicação, a identificação não é requerida para que o fato denunciado seja objeto de investigação pelas autoridades responsáveis, considerando que a maioria das denúncias são originadas de membros da família e há certo receio em denunciar, pois em grande parte dos casos o aliciador é o provedor da família.

No caso do abuso sexual, o silêncio das vítimas muitas vezes prevalece e denúncias deixam de ser registradas. Isso acontece em consequência do tabu de lidar com um fenômeno que tem origem, na grande maioria dos casos, no seio da família. Por esse mesmo motivo, identificar a ocorrência do abuso por meio de pesquisa em domicílios é tecnicamente inviável. Já em relação à exploração sexual, a clandestinidade, a mobilidade dos exploradores e a coerção velada do crime organizado são as principais barreiras para traçar a abrangência do problema (PLANO NACIONAL, 2006).

Dessa forma, por vezes a pessoa abusada deseja revelar o abuso, mas teme as consequências, como, por exemplo, que se cometa o mesmo abuso com um irmão mais novo, caso a vítima o denuncie.

Em outros casos, o carinho que a vítima ainda nutre pelo agressor, no caso de um parente, pode servir de impedimento para que ela o denuncie. Mas a psicóloga afirma que a criança tende a dar sinais de que foi abusada. Afirma ainda que todo pai deve atentar para sinais como anorexia ou ganho excessivo de peso. Eles podem significar que a criança ou adolescentes está tentando acabar com a atração que exerce no agressor (REPORTAGEM ESPECIAL, 2005).

Neste sentido, sabe-se que existe certa dificuldade em dar continuidade a um crime de direito privado, pois, por exemplo, quando a mãe denuncia o marido por abusar de sua filha ela não leva em consideração que é ele o provedor da família. Com base neste fato, dias depois ela geralmente retira a queixa. Por outro lado, um crime quando registrado como de direito público, uma vez que a queixa é feita, não há possibilidade de retirá-la. É importante salientar, porém, que o delegado é a pessoa responsável por definir se o crime é de direito público ou privado.

Outra questão relevante é o fato de diversas adolescentes exploradas sexualmente apresentarem histórico de abortos naturais ou provocados, o que gera implicações graves a saúde em geral e, dependendo do caso, com risco de morte. Ademais, seqüelas de abortos provocados podem trazer dificuldades em futuras concepções ou até mesmo a impossibilidade da maternidade quando estiverem em condição físicas, sociais e econômicas para desejá-los.

Além da gravidez indesejada, há o risco de serem infectadas com doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a Aids. A esmagadora maioria das crianças e adolescentes que sofrem ou sofreram exploração sexual é adepta ao silêncio. Todavia, além do silêncio das vítimas existe também o silêncio por parte da sociedade percebido pelo índice, apesar de crescente, ainda não satisfatório de denúncias registrado. Entretanto, esta abstenção é a principal cúmplice da exploração sexual e dos abusos sexuais praticados contra crianças e adolescentes.

Sendo assim, a conscientização por parte da sociedade é essencial, na medida em que seu comprometimento e ação são os elementos que impulsionam os resultados. Juntamente a conscientização cresce, apesar de timidamente, não somente a quantidade de denúncias recebidas a cada ano, como também o número de investigações para com aqueles que aliciam e os que fazem uso do serviço. Segundo reportagem especial disponível no site da Rádio Câmara FM,

O disque-denúncia de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos recebeu, de maio de 2003 a abril de 2005, cerca de 10 mil denúncias. Dessas, 3 mil e 200 eram de abuso sexual, contra mil e 700 de exploração sexual (REPORTAGEM ESPECIAL, 2005).

Por outro lado, é preciso considerar se houve aumento da estrutura etária da população quando se realiza uma análise de eficiência do disque-denúncia, pois as denúncias podem ter sido acrescidas devido a um aumento do número da população. Sabe-se que, quando há um incremento nas denúncias, logicamente a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes fica mais visível, despertando a atenção do Estado.

Todavia, o ideal é que o número de denúncias (não o número de delitos) cresça consideravelmente, a fim de estimular o Estado a combater mais incisivamente o problema, e em seguida beire o zero, sinalizando a eficiência das atividades do governo para com o problema. Cabe salientar que o fato de o número de denúncia beirar o zero, não significa dizer que o problema foi extinto. Para tanto, é dever do governo, continuar com as atividades, considerando que enquanto existir ao menos um caso de exploração sexual de crianças e adolescentes, ainda há o que combater.

Neste momento, é importante ressaltar a importância da adição de componentes de capacitação seja nos projetos, programas ou políticas que remetem à prevenção e erradicação de delitos, a fim de que as intervenções realizadas em detrimento da exploração sexual de crianças e adolescentes tenham êxito. Assim, torna-se essencial a capacitação dos operadores do sistema com o intuito de não somente dominarem a legislação pertinente, mas também

saberem aplicá-la de forma correta, considerando que ser detentor do modelo de atendimento correto é uma ferramenta essencial para o bom funcionamento deste instrumento, dificultando a existência de, por exemplo, trotes no disque-100.

Em adição, a exigência pela capacitação deve abranger a todos os envolvidos no processo, por ser comum crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que desenvolvam comportamentos agressivos quando deparado com outras crianças ou adultos que as rodeiam, como forma de expressar sua revolta às agressões que sofrem ou sofreram. Estes comportamentos agressivos geralmente provocam dificuldades para as medidas de proteção, porém, podem ser contornadas na medida em que o pessoal é treinado para lidar com situações desse tipo. Por exemplo, pessoas do setor educacional responsáveis por sensibilizar e prevenir o problema nas escolas, além de detectar, encaminhar possíveis casos e atuar como facilitadora na reinserção escolar de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual. Assim,

Se não há um processo sistemático de capacitação para fortalecimento institucional de todas as organizações públicas e privadas e de todos os profissionais envolvidos sobre as formas corretas de como trabalhar na prevenção do problema, na proteção das crianças e adolescentes e na punição dos delinquentes sexuais, as intervenções tendem ao fracasso (OIT/IPEC, 2007).

Na realidade, a instrumentalização de todos os envolvidos é o que propicia resultados significativos na medida em que passam não somente a estimular denúncias por meio da sensibilização, como também trabalhar no sentido de prevenção. Dessa forma, a ação do disque-100 pode ser potencializada mediante a efetiva participação desses atores, o que confirma o poder da comunicação no impulso de uma política pública.

Hoy no se pueden impulsar políticas públicas que no consideren el aspecto de su comunicación, incluso aunque sean políticas públicas reservadas teóricamente o teóricamente secretas (LAHERA, 2005).

Neste sentido, três foram os requisitos básicos na busca da ação preventiva do disque-denúncia: a informação e educação, a provisão de serviços de atendimento e a criação de um ambiente social favorável. Com base nesses requisitos, a concretização do programa se deu

por meio de ações como, por exemplo, atividades contínuas e sistematizadas a fim de orientar à população sobre como proceder ao presenciar ou ter conhecimento de casos de abuso e/ou exploração sexual infanto-juvenil.

Foi feita também a edição e distribuição de materiais informativo-educativos para a sociedade, além da realização de palestras e encontros com associações de moradores e unidades de saúde. Em adição, realizou-se convite e motivação de líderes políticos, governamentais, institucionais e comunitários a participarem de ações como seminários, audiências e palestras. Enfim, a disseminação do disque-100 abrangeu todo o país por meio de entrevistas concedidas aos jornais e revistas, emissoras de rádio e televisão, além de *websites*.

Embora o fenômeno do abuso e da exploração sexual de crianças e de adolescentes tenha tido maior visibilidade nos últimos anos, por intermédio de denúncias públicas e de campanhas, ainda é difícil de ser quantificado, considerando que sua manifestação ocorre de forma variada, não se restringindo a uma determinada região, estado ou cidade do país. Assim, a doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes preconizada na Constituição Federal (1988) requer, por parte do Estado, ações efetivas e articuladas nos diferentes níveis da esfera pública, que garantam às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, à dignidade, ao respeito, enfim, à cidadania.

Concomitantemente ao processo de consolidação da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e Adolescentes foi elaborado e aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, cujo objetivo era ser um instrumento de garantia e defesa do direito da criança e do adolescente. Na realidade, a proposta do Plano Nacional era criar, fortalecer e executar um conjunto articulado de ações voltadas para a proteção integral de crianças e adolescentes que já sofreram ou encontravam-se sob risco de sofrer alguma forma de violência sexual.

Para tanto, ficaram estabelecidas ações e medidas articuladas que permitissem a intervenção técnica, política e financeira no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano Nacional, que foi parte constituinte do compromisso assumido pelo Governo brasileiro no Congresso de Estocolmo (1996), veio à luz apenas quatro anos depois do evento. Durante esse período, dedicado às articulações necessárias como, por exemplo, o financiamento e estabelecimento de parcerias, ocorreram três encontros nacionais (1997, 1998, 2000) dedicados à incorporação das diferentes ações-chave, tanto dos setores governamentais quanto dos não-governamentais, sendo a representação majoritária os níveis federais, estaduais e municipais, que de alguma forma estivesse vinculado às questões da violência sexual infanto-juvenil.

Os encontros nacionais estiveram vinculados ao movimento internacional *End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking Of Children For Sexual Purpose* (ECPAT), que teve participação decisiva no Congresso de Estocolmo e tornou-se um marco na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Posteriormente constitui-se uma rede global de organizações e indivíduos abrangendo dezenas de países.

O grande desafio lançado pelo ECPAT foi a criação de planos de ação dos países participantes, que deveriam ser elaborados conjuntamente pelos governos e sociedade. Dessa forma, o Brasil elaborou o seu Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em 2000, durante o III Encontro ECPAT-Brasil, realizado em Natal. O plano brasileiro teve em sua composição seis eixos estratégicos, quais sejam: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilidade, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

Para tanto, as condições objetivas para a sua efetivação eram baseadas na “exigibilidade do dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público” (Constituição

da República Federal do Brasil – Artigo 227, § 4º e Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº 8.069/90).

Com isso, o Plano Nacional foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em Assembléia Ordinária de 12 de setembro de 2000. Além disso, o Plano se firmou como uma referência única nos âmbitos, federal, estadual e municipal, para a implementação de medidas e desenvolvimento de ações que pudessem assegurar o fim da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base nos seis eixos estratégicos pré-definidos.

Vale salientar ainda outro desdobramento importante do encontro realizado em Natal e que também está diretamente relacionado à causa: a instituição do dia 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) como eixo de uma série de atividades para a conscientização e mobilização contra a violência sexual infanto-juvenil constituindo-se por um colegiado com representação de setores da sociedade civil, dos poderes públicos e de organizações internacionais envolvidos com a temática e que atuam no país. O 18 de maio foi escolhido para marcar o tema por ter sido este o

dia da morte da menina de oito anos Araceli Cabrera Crespo, crime ocorrido em Vitória do Espírito Santo, por se tratar de um caso emblemático de violência extrema e total impunidade, já que os assassinos, pessoas influentes de importantes famílias da sociedade capixaba, não foram punidos (RAMOS, 2000).

A fim de monitorar e avaliar a execução das ações contemplada no Plano Nacional, foi sugerida e aprovada a criação de um Fórum Nacional pelo Fim da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que congregaria diferentes instituições governamentais e da sociedade civil, do poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo, dos Conselhos dos Direitos das Crianças e do Adolescente e que também estivesse integrado com outros fóruns, como o Fórum Nacional da Criança e do Adolescente – Fórum DCA.

Atendendo a expectativa de fortalecimento da implementação do Plano Nacional, bem como seu monitoramento e avaliação, instituiu-se o Comitê Nacional de Enfrentamento da

Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a fim de garantir a eficácia do Plano. Assim, além dos processos de mobilização social, de disseminação dos conceitos e objetivos de serviços, o Plano Nacional teve importância relevante na sensibilização e articulação de diferentes líderes políticos, governamentais e internacionais, numa ampla advocacia social.

Por fim, o estabelecimento de parcerias estratégicas com a ABRAPIA no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil objetivando a criação de mecanismos de informações sobre o tema, além de instrumentos de facilitação da notificação e articulação dos serviços de denúncias de violência sexual com os demais órgãos de defesa e responsabilidade, foi essencial no sentido de atingir seu objetivo.

2.8 Impacto social da implementação do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil

Complementando o item anterior, este tópico tem por objetivo explicitar qual o impacto social efetivo da implementação do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Contudo, cabe salientar que este Sistema abrange apenas ao serviço telefônico gratuito realizado por meio do número 0800-99-0500, não sendo extensivo ao disque-100.

Como visto, o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil operado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) apresentou resultados expressivos, apesar de tímidos ainda. No período entre fevereiro de 1997 e fevereiro de 2003, justamente a época do convênio da ABRAPIA com o Ministério da Justiça, “a central de atendimento da ABRAPIA registrou 55.706 ligações, das quais se incluem 5.054 que efetivamente serviram à apresentação de denúncias de violência sexual, em todas as suas formas, contra crianças e adolescentes” (Abrapia, 2004).

Por outro lado, as ligações que não se destinavam à denúncia eram realizadas no sentido de obter esclarecimentos sobre o serviço, além de procurar melhor entender os conceitos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil e de que forma as pessoas deveriam proceder com o intuito de confirmar e, em seguida, relatar uma suspeita. É importante salientar que, mesmo as ligações que não traziam denúncias eram importantes, na medida em que colaboravam ao bom funcionamento do sistema, considerando que preconizavam comportamentos efetivos diante à situação, atuando efetivamente como uma campanha de sensibilização e mobilização social.

Neste momento, é importante ressaltar que campanhas de sensibilização e de mobilização social são ferramentas essenciais no combate ao chamado *turismo sexual* envolvendo crianças e adolescentes, na medida em que auxilia na formação de opinião pública favorável às ações. Além disso, estimula a participação de organizações públicas e privadas formando e fortalecendo redes que auxiliem na prevenção e coibição da incidência de exploração sexual infanto-juvenil.

Assim, a proposta de intervenção em rede implica em muito mais que a coordenação ou a articulação de diferentes recursos familiares, comunitários e institucionais. Implica tanto na aceitação de diversas modalidades de atenção, quanto em requerer uma construção coletiva de modelos a fim de compreender uma problemática altamente determinada por fatores ideológicos e culturais. Definitivamente, as redes sociais de proteção e atenção à infância e à adolescência e de combate à exploração sexual com participação de organizações públicas e privadas, de associações comunitárias, de empresas, de sindicatos e outros movimentos sociais são a via mais eficaz para lograr uma resposta efetiva ao problema.

Cabe salientar que estas campanhas de sensibilização e mobilização social também visam estimular a prática da denúncia e reduzir a impunidade dos exploradores. Mais do que isso, gerar serviços, políticas e programas de prevenção e de proteção (demanda prioridade e ações

articuladas para a implementação dos direitos da criança e do adolescente) às crianças e adolescentes. Ademais, tais campanhas devem ser cuidadosamente planejadas e executadas de maneira que façam usos dos veículos de comunicação com o intuito de atingir a todas as pessoas a fim de que tenham consciência da gravidade do problema e das medidas para combatê-lo. Dessa forma, é importante ressaltar que os meios de comunicação exercem um papel determinante no combate à exploração sexual infanto-juvenil, na medida em que cabe a eles conscientizar a sociedade em geral sobre as causas e conseqüências do problema, reduzindo os níveis de tolerância social.

A seguir, serão apresentados os dados estatísticos referentes às denúncias registradas nos seis anos em que a ABRAPIA operou o serviço, bem como uma análise qualitativa desses resultados. Cabe salientar que os dados que serão apresentados foram extraídos do livro “Do Marco Zero a uma Política Pública de Proteção à Criança e ao Adolescente – 0800-99-0500. Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil”, publicado pela Abrapia em 2004.

Ao realizar uma análise das denúncias registradas ao longo dos seis anos de funcionamento do Sistema Nacional constata-se que o uso do serviço pela população foi bastante irregular nos três primeiros anos (de 1997 a 1999). No primeiro ano, 1997, foram registradas 899 denúncias sobre exploração sexual infanto-juvenil, considerando que a computação de denúncias sobre abuso sexual apenas teve início no ano de 2000. Nos dois anos seguintes, 1998 e 1999, houve uma queda considerável na utilização do serviço, tendo-se registrado respectivamente, 218 e 134 denúncias.

Em contraste, a partir do ano de 2000 o número de denúncias recebidas aumentou continuamente, saltando de 674 naquele ano, chegando a 812 em 2001 e a 1.819 em 2002. Adicionalmente, no ano de 2003, considerando-se que o serviço operou somente até o mês de fevereiro, 498 denúncias foram computadas, sendo que, fazendo uma projeção para os doze

meses do ano a partir desse número, o total de denúncias no ano poderia alcançar a marca de 2.900.

Neste sentido, do total de 5.054 denúncias recebidas durante o período entre fevereiro de 1997 e fevereiro de 2003, cerca de 82% foram realizadas por meio do atendimento telefônico gratuito (0800-99-0500). Entretanto, considerando que as denúncias podiam ser também realizadas por meio do *website* da ABRAPIA, 14% optou por este modo. Finalmente, os 4% restante é referente às denúncias realizadas por meio de outro número de telefone, pessoalmente e àquelas feitas a outra entidade ou para as quais não há informação quanto ao meio utilizado.

A região em que foi contabilizado o maior número de denúncias foi a Sudeste, com 2.023, o que corresponde a 40% do total. Em seguida tem-se: a região Nordeste com 1.143 denúncias (22,6%), a região Sul com 459 denúncias (9,1%), o Centro-Oeste com 324 denúncias (6,4%) e a Norte com 256 denúncias (5,1%). Em outras 849 denúncias não foi informada a região de origem. Observou-se também a prevalência do uso do serviço nas grandes regiões metropolitanas, especialmente nos municípios das capitais, em detrimento das regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

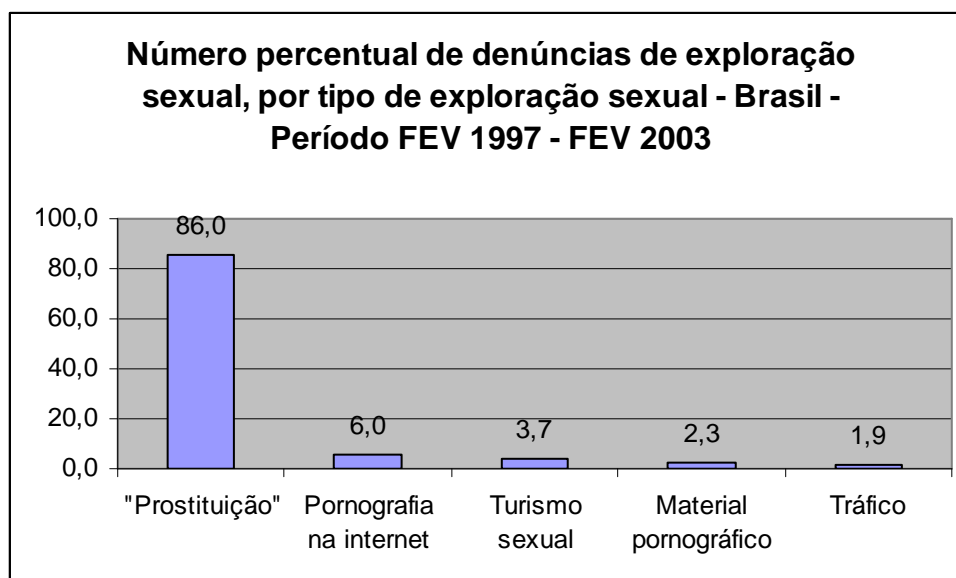
Tabela 9 – Número acumulado de denúncias por recebimento da denúncia, segundo as Grandes Regiões – Brasil – Período FEV 2003

Número acumulado de denúncias, por recebimento da denúncia, segundo as Grandes Regiões – Brasil – Período FEV 2003							
Grandes Regiões	Total	0800	<i>Internet</i>	Outro telefone	Pessoalmente	Outra Entidade	Não Informado
Total	5054	4170	710	17	9	4	144
Norte	256	243	1	0	0	1	11
Nordeste	1143	1121	1	1	1	1	18
Sudeste	2023	1914	8	12	8	1	80
Sul	459	439	2	0	0	1	17
Centro-Oeste	324	311	0	1	0	0	12
Ignorada	849	142	698	3	0	0	6

Fonte: Abrapia, 2004.

Em relação à natureza das denúncias, considerando as diversas formas de recebimento destas denúncias (tabela 9), constatou-se que 3.434, ou seja, 67,9% do total referiram-se à exploração sexual infanto-juvenil enquanto que 1.620 (32%) ao abuso sexual. Além disso, observou-se que a chamada “prostituição” de crianças ou adolescentes foi a forma de exploração sexual infanto-juvenil com mais denúncias, cerca de 86% do total. Em seguida, tem-se a pornografia com crianças na *internet* que corresponde à 6,0% da totalidade de denúncias, enquanto que o chamado *turismo sexual* abrange 3,7% do total. Em adição, tem-se a produção e venda de materiais pornográficos (2,3%) e tráfico de crianças e adolescentes com fins de explorá-los sexualmente (1,9%), conforme o gráfico 12.

Gráfico 12 – Número percentual de denúncias de exploração sexual, por tipo de exploração sexual – Brasil – Período FEV 1997 – FEV 2003



Fonte: Abrapia, 2004.

No que diz respeito ao local de exploração sexual infanto-juvenil, a ocorrência em residência diz respeito à cerca de 1/3 dos casos denunciados, seguida por “ponto de concentração de crianças e adolescentes” (14,2%), bares e restaurantes (10,1%), boates (7,4%), prostíbulos (6%) e internet (5,9%).

De acordo com os registros, meninas e adolescentes do sexo feminino são as vítimas mais freqüentes nos casos de exploração sexual, correspondendo a cerca de 77% das ocorrências, enquanto que as denúncias relativas ao sexo masculino correspondem a 8,1%. Cabe salientar que, nos casos denunciados, quase 23% não informou a faixa etária da vítima, mais de 2/3 das vítimas tinham idades entre 12 e 18 anos, sendo cerca de 5% delas entre oito e 11 anos, e apenas 1% com oito anos de idade ou menos.

Entretanto, quando altera-se o ângulo de visão e a atenção se volta para as pessoas denunciadas por exploração sexual, o sexo masculino predomina com 53,9% das denúncias recebidas, enquanto que o sexo feminino representa o percentual de 25,9%. Nos outros 20,2% das denúncias o sexo do agente explorador não foi informado.

Nos seis anos sob coordenação da ABRAPIA o Sistema Nacional contribuiu para que fossem alcançados alguns importantes resultados na área de proteção à infância e adolescência, especificamente no combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, quais sejam:

- ✓ Expedição de 31 autos de prisão em flagrante;
- ✓ 138 acusados de abuso ou exploração sexual infanto-juvenil responderam a inquérito, sem prisão em flagrante;
- ✓ Em 259 casos denunciados, as investigações estavam em andamento; e
- ✓ 57 era o número de pessoas que, até aquele momento, respondia a inquérito por denúncia anterior, aguardava diligências ou que foi encaminhada a outra instância.

Sabe-se que estes resultados alcançados ainda não configuram uma situação ideal, porém, retratam a situação possível diante do estado da área de Segurança Pública nas diferentes Unidades da Federação. Além disso, quando comparado ao total de denúncias,

as investigações realizadas ou em realização e os resultados alcançados, em termos da responsabilização dos agentes delituosos, são baixos. No entanto, tal fato não oculta dois aspectos fundamentais. O primeiro é que, pela natureza dos delitos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, de difícil visibilidade e quase sempre envolverem familiares das vítimas, estes dados representam um grande avanço em relação ao passado recente. Além

disso, cada caso apurado serve como exemplo, demonstrando a disposição dos agentes públicos para enfrentar a questão. Assim, apesar de insuficientes, os resultados alcançados certamente contribuíram para inibir a ocorrência de diversos outros casos (ABRAPIA, 2004).

Além dos resultados anteriormente apresentados, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e o Sistema Nacional trouxeram importantes conquistas político-institucionais, contribuindo, assim, significativamente para a questão da proteção à infância e adolescência no Brasil. Entre elas, pode-se destacar:

- ✓ Reconhecimento em nível internacional do Brasil como sendo o país responsável tanto pela elaboração de um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, quanto pela efetivação das ações propostas;
- ✓ Reconhecimento do Brasil como modelo para toda América Latina, no que diz respeito à elaboração e execução de propostas referentes ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil;
- ✓ Estreitamento dos laços de compromisso da sociedade para com o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes;
- ✓ Maior comprometimento da *mídia* e maior aprofundamento da questão da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país; e
- ✓ Ampliação do enfoque da violência sexual contra crianças e adolescentes, antes restrito ao chamado *turismo sexual*, abrangendo todas as formas de violência sexual, incluindo o abuso.

Apesar das conquistas e avanços expostos anteriormente, o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil enfrentou inúmeras dificuldades para sua implantação e execução, dentre as quais se destacam:

- ✓ Entraves no processo de monitoramento das denúncias, dificultando a mensuração dos resultados;

- ✓ Escassez de recursos para divulgação massiva e contínua do telefone de atendimento (0800-99-0500) e do Sistema Nacional. Cabe salientar que, apenas no ano do lançamento do telefone de atendimento, em 1997, a EMBRATUR patrocinou uma campanha por três meses e com foco no chamado *turismo sexual*. Desta forma, percebe-se não somente a ausência de articulação por parte de alguns governos estaduais como também por parte de algumas das principais entidades de reconhecida importância na luta contra a violência sexual da criança e do adolescente;
- ✓ Dificuldade dos órgãos de segurança do país em priorizar crianças e adolescentes, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, reduzindo então o número de ações investigativas e repressivas;
- ✓ Dificuldade em estabelecer um planejamento conjunto no decorrer de todo o processo, por meio de reuniões periódicas entre a ABRAPIA e o Departamento da Criança e do Adolescente/SEDH/MJ, um de seus parceiros. Tais encontros seriam com intuito de estabelecer estratégias que influenciassem tanto na transposição quanto na eliminação dos gargalos encontrados nas ações do Sistema Nacional, como, por exemplo, o retorno das denúncias pelas instituições operadoras da Rede; e
- ✓ Resistência por parte de um número expressivo de pessoas da sociedade em denunciar casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, principalmente quando ocorridos no âmbito intra-familiar.

Em suma, é importante ter ciência de que ações isoladas por parte do poder público não são suficientes para minimizar os efeitos deste crime cometido contra crianças e adolescentes. Por isso, acredita-se que deve haver um maior comprometimento por parte da sociedade civil. Neste caso, objetiva-se transformar os cidadãos em dificultadores e não facilitadores da atividade, na medida em que a presente dissertação alerta e informa a importância de

denunciar cenas de exploração sexual de crianças e adolescentes visando à erradicação do problema na cidade do Rio de Janeiro.

Além de impor medidas de controle e gestão que fundamentam o princípio do turismo sustentável, respeitando o Código de Ética do Turismo, é imprescindível que a prática do turismo respeite e zele pelos direitos da criança e do adolescente, devendo esta ser responsabilidade de toda a sociedade. Infelizmente, existem ainda pessoas que preferem não envolver-se com o problema, por exemplo, não registrando denúncia quando se deparam com uma situação de exploração sexual de crianças ou adolescentes. Assim, é interessante que a sociedade em sua totalidade compreenda a importância e a dimensão do assunto a fim de que políticas públicas sejam formuladas e efetivamente implementadas visando à erradicação de tal problema.

Este capítulo foi responsável pela apresentação da revisão bibliográfica, com a descrição e desenvolvimento dos principais assuntos relacionados ao tema da dissertação.

CAPÍTULO 3 – A pesquisa

Neste capítulo é descrita a metodologia utilizada no estudo e feita a análise dos dados coletados. *A priori*, define-se o tipo de pesquisa realizada, quanto aos fins e aos meios. Em seguida, são limitados o universo e a amostra, para então realizar a seleção dos sujeitos. Por fim, detalhou-se a forma como os dados foram coletados e tratados, para, finalmente, apresentar as limitações do método de pesquisa proposto e analisar os dados coletados.

3.1 Tipo de pesquisa

É importante salientar que a metodologia utilizada é parcialmente baseada em Vergara (2006), sendo dividida da seguinte maneira:

Quanto aos fins, tem-se uma pesquisa:

- ✓ Descritiva: Considerando que a pesquisa expõe as características de determinado fenômeno, neste caso, a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro. Assim, as características deste fenômeno serviram de base para explicá-lo e corroborar na proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação do fenômeno em questão;
- ✓ Explicativa: a fim de explicar que fatores contribuíram, de alguma forma, para a ocorrência do fenômeno, busca a proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro;

Quanto aos meios, a pesquisa é:

- ✓ Bibliográfica: visto que foram consultadas obras que deram subsídio de natureza acadêmica sobre as temáticas de interesse para elaboração da pesquisa, possibilitando um melhor entendimento. Ademais, este tipo de pesquisa forneceu os alicerces para as demais pesquisas, neste caso, a de campo;

- ✓ De campo: Em função da investigação empírica realizada juntamente às profissionais do sexo por meio de entrevistas presenciais baseadas em roteiros não estruturados, sendo esta imprescindível no sentido de fornecer os dados que serviram de apoio para explicar o fenômeno em questão; e
- ✓ Documental: na medida em que foi realizado um levantamento e análise de documentos jurídicos, políticos e institucionais relativos às questões tanto do turismo quanto da proteção de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, bem como o levantamento de dados, com o intuito de indicar a importância do turismo para a cidade e a ocorrência de práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes neste segmento.

3.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa foi composto por pessoas direta ou indiretamente envolvidas no chamado *turismo sexual* de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. Determinou-se que a amostra seria composta por crianças e adolescentes explorados sexualmente, porém, foi constituída por profissionais do sexo – prostitutas – que trabalham na cidade do Rio de Janeiro e aceitaram colaborar, via entrevistas presenciais baseadas em roteiros não estruturados, para que fosse possível a proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro.

3.3 Seleção dos sujeitos

Inicialmente foi determinado que a coleta de dados no campo seria realizada com as crianças e adolescentes explorados sexualmente, porém, na primeira semana de investigação verificou-se que não seria possível tal contato. Esta verificação se deu ao constatar-se a não-

veracidade nas respostas, inclusive em relação à idade, dos sujeitos entrevistados. Atribui-se a isto, o medo da represália por parte dos explorados, apesar da garantia de anonimato a eles concedida.

Diante desta dificuldade na obtenção de dados primários, coletados a partir do contato direto com as crianças e adolescentes explorados, foram escolhidos como sujeitos da presente pesquisa as profissionais do sexo que trabalham na cidade do Rio de Janeiro, atentando para o fato de que a seleção foi feita de forma livre pela pesquisadora, apenas respeitando as restrições do quesito acessibilidade e disponibilidade.

Cabe salientar ainda que o olhar empírico deste segmento aparece com pertinência, pois a sua percepção *in loco* permite uma avaliação mais condizente com a realidade. Assim, tal proximidade facilita o enriquecimento de como se dá o convívio, marcado por conflito de interesses, entre as pessoas envolvidas na prostituição de adultos e na exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, foco maior deste trabalho.

Por conflito de interesses, entende-se não ser conveniente para as prostitutas, bem como para donos de boates, bares e hotéis de prostituição ter próximo ao seu estabelecimento a exploração sexual de crianças e adolescentes, considerando que isso possa vir a comprometer suas atividades, na medida em que, convivendo com este delito, passariam a atuar na ilegalidade.

3.4 Coleta de dados

- ✓ Para compor a revisão bibliográfica foram consultados livros, revistas, artigos, documentos e *sites* institucionais, teses, dissertações, bancos de dados e internet, que tratam do assunto objeto da dissertação, com o propósito de melhor embasamento e sustentação de argumentos; e

- ✓ No campo foram realizadas entrevistas presenciais baseadas em roteiros não estruturados com profissionais do sexo que trabalham na cidade do Rio de Janeiro.

3.5 Descrição e análise dos dados coletados

Primeiramente, ordenou-se os dados coletados pelas pesquisas bibliográfica, de campo e documental de maneira que pudessem ser identificados aspectos relevantes ao estudo, constituindo um embasamento teórico capaz de sustentar a investigação do problema sugerido juntamente com as proposições feitas.

Em seguida, realizou-se uma análise criteriosa, que contou com o suporte dos resultados coletados nas entrevistas presenciais baseadas em roteiros não estruturados, a fim de efetivamente propor mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que a análise dos dados coletados é sustentada por procedimentos interpretativos, e realizada por meio de um confronto entre a coleta dos dados e a revisão bibliográfica utilizada, para em seguida formular a conclusão da dissertação. É igualmente importante salientar que o roteiro de entrevista não estruturado consiste em um instrumento limitador na medida em que não delineia todos os assuntos relevantes ao estudo, podendo assim tornar-se amplo demais. Entretanto, coube a pesquisadora, minimizar este aspecto dificultador.

Ainda em relação à análise dos dados, considera-se a utilização do roteiro de entrevista não estruturado adequada, na medida em que considera a subjetividade envolvida ao trabalhar também a mensagem que o entrevistado queria transmitir, e não somente as palavras e seus significados isolados.

É sabido que esta dissertação é produto inspirado na pesquisa desenvolvida pelo Observatório de Inovação Social do Turismo, núcleo de pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV) em parceria com o Ministério do Turismo e o Instituto WCF Brasil (*World Child Foundation*).

Dessa forma, o trabalho final desta pesquisa, do qual a autora da presente dissertação participou na elaboração, foi utilizado como referência na criação deste tópico. Ademais, para a realização das entrevistas na pesquisa de campo contou-se com a participação do jornalista Flávio Lenz, também componente da equipe, e colaborador na Organização Não-Governamental Davida, que se propõe a organizar as prostitutas contra o preconceito e lutar por bandeiras da categoria, como a prevenção à Aids e a doenças sexualmente transmissíveis, além do reconhecimento da prostituição como profissão legal.

Para a pesquisa realizada no campo, optou-se pela não gravação (em áudio) da entrevista, considerando que não houve o consentimento por parte dos sujeitos entrevistados mesmo com a garantia de anonimato quando da divulgação de seus depoimentos. No decorrer da entrevista, buscou-se adotar o diálogo do tipo circular, a fim de que os sujeitos entrevistados pudessem construir livremente suas respostas, porém, sempre que necessário, procurou-se reconduzir o foco da conversa para o tema da pesquisa (Gil, 2002).

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em uma única reunião, no mês de julho de 2007, com tempo de duração de aproximadamente duas horas. Considerando que o importante é identificar “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado” (Deslandes, 2007), os sujeitos das entrevistas foram profissionais do sexo que trabalham na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar das limitações apresentadas, os dados coletados, tanto por meio da revisão bibliográfica quanto por meio da pesquisa, mostraram-se suficientes para descrição e análise do objeto investigado. Apesar de, à primeira vista, o número de entrevistas parecer

insuficiente na medida em que trata-se de um trabalho acadêmico, os sujeitos entrevistados são atores representativos do campo pelo olhar empírico e a percepção *in loco* que apresentam. Além disso, foram também responsáveis pelo fornecimento de informações essenciais ao estudo, possibilitando que fosse respondida adequadamente à pergunta de pesquisa da presente dissertação.

Após levantar algumas das práticas desenvolvidas pelo poder público visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, é chegado o momento de entender como as profissionais do sexo observam este fenômeno nesta cidade.

Primeiramente, é importante ressaltar que a intervenção com as profissionais do sexo ocorreu por meio de roteiro de entrevista não estruturado, considerando que a abordagem havia de ser informal, devido ao assunto a ser tratado e aos sujeitos participantes. Desta forma, a abordagem ocorreu na rua, no momento em que as entrevistadas preparavam-se para seus programas, na verdade, elas costumam ficar sentadas nas mesas do bar da *Help*, e por vezes circulam em busca de clientes. Sendo assim, os resultados das falas das entrevistadas serão apresentados de maneira informal, conforme a abordagem.

O encontro com as profissionais do sexo, Betânia, Ana Lucia, Paula, Jane Eloy, Maria Nilce, Valquíria Pereira, Nilza e Daiana, ocorreu em Copacabana, no bar do calçadão atlântico diante da boate *Help*, o mais conhecido clube noturno de prostituição da cidade do Rio de Janeiro. Adicionalmente, esta boate é especialmente famosa por receber boa parte dos estrangeiros em busca de companhia e sexo. No momento do encontro, a frequência no local é apenas razoável, com muito mais mulheres do que homens.

Havia aproximadamente 15 homens, dentre os quais, segundo o olhar profissional das prostitutas, poucos são estrangeiros: “Copacabana não tem gringo, só tem nome”, diz Ana Lucia, que complementa: “os turistas estão na Barra e também em Ipanema. O problema de

Copacabana é que tem fama de assalto, que mulher costuma roubar. E eu ouvi isso na Suíça, quando passei um tempo lá”. Ao ser questionada por que não trabalha na Barra, ela diz: “porque lá você fica muito desprotegida, na pista. E o programa é mais barato, de 50 a 100 reais. Aqui a gente cobra de 200 a 300, e tem a segurança de estar no bar ou na boate, no meio de muitas pessoas”.

A partir dessa declaração, a conversa é direcionada para a questão da segurança, um assunto que envolve também as crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*. As entrevistadas afirmam que são freqüentes as incursões de policiais militares na boate *Help*, em busca de crianças e adolescentes. Segundo Ana Lucia,

eles vão ao banheiro da Help, abordam as mulheres pedindo identidade. Outro dia fizeram isso comigo e eu perguntei: “Acha que eu tenho cara de menina?” Logo depois entrou no banheiro uma jornalista de TV e eu pedi a ela para tirar a câmera. Ele demorou para atender e dei um tapa de leve na câmera. Aí ela parou e os policiais não fizeram nada.

Betânia corrobora com a declaração da companheira de trabalho e confirma que o motivo da presença dos policiais é sempre investigar se há crianças e adolescentes sendo explorados sexualmente no local. Dessa forma, quando há essa suspeita os policiais solicitam que a(o) mulher(homem) apresente a carteira de identidade, caso não o faça, é levada(o) à delegacia para fazer a verificação de idade. Entretanto, Betânia garante que estas pessoas sempre retornam (“leva hoje e volta amanhã”), sendo este um indicativo de que exploração sexual de crianças e adolescentes não costuma ocorrer na *Help*.

A fim de que este indicativo seja verdadeiro, a boate *Help*, segundo as prostitutas entrevistadas, adota um esquema de identificação, em que aplica-se no braço dos freqüentadores um carimbo, que brilha por conta das luzes internas, mostrando que a identificação foi feita na entrada e a pessoa é maior de 18 anos. Em adição, Paula assegura que pelo menos outras duas boates em Copacabana fazem uso do mesmo sistema: *Barbarella* e *Frank’s Bar*. Por outro lado, o *Balcony’s*, localizado no Lido, apesar de não utilizar carimbos, também impede o acesso de crianças e adolescentes em suas dependências. Na

percepção das entrevistadas, a mais rigorosa das casas é a *Help*, talvez pelo fato de ser a mais freqüentada e visada pelas autoridades responsáveis.

Adicionalmente, quando questionadas sobre o posicionamento dos hotéis em relação a este assunto, Jane Eloy afirma que “os hotéis do bairro de Copacabana pedem a identidade de acompanhantes de hóspedes, mesmo que sejam maiores”. Maria Nilce confirma dizendo que “hotéis impedem a entrada de menores acompanhados e sozinhos. Tem que se identificar e ter documento”.

Apesar da região da Praça Tiradentes não ser típica de turismo, nos últimos anos a freqüência de estrangeiros devido a ações artísticas, de moda e culturais no local têm aumentado, assim como a oportunidade de explorar sexualmente crianças e adolescentes. A fim de evitar que esta prática ocorra, Jane Eloy afirma que os hotéis instalados neste local atuam da mesma maneira, ou seja, “não permitem a entrada de menores, sejam homens ou mulheres”. Maria complementa, assegurando que são os próprios funcionários do estabelecimento que pedem documentos a qualquer um que pareça menor de idade.

Como visto, de acordo com as informações fornecidas pelas entrevistadas, tanto boates e bares voltados à prostituição quanto hotéis de qualquer tipo, buscam proteger o seu negócio, com segurança para as profissionais que atuam na área do estabelecimento e com o rigor em relação à presença de crianças e adolescentes no local. Em adição, verificam-se intervenções policiais constantes, demonstrando existência de uma ação do Estado no sentido de repreender a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*.

Todavia, o cenário atual ainda não corresponde ao ideal. Para tanto, deve-se investir em políticas públicas a fim de garantir não somente educação integral de qualidade aos jovens, como também empregos aos seus pais, de modo que o início da vida profissional ocorra com maior idade. Nas palavras de Valquíria Pereira, que além de ser profissional do sexo, trabalha como panfletista e diarista: “só o governo pode fazer alguma coisa: diminuir a pobreza, dar

trabalho para os responsáveis pelos menores. Os menores devem estar na escola. Escolas deveriam ter esporte e lazer, e também *internet*”. Em outras palavras, a escola é um veículo essencial para a educação sobre sexualidade, contribuindo, certamente, na prevenção contra exploração sexual de crianças e adolescentes.

Assim como Valquíria, outras entrevistadas apontaram diversas formas (em curso ou a serem adotadas) da sociedade colaborar na erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*. Dentre as sugestões, vale destacar a proposta de Maria Nilce: “uma das maneiras de evitar a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é encontrar um jeito de as mães não deixarem as crianças na rua trabalhando. Fazer a mãe tomar providência, quem tem de vender bala é a mãe, e não os filhos. Isso não é certo”. Neste sentido, Jane Eloy reafirma a sugestão de Maria e acrescenta a necessidade de estudo, emprego e campanhas:

há muitas meninas menores de idade vendendo bala ou outras coisas, e aí surgem convites de homens. Os pais não deveriam permitir isso. É importante começar em casa, ter estudo, ter emprego para os pais. E campanha para que os homens não façam com as outras meninas o que não querem que façam com as deles. A TV, por exemplo, podia dar uma mensagem como esta: “se alguém se oferecer, não aceite”, para fortalecer essa idéia.

É importante ressaltar que, ainda segundo Jane, estas mensagens veiculadas na televisão, devem ser dirigidas aos adultos, pois “falar para criança na TV não é legal”. Na verdade, o lugar para haver comunicação direta com as crianças, garante ela, é a escola:

Seria bom haver campanhas de esclarecimento sexual para crianças. A escola é o melhor lugar para se aprender, as meninas falarem sobre sexo para já crescerem informadas, para não serem violentadas, estupradas, exploradas. As professoras explicarem sobre sexualidade, para a criança já crescer entendendo, e os pais irem também.

Por outro lado, Nilza sugere um monitoramento constante em áreas turísticas, apoiado por outras políticas: “tem que pôr um responsável para tomar conta em locais de turismo para ficar de olho e, quando suspeitar, tomar conta”, opina. Ela já presenciou ações desse tipo, por exemplo, “em Copacabana já vi a prefeitura recolher criança. O problema é que fica só nisso e os meninos e meninas acabam voltando para as ruas”.

Outra solução depende de iniciativas das próprias prostitutas: “no Posto 13, na Dutra, a gente conversa com mulheres muito jovens para não ficar lá. É por elas e porque vai dar problema para as mais antigas e donos de bares, porque vai parar polícia lá”, afirma Nilza. Com esta declaração, fica evidente que tanto as prostitutas quanto os donos de estabelecimentos do local se acautelam com pessoas abaixo de 18 anos, pois sabem que a presença delas pode prejudicar o negócio de todos.

Em se tratando de campanhas, Nilza diz ter conhecimento de alertas de vários radialistas, citando especificamente uma rádio, a Tupi: “eles dizem para mães e pais tomarem cuidado para as meninas não se envolverem com essas pessoas maldosas que querem levar as meninas para a prostituição. Mas hoje em dia ninguém é ingênuo assim não, está tudo claramente escrito, não dá para se enganar”, relata Nilza.

Novamente questionadas sobre a presença de jovens com menos de 18 anos em áreas de prostituição, as entrevistadas afirmam que não há ou não prospera. No que diz respeito ao campo legal, Maria é explícita ao afirmar que “exploração sexual é uma atividade proibida, que dá cadeia”, confirmando assim o relato de Nilza sobre ingenuidade e do conhecimento da lei.

Em suma, percebe-se haver amplo conhecimento sobre a ilegalidade da exploração sexual de crianças e adolescentes tanto no chamado *turismo sexual* quanto fora dele, por parte, não somente dos empresários e das profissionais do sexo, como também de outras categorias, considerando a grande visibilidade que o tema apresenta. Neste sentido, engloba-se tanto o cuidado de donos de hotéis com esse tipo de exploração, quanto das próprias prostitutas, evitando que seus trabalhos sejam prejudicados. O Estado, por outro lado, demonstra pouca capacidade ou vontade política de ir além das ações de repressão a esse crime. Dentre as políticas públicas necessárias, destaca-se a necessidade em evitar o trabalho infantil nas ruas.

Neste terceiro capítulo abordaram-se os tópicos referentes à pesquisa, englobando: tipo de pesquisa, universo e amostra, seleção dos sujeitos, coleta de dados, finalizando com a apresentação da descrição e análise dos dados coletados.

CAPÍTULO 4 – Considerações finais e proposições de estudos futuros

Este último capítulo é de extrema importância, na medida em que destina-se responder ao problema inicialmente levantado pela dissertação, de maneira que seja possível atingir tanto o objetivo final quanto os objetivos intermediários propostos. Sendo assim, vale primeiramente retomar aos objetivos intermediários expostos no tópico 1.2 indicando de que maneira foram desenvolvidos no decorrer da dissertação. Com isso, é possível explicitar também as respostas encontradas para o objetivo final e, a partir disso, propor estudos futuros.

- ✓ Definir o significado de elaboração de políticas públicas, ressaltando a forma como são elaboradas e seus impactos – assunto este desenvolvido no tópico 2.6, com base em consultas tanto a documentos políticos e institucionais quanto a obras de autores conceituados na área, possibilitando o objetivo inicialmente proposto;
- ✓ Investigar referenciais teóricos que relatem a sensibilização do setor de turismo no sentido de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes sexualmente explorados. Para tanto, realizou-se um levantamento de dados, com o intuito de não somente indicar a importância do turismo para a cidade do Rio de Janeiro, como também explicitar a ocorrência de práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes neste segmento;
- ✓ Delimitar aspectos que influenciem, de alguma forma, o chamado *turismo sexual*. Para isso, utilizou-se as características do fenômeno em questão, a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, que serviram não somente para delimitar quais aspectos responsáveis por influenciá-lo, como também de base para explicá-lo e corroborar na proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação deste fenômeno;
- ✓ Construir e disseminar referencial teórico, gerando consistência acadêmica para a discussão sobre o tema “exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado

turismo sexual". Neste sentido, investigou-se obras que forneceram o desejado suporte acadêmico no que diz respeito às temáticas de interesse para elaboração da presente dissertação, possibilitando um melhor entendimento do tema em questão;

- ✓ Pesquisar referenciais teóricos que trabalham a exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* a fim de obter embasamento para elaboração desta dissertação. Assim, realizou-se um levantamento juntamente com uma análise de documentos jurídicos, políticos e institucionais relativos às questões tanto do turismo quanto da proteção de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro; e
- ✓ Apresentar ações de proteção a crianças e adolescentes vítimas do chamado *turismo sexual* – tendo em vista que proteger significa afastar crianças e adolescentes de situações suscetíveis à exploração sexual, além de assegurar o cumprimento dos seus direitos básicos, quais sejam: saúde, educação, atenção integral e convivência familiar e comunitária. Tal objetivo está devidamente representado pelos tópicos 2.7 e, mais especificamente, pelo tópico 2.8, onde optou-se por realizar uma análise do impacto social da implementação da ação de proteção a crianças e adolescentes vítimas do chamado *turismo sexual* utilizada como exemplo.

Após terem sido alcançados os objetivos intermediários, vale responder ao problema inicialmente levantado de modo a não somente propor mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, mas como também a produção de conhecimento científico, orientado para a realidade, por meio do fomento do pensamento crítico. Além da construção e disseminação de base teórica para o desenvolvimento do turismo sustentável, visando orientar futuras políticas públicas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no setor turístico.

Assim, a partir do levantamento de dados e informações sobre os assuntos pertinentes ao desenvolvimento desta dissertação, além da investigação empírica realizada juntamente às profissionais do sexo, foram identificados alguns aspectos relevantes como, por exemplo, que a atuação estratégica como proposta nesta dissertação, infelizmente, ainda não refere-se à realidade.

Adicionalmente, no que diz respeito às condições sócio-econômicas, observou-se que, de maneira geral, a cidade do Rio de Janeiro não apresenta indicadores alarmantes que podem favorecer sobremaneira à exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade. Contudo, ao desagregarem-se os dados, percebe-se, dentro da própria cidade, a existência de localidades com níveis de qualidade de vida preocupantes, revelados pelo baixo IDH.

Além disso, o levantamento sobre populações em situação de rua ilustra o drama social que abrange a cidade do Rio de Janeiro, indicando o quão vulnerável esta população é em relação à exposição de diversas formas de crimes, dentre elas a exploração sexual de crianças e adolescentes. Ademais, apesar dos dados referentes à segurança pública revelarem alto índice de crianças e adolescentes em situação de violência, observa-se que a proporção dos infratores, dentro deste universo, é consideravelmente menor. Por estes dados, extrai-se que crianças e adolescentes estão por mais vezes ocupando posição de vítimas, do que infratores, indicando assim a necessidade de maior cuidado e proteção para com este segmento.

Em relação à postura adotada pelos donos de estabelecimentos comerciais, tais como boates, bares e hotéis, identificou-se, na cidade do Rio de Janeiro, ser mais provável que apenas boates, bares e hotéis especializados em prostituição atuem seletivamente, considerando o interesse em preservar seu negócio. Dessa forma, são rigorosos no que diz respeito à exploração sexual de pessoas menores de 18 anos, considerando que seus estabelecimentos têm maior visibilidade que os convencionais.

Observou-se ainda que, iniciativas de proteção, na cidade do Rio de Janeiro, são de responsabilidade das Secretarias voltadas à assistência social, principalmente por parte da prefeitura, porém, deve-se considerar que soluções intersetoriais, com trabalho articulado entre os diversos setores da sociedade, ultrapassam barreiras expostas e possibilita à milhares de crianças e adolescentes, uma vida digna e saudável. Em outras palavras, ao invés de realizar programas somente de atendimento ou somente de prevenção, prioriza-se programas integrados, que objetivem: prevenção, atendimento, controle social, serviços de abrigo, entre outros.

Todavia, é preciso conscientizar-se que trabalhos envolvendo ações coletivas, certamente enfrentam dificuldades, que precisam ser trabalhadas, como por exemplo, garantir repasse de informações e a troca de experiências. Entretanto, este trabalho somente atingirá seu objetivo quando as autoridades brasileiras e a sociedade civil envolverem-se política e economicamente, na busca por este compromisso em comum. Assim, cabe aos profissionais do ramo do turismo dar início a este processo de sensibilização nacional e internacional, e aos cidadãos compete à responsabilidade pela busca de soluções, engajamento no assunto e envolvimento concreto de todos aqueles que acreditam nos direitos humanos e na melhoria do país.

Felizmente, o histórico de ações empreendidas pelo poder público e ratificadas pela sociedade civil brasileira demonstram destaque na agenda pública brasileira no que diz respeito ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*. É importante salientar que o envolvimento por parte da sociedade é essencial tanto a este combate quanto à punição dos envolvidos e responsáveis pelo crime.

Verificou-se também que o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, pode ser realizado por meio de ações de repressão ao crime, por parte de policiais. Além disso, cabe uma fiscalização rigorosa nos

aeroportos e rodoviárias, para tanto, a prefeitura pode colaborar na medida em que aplica punição aos ambulantes, taxistas e estabelecimentos que facilitem o desenvolvimento do chamado *turismo sexual*. Outra medida cabe à sociedade que deve colaborar aderindo às campanhas de conscientização e as profissionais do sexo, por sua vez, ajudam na fiscalização em seus locais de trabalho, denunciando os responsáveis e não compactuando com esse tipo de atividade ilegal.

Uma política pública, como visto, não pode ser reduzida a uma ação isolada. Constitui-se de uma série de ações propostas, planejadas, estruturadas e, finalmente, implementadas e avaliadas. Tem-se ainda outro aspecto acerca da política pública merecedor de atenção singular: ela não deve ser imposta, mas experimentada e vivida pelos diversos atores envolvidos, o que inclui o governo, organizações não-governamentais, empresas privadas e, principalmente, o cidadão. A eficácia da política e o sucesso da implantação estão fortemente relacionados à participação pública. Desta forma, três componentes tornam-se essenciais no processo de formulação e implementação de uma política pública: a mobilização social, a pedagogia social e a advocacia social.

Assim, participar de um processo de mobilização social é um ato de liberdade e de escolha, pressupondo uma convicção coletiva da relevância e do sentido público do objeto da mobilização. A mobilização social traduz-se, na prática, por ações sistemáticas pelas quais as comunidades e seus líderes são, progressivamente, conscientizados e estimulados a defender uma determinada causa.

A Pedagogia Social por sua vez, é um processo educativo sistemático, contínuo e progressivo, pelo qual se procura identificar, desenvolver e diversificar as capacidades e habilidades dos atores sociais para desempenhar um determinado papel, ou seja, ela significa ensinar a fazer. Desta forma é possível que as orientações atinjam os diferentes públicos de maneira adequada, uma vez que se constituirá um processo de capacitação de atores sociais-

chave que possam atuar como agentes multiplicadores de informações relevantes sobre a temática.

Enquanto que a advocacia social caracteriza-se como sendo um processo de natureza informativo-educativa e motivacional dirigido a líderes formais (legisladores, formuladores e executores de políticas públicas), com o intuito de fazer evoluir positivamente seus níveis de conhecimento, atitudes e práticas frente a uma determinada questão social. É, portanto, a defesa de uma causa de interesse coletivo ou público. O processo de mobilização social deve preceder as ações de advocacia social, com vistas a estabelecer parcerias estratégicas que demonstrem ser a causa de interesse coletivo. Assim, mobilizar os cidadãos, fazer com que eles entendam a questão e as estratégias, torná-los multiplicadores e formar defensores de uma causa são etapas importantes e que influenciarão diretamente os resultados da implantação de política pública.

Como proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, lista-se as indicações de ações que seguem:

- ✓ Maior fiscalização e rigor na punição, em se tratando do cumprimento das leis e normas, caracterizando uma atuação mais eficiente dos órgãos públicos responsáveis pelo assunto;
- ✓ Intensificar a implementação de campanhas de conscientização sobre o tema, bem como a análise de seu impacto;
- ✓ Nos hotéis, inibir, por meio de medidas, a entrada e permanência de hóspedes acompanhados de crianças e adolescentes sem que seja comprovado que são responsáveis por elas;
- ✓ Intensificar relação de parceria entre o governo, ONGs e o setor privado, no combate ao chamado *turismo sexual*;

- ✓ Desenvolver projetos de inclusão social para crianças e adolescentes explorados sexualmente;
- ✓ Elaborar um consistente banco de dados de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, a ser utilizado por pesquisadores e, principalmente, por formuladores de políticas públicas, considerando ser a informação um insumo básico para a tomada de decisões;
- ✓ Incluir o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes em pesquisas sócio-econômicas, a fim de descobrir, por exemplo, como a melhoria da renda, como o IDH, a diminuição do desemprego ou a melhoria nos indicadores vão impactar na redução deste tipo de exploração;
- ✓ Promover a capacitação dos empresários do setor de turismo no que se refere à questão, a fim de que sejam implementadas ações inovadoras e eficazes neste segmento;
- ✓ Intensificar a fiscalização da proibição, já existente por meio legal, do trabalho infantil nas ruas, considerando que nesta situação há uma maior exposição das crianças e adolescentes aos riscos de exploração sexual;
- ✓ Aprofundar a discussão da profissionalização das prostitutas, considerando que estabelecimentos informais podem contribuir para a facilitação da exploração sexual de crianças e adolescentes;
- ✓ Sensibilizar a área acadêmica para inserir nas grades das faculdades de turismo, serviço social, psicologia, entre outras, disciplinas que aprofundem a questão da exploração de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual*, visando ao desenvolvimento de estudos, debates e informações sobre o tema na cidade; e
- ✓ Sensibilizar os órgãos do poder público municipal e estadual atuantes na área do turismo, a fim de que haja uma articulação juntamente aos órgãos que desenvolvem

ações de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, pelo *front* da assistência social.

A partir dos diversos aspectos levantados neste estudo, observou-se que a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes é multifacetada, tendo implicações em diversos campos: econômico, social, político, moral, legal, criminal etc. Neste sentido, vale ressaltar que esta questão é agravada por um programa do atual governo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), devido à dificuldade recorrente de grandes obras de infra-estrutura pelo país, sobretudo por causa da pobreza.

Assim, observa-se grande preocupação do governo para com projetos de desenvolvimento econômico, não somente no caso de obras públicas, pois tendem a intensificar a exploração sexual. É importante conscientizar-se de que, em outros estados, a partir da preocupação com o aumento dos casos de exploração sexual infanto-juvenil nos canteiros das obras do PAC, o governo lança planos de prevenção às margens da obra, que consistem na maior divulgação do disque 100 e no fortalecimento da rede de atendimento local e das políticas sociais.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, em paralelo aos canteiros de obras, serão construídos canteiros sociais responsáveis por conceder novas perspectivas aos moradores, considerando que estes participarão de cursos de capacitação em diversos setores. Além disso, essa ação social possibilita uma participação mais efetiva do governo, em seus vários níveis, em programas que apresentam a melhoria da qualidade de vida da população como seu objetivo principal.

Assim, cabe a sociedade, ao poder público e ao mercado atuarem com responsabilidade em relação a este crime. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a política de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes deve ser feita “por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Em adição, tem-se a participação das

empresas, também fundamental, na medida em que auxiliam com o seu conhecimento técnico, capacidade de organização, número de colaboradores (potenciais voluntários) e conhecimento da realidade (contato direto com o problema). Dessa forma, a sensibilização para o cumprimento dos direitos da criança e adolescentes é papel e dever de todos.

Neste momento, vale retomar algumas questões levantadas e não respondidas por esta dissertação, considerando que tal assunto é de larga abrangência e não era objetivo do estudo esgotar o assunto. Assim, cabe ressaltar algumas proposições de estudo futuros na área da administração pública, especificamente no que diz respeito à formulação de políticas públicas visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro:

- ✓ Promover orientação aos pais sobre como prover educação sexual a seus filhos;
- ✓ Analisar e tratar dos impactos psicológicos causados nas crianças e adolescentes explorados sexualmente;
- ✓ Analisar as implicações de políticas públicas integradas no sentido de erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes; e
- ✓ Analisar, após um estudo minucioso, quais os impactos econômicos, políticos e sociais que a exploração sexual causa nas crianças e adolescentes explorados e quais atitudes devem ser tomadas a fim de que estes impactos sejam minimizados.

Por fim, tem-se que esta dissertação objetivou a proposição de mecanismos para elaboração de uma política pública visando à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado *turismo sexual* na cidade do Rio de Janeiro, por meio do conhecimento de medidas adotadas no mesmo sentido. Pretendeu-se, assim, que fosse possível contribuir com propostas para mobilizar e sensibilizar a sociedade civil e o governo em seus vários níveis no sentido de proteção dos direitos destas crianças e adolescentes. Para tanto, foram promovidas a sistematização conceitual e divulgação de experiências efetivas

que ressaltem a integração do turismo com a proteção destes direitos. Desta forma, espera-se que a presente dissertação facilite e incentive o envolvimento tanto da sociedade civil, quanto do governo e academia nesta questão, assim como a elaboração de políticas pelo governo nesse sentido.

Referências bibliográficas

- ABRAPIA. *Do Marco Zero a uma Política Pública de Proteção à Criança e ao Adolescente* – 0800-99-0500. Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Rio de Janeiro: Abrapia, 2004.
- AMORA, Dimmi e CÂNDIDA, Simone. Rio tem média de mil menores detidos por tráfico a cada ano. *O GLOBO*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069/90.
- _____. *Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 4358*, de 21 de junho de 2004.
- _____. *Lei Orgânica do município do Rio de Janeiro*, de 5 de abril de 1990.
- _____. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*. Ministério da Justiça, 2000.
- _____. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*. Ministério da Justiça, 2006.
- _____. *Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente – 2004/2007*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- COINF/DPF e Embratur. *Número e proporção de visitantes internacionais com destino ao Brasil e à cidade do Rio de Janeiro - 1990-2003*. Disponível em: <
http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1280_número%20de%20turistas%20internacionais.XLS>. Acesso em: 6 fev. 2008.
- CONANDA. *Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção à criança e ao adolescente (2001–2005)*. Brasília: CONANDA, 2000.
- DESLANDES, Suely Ferreira. O Projeto de Pesquisa como Exercício Científico e Artesanato Intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DOS SANTOS, Benedito Rodriguez. Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra e SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia/GO, Universidade Católica de Goiás, 2004.

ECPAT. End Child Prostitution, Pornography and Trafficking for Sexual Purpose, 2002. Disponível em: <<http://www.ecpat.net/eng/CSEC/faq/faq1.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

_____. *Algunas Preguntas sobre la Explotación Sexual Comercial de la Niñez, y sus respuestas*. Disponível em: <<http://white.oit.org.pe/ipece/pagina.php?pagina=284&gloLetra=P#Pornografia%20infantil>>. Acesso em: 16 set. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula (coord.). *Fundamentos e Políticas Contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes*. Relatório de Estudo. Brasília: Ministério da Justiça/CECRIA, 1997.

_____. *Algunas Questões sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília: SER - Universidade de Brasília, 1998.

FARAH, Marta F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **RAP**, Rio de Janeiro, v.35, n.1, jan./fev. 2001.

FERNÁNDEZ-PACHECO, Janina. *Glosario de términos básicos para comprender y analizar el mercado de trabajo desde la perspectiva de la equidad de género*. OIT/IPEC. Disponível em: <<http://white.oit.org.pe/ipece/pagina.php?pagina=284#Assédio%20Sexual>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

GABEIRA, Fernando. *Projeto de Lei nº 98*, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria C. S.; FONTOURA, Helena A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. *Rev. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 33 (2), 1999.

GRAU, Nuria Cunill. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Tradução por: Carolina Andrade. Brasília: ENAP, 1998.

HAZEU, Marcel; FONSECA, Simone. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; César, Maria Auxiliadora (Org.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA, 1998.

IBGE. *Censo demográfico*. 2000. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 ago. 2007.

INESC. *Orçamento e Política da Criança e do Adolescente*. Brasília: Ano IV, n.18, dez. 2003.

_____. *Orçamento e Política da Criança e do Adolescente*. Brasília: Ano V, n.19, nov. 2004.

_____. *Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes: prioridade ou retórica?* Brasília: Nota Técnica, n.103, out. 2005.

ISP/RJ (Instituto de Segurança Pública do Estado Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2007.

JACOBI, Pedro Roberto. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LAHERA, Eugênio P. Implementación de Las Políticas y Asesoría Presidencial. In: *X Congreso internacional del CLAD sobre la reforma del estado y de la administración pública*. Santiago: Chile, outubro de 2005.

LEAL, Maria de Fátima P. e CÉSAR, Maria Auxiliadora (orgs.). *Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*. Brasília: CECRIA, 1998.

_____. *Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil – ESCCA (Período 1996– 2004)*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2005.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *A mobilização das ONGs no enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2001.

_____. *Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: *Save the Children*. Mimeo, 2003.

LEHENY, David. *A polical economy of Asian sex tourism*. *Annals of Tourism Research*, Vol. 22, No. 2, 1995.

LENTINI, Nena. *Nena Lentini fala sobre as ações do PAIR no combate aos crimes sexuais*. Campo Grande, 2006. Disponível em: <<http://www.caminhos.ufms.br>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

MARTINS, Fábio. Só tem Popozuda!. *Diário Popular*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2001.

MENDONÇA, M. H. M. *O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas*. Rio de Janeiro: **Caderno de Saúde Pública**, v. 18 (suplemento), 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13798.pdf> >. Acesso em: 19 ago. 2007.

MOTTI, Antonio José Ângelo. Fragmentos da História Social da Criança no Brasil. In: SILVA, Edson; MOTTI, Ângelo (Org.). *10 anos de Estatuto: a construção da cidadania da criança e do adolescente*. Série Escola de Conselhos, n.2. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2000.

NEGRÃO, Telia. *Dossiê Violência de Gênero contra Meninas*. Porto Alegre: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2005.

OIT/IPEC - *Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai*. Disponível em: <<http://www.oit.org.pe/ipec/pagina.php?seccion=63&pagina=284>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

PAMPOLS, Carlos Feixa. *Glossário de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*. OIT/IPEC. Disponível em: <<http://white.oit.org.pe/ipecc/pagina.php?pagina=284&gloLetra=I>>. Acesso em: 02 nov. 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma Nova Gestão Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

PRESIDÊNCIA da República. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos*, 2007.

PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA. *Turismo Sustentável e Infância: colocando na prática*. 2007. Disponível em: <<http://www.unb.br/cet/turismoeinfancia2007/downloads/CARTILHA%20-%20Receptivo%20Turistico.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

RAMOS, Eleonora. *Histórico sobre a criação do dia Nacional de combate ao abuso e exploração Sexual de crianças e adolescentes*. 2000. Disponível em: <http://www.cedeca.org.br/PDF/historico_eleonora_amos.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2007.

REPORTAGEM ESPECIAL. *Abuso sexual de crianças e adolescentes: um mal frequentemente doméstico*. 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=25402>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

RIOTUR. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2143_fluxoe receita_carnaval_verao_07.XLS>. Acesso em: 29 nov. 2007.

RIOTUR. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/pagina/?Canal=1>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: Tatau Godinho; Maria Lúcia da Silveira. (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. v. 1. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus. *Nossa Senhora da Help: Sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana*. Rio de Janeiro: Cadernos Pagu (25), 2005.

- SOUSA, Sônia Margarida Gomes. *Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2000.
- SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo: 2002.
- SPOSATI, Aldaíza A. Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, 2004.
- SUBGROUP against the Sexual Exploitation of Children. Semantics or Substance? Towards a shared understanding of terminology referring to the sexual abuse and exploitation of children. In: *Glossário de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, 2005. Disponível em: <<http://white.oit.org.pe/ipec/pagina.php?pagina=284&gloLetra=A#Abuso%20Sexual>>. Acesso em: 20 fev. 2008.
- TENÓRIO, Fernando G. *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- TURISRIO. Disponível em: <<http://www.turisrio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2007.
- UNICEF. *A cooperação do UNICEF com o Brasil para o período de 2007-2011*. Brasília: 2006.
- VARGENS, Marcelo Garcia. *Levantamento de população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/download/ata_42_21dez06.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2008.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- VIANNA, Sólton (Coord.); PIOLA, Sérgio F.; QUERINO, Ana; RAMOS, Daniela Peixoto. *Orçamento Criança e Orçamento Participativo: a experiência brasileira*. Brasília/DF: UNICEF, 2003.

VIANNA, Adriana. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: O panorama atual*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.